Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 – Série VII – N.º 638
20 de Março de 1986
Preço: 40$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

Seminário sobre Política de Emprego promovido pela CGTP/IN no passado fim de semana, em Algés

Seminário da CGTP/IN sobre política de emprego

Págs. 6 e 7/**Semana**

Reunião de Quadros do PCP sobre Reorganização dos Serviços Municipais e Problemas dos Trabalhadores Autárquicos, no passado sábado, na Voz do Operário

Reunião de quadros do PCP sobre reorganização dos serviços municipais

Pág. 9/**Semana**

Roubo de gado com o apoio da GNR na passada sexta-feira na Cooperativa «S. Braz do Regedouro» em Alcáçovas

Roubar aos trabalhadores e entregar ao agrário o gado que o agrário vendeu aos trabalhadores

Págs. 2 e 3/**Em Foco**

GOVERNO EM DIFICULDADES NO PARLAMENTO

«Não é difícil verificar que estamos perante umas Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado elaborados a contar com a vitória de Freitas do Amaral» — **Carlos Carvalhas**

«Em vez de dar combate às verdadeiras chagas da sociedade portuguesa, como os salários em atraso, o desemprego, as reformas de miséria e a pobreza que atinge um terço da população, o Governo preocupa-se, sim, com a venda ou entrega aos «grandes senhores» das participações das empresas nacionalizadas» — **Carlos Carvalhas**

«Ao ignorar que o aumento do investimento da produção do sector nacionalizado gera o aumento do investimento e da produção nos restantes sectores, nomeadamente no privado, o Governo está a impedir o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações» — **Ilda Figueiredo**

Severas críticas às Opções do Plano e ao OE

Págs. 1 e 2/**Semana**

PSD vota contra mas AR aprovou inquérito à acção do Ministério da Agricultura

Pág. 3/**Semana**

DIÁLOGO

10 de Março de 1986
Encontro PCP-«Os Verdes»

11 de Março de 1986
Encontro PCP-MDP/CDE

11 de Março de 1986
Encontro PCP-UEDS

14 de Março de 1986
Encontro PCP-PS

14 de Março de 1986
Encontro PCP-PRD

18 de Março de 1986
Encontro PCP-PSR

O processo das eleições presidenciais permitiu uma vez mais verificar a profundidade dos sentimentos democráticos e antifascistas do povo português e as imensas potencialidades da unidade dos trabalhadores e da unidade dos democratas.

Criou-se uma situação favorável à aproximação, ao entendimento e à unidade dos democratas. Para continuar a fazer frente com êxito à reacção e a defender com êxito o regime democrático é do interesse vital do povo português que se mantenham, consolidem e concretizem os sentimentos e atitudes tendentes à unidade dos democratas.

Da Resolução do Comité Central do PCP de 20 de Fevereiro de 1986

Os jovens e o grupo parlamentar do PCP

• *Entrevista com Rogério Moreira — Pág. 5/**Em Foco***

Editorial

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 638
20 de Março de 1986
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

A situação agrava-se a alternativa impõe-se

Aprofundar a importante vitória democrática de 16 de Fevereiro e criar na nova situação resultante das eleições presidenciais condições prévias essenciais para uma alternativa democrática ao Governo actual e à sua política, constitui no momento presente uma tarefa basilar inadiável do movimento operário, popular e democrático.

Passados estes cinco meses de uma batalha política e cívica sem precedentes no Portugal de Abril em torno de três eleições para órgãos institucionais distintos, cada uma com a sua natureza e objectivos específicos, o País regressa agora ao funcionamento regular das instituições e dos órgãos de soberania e à realidade de problemas económicos, financeiros, sociais e culturais agudos para os quais é imperioso encontrar soluções políticas concordantes com os interesses fundamentais do povo, da democracia e da independência nacional.

Depois de significativas derrotas parlamentares de certas propostas legislativas governamentais vincadamente antipopulares, a realidade e gravidade daqueles problemas e do carácter antidemocrático da política do Governo aparecem em toda a sua crueza na apresentação e no debate de documentos de básica importância para a administração do País como são o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano.

Num Orçamento do Estado consideravelmente atrasado em relação aos prazos constitucionais – o que não abona nas decantadas «boa imagem» e «competência técnica» do Governo – são visíveis os propósitos eleitoralistas à distância, os objectivos antipopulares e antidemocráticos da política económica e financeira da equipa governante e a mistificação tecnocrática que mascara e envolve uma vasta manobra política visando o restabelecimento no mais curto prazo do poder autocrático do grande capital apeado pelo 25 de Abril.

O Orçamento do Estado em discussão na AR é um modelo de incompetência e simultaneamente de mistificação demagógica destinado a encobrir nas suas omissões e imprecisões uma política económica e social virada para a exploração agravada dos trabalhadores e das camadas intermédias do povo, para a destruição das grandes conquistas de Abril como as nacionalizações, a Reforma Agrária, o Poder Local democrático; para garantir a aceleração da acumulação capitalista à custa da miséria e da exploração do povo em escala acelerada.

O Orçamento apresenta um défice de 468,5 milhões de contos (a que o Governo já admitiu adicionar «orçamentos suplementares» – uma forma eufemística de baptizar os conhecidos «buracos orçamentais») mas simultaneamente oculta vultuosas receitas não contabilizadas, tenta escamotear ao controlo da AR, a quem cabe a obrigação constitucional de fiscalizar a política financeira do Estado, verbas consideráveis que as perspectivas imediatas da conjuntura internacional – queda dos preços do petróleo e dos cereais e das cotações do dólar – permitem arrecadar.

É por demais evidente que o Governo Cavaco/PSD acalenta acumular e escamotear ao controlo da AR tais verbas (só das alterações da conjuntura internacional são avaliadas em 150 milhões de contos) não para aliviar o peso da crise sobre os trabalhadores ou resolver algumas das gritantes carências sociais e culturais do povo mas para uma previsível utilização eleitoralista desses enormes recursos financeiros na sua estratégia de conquista do poder absoluto a médio prazo.

O Orçamento reflecte na frieza dos números a ofensiva social contra os trabalhadores e as camadas intermédias do povo que está nos propósitos do Governo.

É na injusta repartição da carga fiscal que mais se salienta a política de classe antipopular da equipa governante Cavaco Silva/PSD.

Nas propostas orçamentais do Governo – e ao contrário das embrulhadas afirmações do ministro das Finanças – a carga fiscal aumenta de 43,5% relativamente a 1985, representando um agravamento de cerca de 21% para mais de 25% do Produto Interno Bruto.

O imposto profissional sobe em termos reais de 33% enquanto que o imposto complementar que o Governo se propõe actualizar para escalões de isenção de mais de 14% irá de facto atingir rendimentos familiares que aumentaram de 20% relativamente a 1985.

Se acrescentarmos os cerca de 162 milhões de contos de impostos indirectos que vão pesar principalmente sobre as camadas mais amplas do povo e a subida real dos preços, motivada pela aplicação do IVA (e avaliada em 3,5%), ficar-se-á com uma visão mais precisa dos projectos de agravamento real das condições de vida do povo que está nos planos do Governo.

A medida demagógica da concessão de um subsídio de 450 escudos para o agregado familiar por efeito do pesado aumento das rendas de casa que irá afectar mais de 200 000 famílias, é uma ridícula cortina para atenuar o agravamento excepcional e real das rendas implícito na nova lei que o Governo se prepara para pôr em execução em Julho.

Paralelamente às propostas orçamentais do Governo, em debate na AR, agrava-se cada dia mais o drama dos salários em atraso, do desemprego, da insuficiência e queda efectiva dos salários reais dos trabalhadores.

Só na cidade do Porto estão com salários em atraso 20 552 trabalhadores de 119 empresas, no montante de dívidas que ascende a mais de 3 milhões de contos.

A quebra no número de postos de trabalho pela falência de empresas e rescisões de contrato aumenta numa cadência preocupante. O Governo fomenta por todos os meios – indemnizações, reformas antecipadas e outros – a liberalização e o aumento do desemprego, milhares de trabalhadores são atirados para o trabalho à tarefa, à hora, para o trabalho caseiro que explora famílias inteiras e escapa às exigências da contribuição para a segurança social de cujos benefícios são privados.

Os subsídios do desemprego são agora atribuídos apenas a 17% dos desempregados e o flagelo dos sem trabalho alastra nas zonas rurais do Alentejo e do Ribatejo por efeito do recrudescimento da ofensiva contra a Reforma Agrária e da política de desertificação agrária que aumenta por efeitos da política agrícola do Governo e pessoalmente do ministro Álvaro Barreto.

É este panorama, necessariamente limitado, da política, económica, financeira e social do Governo Cavaco Silva/PSD – a que deve juntar-se a real diminuição das verbas destinadas ao financiamento do Poder Local – que se impõe à consideração e acção das forças democráticas no momento actual.

O diálogo em curso entre os partidos, cuja convergência derrotou Freitas do Amaral em 16 de Fevereiro, abre efectivas possibilidades de aproximação de ideias e de intensificação de esforços para dinamizar e alargar o combate democrático contra a política antipopular do actual Governo.

A iniciativa das conversações interpartidárias dos últimos dias enche de pânico a direita que manobra febril-

mente para impedir a unidade das forças democráticas. Estafadas fórmulas de diversão anticomunista são desenterradas dos arsenais da extrema direita para confundir e tentar a diversão das forças democráticas.

Os politicastros da direita tentam intimidar os democratas com a velha fraseologia do «assalto ao poder» pelo PCP, do «regresso à área do poder» dos comunistas, com o espantalho da «frente popular» com os comunistas. Entretanto, activam, de facto, a constituição de uma nova frente reaccionária, a ressurreição da antiga «AD».

Alguns sectores democráticos deixam-se tocar e influenciar pela diversão anticomunista e não se dão conta dos intentos divisionistas e paralisantes do movimento democrático que motivam os sectores mais reaccionários da área do Governo.

Seria uma ingenuidade inadmissível em democratas experimentados e instruídos jogar no impossível isolamento do PCP, na utópica segregação dos comunistas do movimento democrático.

A convergência, a acção comum, a unidade são exigências objectivas da hora actual para as forças democráticas portuguesas e para o movimento operário e popular, onde o PCP desempenha um papel insubstituível.

As grandes vitórias democráticas dos últimos meses só foram possíveis com a participação decisiva do PCP, com a sua profunda ligação ao povo. Sem o PCP é impensável derrotar a reacção.

No aproveitamento das possibilidades reais que se abrem a uma alternativa democrática o diálogo entre os democratas deve aprofundar-se sem ideias preconcebidas de hegemonização ou vantagens partidárias exclusivistas.

Sem concessões oportunistas nem sectarismos de vistas curtas, a convergência, uma acção comum e a unidade das forças democráticas são condições basilares para aprofundar as vitórias alcançadas e travar as ambições desforristas da direita de reconquista absoluta do Poder.

No movimento operário e popular, na luta da classe operária e das classes e camadas intermédias afectadas pela política do Governo, agravadas com as medidas de integração na CEE, nas grandes jornadas democráticas previstas para as comemorações do X Aniversário da Constituição, do 25 de Abril, do Centenário do 1.º de Maio, do Ano Internacional da Paz e outras, passos decisivos podem ser dados rumo a uma necessária, possível e viável alternativa democrática.

Resumo

12
Quarta-feira

O Provedor da Justiça, após inquérito por si mandado efectuar na sequência de notícias publicadas na imprensa, denuncia os espancamentos de presos na prisão de Vale de Judeus, ocorridos na sequência do motim aí verificado a 22 de Setembro último ■ A convite do Comité Central do Partido Comunista da China, parte para uma visita à República Popular da China uma delegação do Partido Comunista Português ■ Por uma margem de sete por cento, o povo espanhol dá o «sim» à permanência do seu país na NATO, no referendo que hoje se realizou ■ O Novo Exército do Povo das Filipinas decide suspender os seus combates enquanto decorrem conversações entre o governo de Corazón Aquino e dirigentes do Partido Comunista Filipino. Estas conversações poderão pôr fim à luta armada que se desenvolve no sul do país.

13
Quinta-feira

Por maioria, a Assembleia da República decide efectuar um inquérito parlamentar às irregularidades e arbitrariedades do Ministério da Agricultura perpetradas na zona de intervenção da Reforma Agrária ■ Segundo um parecer da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, a decisão de venda de acções do «Jornal de Notícias», nos moldes definidos pelo Governo, pode pôr em causa o futuro da EPNC e do próprio «JN» ■ Respondendo à mensagem conjunta dos «seis», Mikhail Gorbatchov afirma que a União Soviética decidiu abster-se da realização de explosões nucleares enquanto os Estados Unidos não produzirem nenhuma. Esta intenção continua a ser válida mesmo depois de 31 de Março, data em que termina a moratória soviética ■ Após uma série de greves decretadas pelo seu sindicato, sete mil mineiros são despedidos da mina de ouro de Blyvooruitzicht, na África do Sul.

14
Sexta-feira

O Ministério da Agricultura dá cobertura a mais um ataque à Reforma Agrária,

Mais um roubo à Reforma Agrária

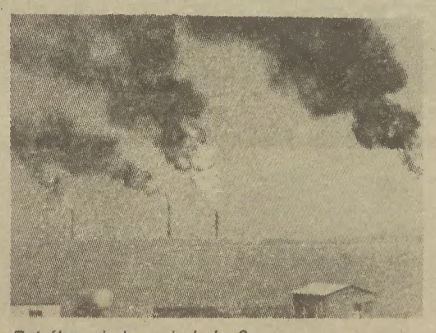
mais concretamente à UCP S. Brás do Regedouro, no distrito de Évora. Com a presença de uma força da GNR, funcionários do MAP e agrários roubam centenas de cabeças de gado compradas pelos trabalhadores ■ O PCP encontra-se com delegações do PS e do PRD. No final dos encontros, o secretário-geral do PCP salienta que «nos satisfaz registar este diálogo muito amplo entre forças democráticas, a que há muitos anos não estávamos habituados» ■ O secretário de Estado adjunto para a Comunicação Social reune-se separadamente com as direcções da Anop e da NP, com vista a debater a fusão das duas agências ■ Tropas leais ao governo do Equador tomam de assalto a base aérea onde se aquartelava o general Vargas Pazzos. O oficial, que conseguiu fugir, afirmou que a sua sublevação tinha «raízes políticas» ■ A União Soviética propõe aos Estados Unidos o início, em Abril, de negociações bilaterais para uma interdição total das experiências nucleares.

15
Sábado

No final do Encontro de Quadros do PCP sobre o Trabalho Autárquico, Carlos Costa critica o projecto de Orçamento de Estado e o anteprojecto governamental de reorganização dos serviços camarários. Os militantes comunistas exigem ainda o reforço de verbas para o Poder Local ■ Termina, em Lisboa, o V Congresso Português do Clínico Geral. Os congressistas, que se reuniram durante três dias, discutiram temas relacionados com doenças do ambiente, planeamento familiar, doenças cardio-vasculares e doenças da terceira idade ■ Meio milhão de suecos e estadistas de 130 países participam nas exéquias de Olof Palme. Um tão grande número de delegações estrangeiras deu aso a um intenso programa diplomático ■ Os Estados Unidos, ao apresentarem à União Soviética uma proposta sobre «verificação» de ensaios nucleares, rejeitam a proposta da URSS de interdição de todas as experiências nucleares.

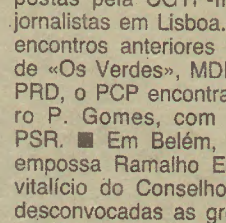
16
Domingo

No final do Seminário sobre Política de Desemprego promovido pela CGTP e que durante dois dias reuniu especialistas na matéria, os participantes concluiram que é necessário criar um milhão de empregos nos próximos dez ou quinze anos ■ O Conselho Nacional do PSD, reunido durante o fim-de-semana, aprova uma moção de apoio ao Governo. Nessa moção exorta os governantes a prosseguirem «a todo o custo na defesa do interesse nacional, ainda que tal signifique prejuizo de interesse de grupo ou de castas por privilegiadas»... ■ Nas eleições para o Parlamento francês a coligação de direita alcança a maioria absoluta. O Partido Socialista consegue cerca de trinta por cento e o Partido Comunista obtém cerca de dez por cento ■ Em referendo, os suíços recusam a integração do seu país na Organização das Nações Unidas ■ No final da Conferência ministerial dos países da OPEP, o ministro saudita do petróleo admite que o preço do barril de petróleo possa baixar até aos oito dólares.



Petróleo ainda mais baixo?

17
Segunda-feira



Pires de Miranda

O ministro português dos Negócios Estrangeiros, Pires de Miranda, considera que as actividades regulares dos terroristas da UNITA e da RENAMO em território português são «pequenas questões que têm de suceder em regimes democráticos». Pires de Miranda falava aos jornalistas no final de um encontro com industriais do sector têxtil ■ Segundo um estudo efectuado pela CGTP, apenas um em cada quarenta trabalhadores com salários em atraso aproveita o decreto imposto pelo Governo ■ O presidente norte-americano manifesta a sua intenção de enviar 50 especialistas para treinar os contra-revolucionários que actuam na Nicarágua. Para tal, tem exercido pressões para o Congresso desbloquear uma verba de 100 milhões de dólares, segundo o semanário «Newsweek».

18
Terça-feira

Inicia-se na Assembleia da República o debate das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1986. Apenas o partido do Governo apoia aquelas propostas. ■ Diminuir injustiças sociais e melhorar a situação dos trabalhadores são objectivos das 15 medidas alterntivas às do Governo propostas pela CGTP-IN e divulgadas aos jornalistas em Lisboa. ■ Na sequência de encontros anteriores com representações de «Os Verdes», MDP/CDE, PS, UEDS e PRD, o PCP encontra-se, no CT da Soeiro P. Gomes, com uma delegação do PSR. ■ Em Belém, o PR Mário Soares empossa Ramalho Eanes como membro vitalício do Conselho de Estado. ■ São desconvocadas as greves marcadas para dia 20 e dia 26 na EDP face a novas propostas avançadas pela administração. ■ Toma posse no Palácio Foz a Comissão para a Reforma do Sistema Educativo. O ministro da Educação e Cavaco Silva participam na cerimónia. ■ Pela primeira vez, a Coordenadora dos Sindicatos Médicos é recebida pela ministra da Saúde. A audiência demorou duas horas. ■ A primeira doente portuguesa a receber uma transplantação cardíaca completa um mês de operada. ■ Está em Lisboa o ministro dos NE de Espanha, F. Ordonez. ■ Mitterrand convida Chirac para formar governo. Recorde-se que a coligação de direita RPR/UDF foi a vencedora das eleições legislativas realizadas no domingo em França. ■ Declarações de Reagan sobre a «passagem de armas» para a Nicarágua através do Brasil não agradam ao Governo de Brasília, que convoca o embaixador norte-americano para prestar esclarecimentoS. ■ Confirmam-se as implicações da extrema-direita no assassínio de Olof [illegible].

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel: 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Janeiro 35 130

Semana

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 638
20 de Março de 1986
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Orçamento em debate

E ao Fundo de Abastecimento disse nada o Governo

O debate na Assembleia da República do Orçamento de Estado e das Grandes Opções do Plano para 1986 — iniciado na terça-feira última — termina hoje, com a votação na generalidade.

Que passará, não há grandes dúvidas, mesmo com a oposição do PCP e eventualmente do PS; que vai sofrer alterações na especialidade é assunto que o Governo tem já como certo.

Escusava, pois, o deputado Rui Machete, do PSD, vir fazer «bluff» quando diz, na sua intervenção, que **a aprovação do Orçamento traduz-se num voto de confiança na acção do Executivo, a sua rejeição envolve, tal a sua importância, a condenação política do Governo e a sua queda.**

O meio termo, esqueceu o deputado, reflecte a posição periclitante de um Governo minoritário que é; o Orçamento passa, mas o Orçamento que passa é algo diferente do Orçamento proposto pelo Governo.

Ao debate de terça-feira passada nos reportamos. Das suas sessões plenárias seguintes daremos conta, com mais vagar e outro espaço, na próxima semana.

Iniciou o debate o ministro das Finanças de Cavaco Silva, Miguel Cadilhe, que não desapontou nem os deputados nem os órgãos de informação quanto ao estilo.

Para mestre-escola, faltava-lhe a «menina de cinco olhos», congeminando talvez que competência é arrogância, que ser-se membro do Governo implica sobranceria perante os representantes da Nação.

Foi ao ponto de querer transformar a AR e o próprio Presidente da República em câmara de eco (como resultado, talvez, da tentativa governamental de privatizar a comunicação social estatizada) do que o Governo faz ou, para sermos mais precisos, fazer crer que faz.

Exemplo disso é a afirmação logo no início do discurso: **O Governo não tem dúvidas de que está a percorrer o longo e áspero caminho do rigor e da disciplina das Finanças Públicas. Mas não basta ter estas certezas, é indispensável que a Assembleia da República o reconheça e o afirme perante o País. É conveniente** — adverte ainda Cadilhe — **que o Presidente da República o sublinhe.».**

Perante tal afirmação, Eça de Queirós deixaria cair o monóculo e mandaria às malvas o manto diáfano da fantasia, enquanto Ramalho Ortigão não se cansaria de bater no soalho com o seu cajado; e o próximo exemplar de «As Farpas» decerto que outros temas não ia zurzir.

Mas os tempos são outros, e descontando, até, as ordens que o ministro das Finanças dá aos dois principais órgãos de soberania, damos de barato que realmente o Governo estaria a trilhar «o longo e áspero caminho do rigor e da disciplina das Finanças Públicas»... se não omitisse as contas do Fundo de Abastecimento, o «sacão» azul, como lhe chamou Carlos Carvalhas.

Mas neste, como noutros temas também controversos, o Governo achou por bem esquecer-se do rigor e da disciplina, que uns patacos no bolso (na ordem das dezenas de milhões de contos, entenda-se), arredados do controlo da Assembleia da República e, portanto, da opinião pública, sempre podem fazer jeito, caso haja eleições ou para obras de fachada. Um litro de combustível não se pode deitar fora...

Ao ministerial discurso sucederam-se 16 pedidos de esclarecimento. Octávio Teixeira, do PCP, salientou que a proposta do Orçamento não está elaborada com competência, pois anuncia já um Orçamento Suplementar, e, também ele, abordaria a questão do saco azul (o maior) que é o preço dos combustíveis.

A deputada comunista Ilda Figueiredo, por seu turno, destacou o facto deste Orçamento estar virado para o agravamento das condições de vida da população (o aumento da carga fiscal é uma realidade que sobressai) e para a destruição das empresas do sector público, com a agravante de não resolver os problemas que se fazem sentir, tendo em conta que um terço da população está a viver em condições de pobreza.

Das finanças locais inquiriu João Amaral, do PCP, ao salientar que para se falar em desenvolvimento e bem-estar das populações terá necessariamente de se olhar para o Orçamento, o qual, na versão proposta, é centralista ao nível das opções e centralizador ao nível das verbas.

Quanto à saúde pública o deputado Vidigal Amaro levantou a questão de que pelas receitas próprias que o Orçamento prevê para 86, cerca de 5 milhões de contos, contra perto de meio milhão cobrados o ano passado, tudo indica que novas taxas moderadoras estão na forja, pois tal quantia não aparece por artes mágicas. Considerou, ainda, este um dos sectores mais afectados.

Da ministerial resposta, vale a pena destacar que o Governo não quer abrir mão da carga fiscal que cada vez mais onera os combustíveis. E escusa o ministro de vir defender-se em termos restritos da gasolina, esquecendo que em termos de preços o que conta são o gasóleo e o fuel. Pode mesmo dizer, como disse — à revelia da realidade —, que nos outros países não tem havido baixas de preços dos combustíveis. Pode argumentar como pontual a baixa do preço do petróleo (agora a oito dólares o barril, sr. ministro!) e a desvalorização do dólar.

Pode argumentar com tudo isso ou ainda mais; mas o industrial, o agricultor, o pescador, o consumidor se aceitam e compreendem agravamentos em tempo de crise, não se conformam se não são despenalizados quando a conjuntura o favorece.

Sobre o aumento da carga fiscal — as intervenções que se sucederam provaram-no à saciedade — começou por dizer que, é inevitável, **haverá sempre um ou outro contribuinte penalizado.** O pior é que penalizados são um e outro. Excluídos os que têm um rendimento tão baixo que aumentar-lhes a carga fiscal seria um caso de polícia e os que têm elevados rendimentos, estes, sim, são os únicos não penalizados.

Mas depois o ministro não se mostrou muito certo da afirmação proferida e só assim se compreende que tenha acrescentado:

Não há agravamento fiscal de monta em 86! É isso o que os meus serviços técnicos me dizem.

Outra afirmação de monta é a de que **«em 86 não haverá aumento de desemprego** — Cadilhe **dixit**. E no entanto preparam-se os diversos assaltos às empresas públicas — encerramentos, desmembramentos, reprivatizações.

Hoje, no encerramento do debate, o primeiro-ministro Cavaco Silva vai certamente, mais uma vez, dar a entender que a Assembleia da República não o deixa governar. Mas governar, em democracia, e convém não o esquecer, não é ir contra a opinião da maioria do Parlamento, mesmo que o Governo seja maioritário... o que não é o caso.

■ **TR**

BERNARDO SANTARENO

Obras Completas
2.º volume

António Marinheiro ● Os anjos e o sangue ● O Duelo ● Pecado de João Agonia ● Anunciação

à VENDA

a Talhe de FOICE

Os peixes e o Cosmos

Vêm juntinhas uma à outra, na página dez do «Diário de Notícias» de há uns dias.
A primeira é maior, mais destacada, título bem negro estendido por quatro colunas. Diz que dois cidadãos soviéticos entraram no passado sábado numa coisa alcandorada a 340 mil quilómetros da Terra e, depois de fecharem a porta, puseram os equipamentos a funcionar para disporem de uma temperatura ambiente de 23 graus e uma pressão de 860 milímetros de mercúrio. Espero que os 860 milímetros sejam o correspondente ao conchego dos 23 graus, claro.
Os dois cidadãos soviéticos parece que já se habituaram mais a andar lá por cima do que cá por baixo, considerando que antes desta passeata já haviam andado oito meses consecutivos a bordo doutro cósmico apartamento. Este agora é melhor: parece que não é só na terra que pela URSS se melhoram as condições de habitação. Informa o «DN» que esta nova casa que dá a volta ao planeta em 91 segundos dispõe de camarotes individuais, lavabos pessoais, etc. Em matéria de estacionamento, melhorias também: nada menos que seis pontos de atracção, o que permitirá certamente um intenso movimento de idas e vindas.
Segundo a notícia, a estação agora habitada pelos cidadãos Leonid Kizim e Vladimir Soloviov é o primeiro passo para o estabelecimento em órbita de um centro científico permanentemente tripulado. Estes centros científicos irão fazer coisas como obter novas ligas metálicas e novos compostos bioquímicos: depois, prevê-se que nas vizinhanças destes laboratórios (seguindo em direcção às estrelas, vira-se no primeiro asteróide à esquerda e é lá) vão instalar-se superfábricas espaciais que construirão as tais ligas e compostos bioquímicos.
Outro astronauta soviético informou, cá em baixo, que a próxima nave que irá atracar, lá em cima, ao laboratório com 23 graus de temperatura ambiente será muito mais aperfeiçoada do que a utilizada agora. Ainda outro cósmico viandante — que em 68 andou pela Soyuz-6 e no ano seguinte se passeou com a Soyuz-7 e Soyuz-8 e se chama Valery Kubasov — disse que as próximas tripulações incluirão mulheres, motivo aliás que foi considerado na privacidade entretanto criada no cosmos.
O «DN» afirma no seu título que a **«Mir» irá ser permamentemente habitada**. «Mir» é o nome do dito laboratório onde se vive com uma pressão de 860 milímetros de mercúrio e que, traduzido, significa **paz**.
É bom saber que a paz irá ser permanentemente habitada.
Entretanto, a notícia não traz qualquer fotografia. Mas a outra, a que vem mais abaixo, tem-na. É uma mão sobre a qual se vêem três bicharocos com um vago ar pré-histórico, nada ameaçadores por parecerem um qualquer ictiosáurio de tamanho do mindinho de um normal bicho homem.
A notícia começa dizendo que traz boas novas aos amantes da natureza. Trata-se do esturjão-beluga, habitante do nosso planeta confinado ao mar Cáspio e que, segundo parece, estava ameaçado de extinção.
Pois informa o «DN» que empresas soviéticas de piscicultura lançaram no Cáspio qualquer coisa como 80 milhões de esturjõezinhos (belugazinhos claro), operação que salvou estes nossos afastados parentes do desaparecimento.
Conclui-se assim que a tal mão da fotografia será a de um cidadão soviético mostrando três dos 80 milhões de peixes em questão.
É bom saber estas coisas.
É bom saber que setenta anos depois de 1917 se lança a paz com 23 graus centígrados para o espaço e se devolvem 80 milhões de esturjões aos mares da Terra.
É bom saber que há mãos que desligam no cosmos os sistemas automáticos e ficam com o controlo manual da estação e que há mãos que acolhem três peixinhos que afinal já não irão desaparecer.
Até porque, lido o relatório de Mikhail Gorbatchov, se fica com mais certezas ainda de que a Terra, a paz, o futuro, o homem, tudo isto é para continuar.

■ **RC**

Assembleia da República

Na perspectiva do Governo O que é bom para a CIP é bom para Portugal

— apontou Carlos Carvalhas

Da intervenção de Carlos Carvalhas, um dos dois deputados comunistas que na terça-feira passada intervieram no debate sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano, transcrevemos:

Como bem assinalou a Comissão de Economia, Finanças e Plano no seu relatório a formulação das GOP's assenta em pressupostos sem correspondência na realidade. E isto dá que pensar, srs. deputados! O que quer o Governo?

A baixa do preço do petróleo e de muitas matérias-primas, a cotação do dólar, a baixa das taxas de juro internacionais, a reanimação das economias europeias não se encontram reflectidas nas Grandes Opções do Plano. (...)

Estamos pois perante um documento de gabinete, de um mero exercício econométrico, sem projecções sectoriais e regionais, sem uma distinção clara entre condicionantes e objectivos gerais e, pior que isto, elaborado à margem da orgânica do planeamento, sem qualquer participação efectiva dos trabalhadores e das populações e sem qualquer enquadramento a médio prazo dos objectivos apontados.

Estamos perante um documento que tanto poderia ter sido elaborado na «Gomes Teixeira» como, por exemplo, no Gabinete de Estudos do Banco Português do Atlântico. (...)

«Encher» o saco

Desde logo, a primeira verificação comezinha que ressalta é que a grande preocupação do Governo é a da sua autopropaganda e não a de dar resposta urgente aos grandes problemas económicos e sociais. Em vez de concentrar os esforços na reanimação rápida da economia, incentivando todas as formações económicas aproveitando a benéfica situação externa, o Governo procura reconstituir os latifúndios e repor os velhos esquemas de entrega das empresas nacionalizadas rentáveis ao grande capital. Em vez de aproveitar o quadro actual, para baixar as taxas de juro, diminuir com razoabilidade o preço do *fuel*, do gasóleo, do gás de cidade e das gasolinas, para impulsionar o crescimento económico, alargar o mercado interno e travar seriamente a inflação, o Governo procura «encher» com dezenas de milhões de contos o grande saco azul do Fundo de Abastecimento sem liquidar o «*stock* da dívida», mas para os utilizar sem controlo quando lhe for politicamente útil.

Em vez de dar combate às verdadeiras chagas da sociedade portuguesa, como os salários em atraso, o desemprego, as reformas de miséria e a pobreza, que atinge um terço da população, estabelecendo programas de acção específicos, o Governo preocupa-se, sim, com a venda ou entrega aos «grandes senhores» das participações das empresas nacionalizadas. (...)

A orientação da política económica do Governo é, pois, simples: **não intervir em tudo o que prejudique a maximização do lucro e intervir sempre desde que possa canalizar mais-valias e favores fiscais e financeiros conducentes a essa maximização.**

Poderíamos mesmo resumir o conteúdo das **Grandes Opções num único postulado; o que é bom para a CIP é bom para Portugal!**

É este o entendimento do Governo mas **não é o da maioria dos portugueses**. (...)

Quanto ao investimento o Governo aponta como estratégia um misto de substituição de importações e promoção das exportações. No entanto, no quadro da despesa final verifica-se que as importações sobem para 10,5% em volume e que as exportações são «restringidas» para 5,5%. (...)

No entanto, é sintomático, que num ano em que o Orçamento acusa um volume de receitas excepcionais e um aumento da carga fiscal – penalizando duramente os trabalhadores e isentando os grupos económicos – sejam, por exemplo, o Serviço Nacional de Saúde e a Acção Social Escolar duas das rubricas com decréscimos reais na despesa. (...)

Em 1980 ficou um «buraco»

Nada se diz (e isso é péssimo augúrio!) das vias de recuperação de sectores inteiros em crise e que serão profundamente afectados pela adesão à CEE como os sectores têxtil, siderúrgico, metalúrgico, naval e agro-alimentar.

A barragem do Alqueva e dos Álamos, o aproveitamento do cobre de Neves Corvo e da sua metalurgia, o aproveitamento do ferro de Moncorvo e das pirites alentejanas são pura e simplesmente metidos na gaveta...

Pela prática do Governo e pelos documentos que nos forneceu, não é difícil verificar que estamos perante umas Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado elaborados a contar com a vitória de Freitas do Amaral, em que para se obter resultados aparentemente positivos mercê de uma política demagógica na perspectiva de nova eleição se sacrificam as reais possibilidades de desenvolvimento.

É de registar que numa situação de queda das taxas de juro internacionais, o Governo nem sequer faz menção de renegociar a dívida externa de modo a diminuir a sua pressão em anos futuros...

Em 1980, o Governo fez a sua política demagógica e deixou-nos um «buraco» no Fundo de Abastecimentos e na dívida externa. Este ano se continuar a mesma política não ficaremos com um «buraco» no Fundo, mas serão desbaratados os «excedentes» sem deixar qualquer base séria de desenvolvimento.

Ilda Figueiredo

A cobiça vai só para o que dá lucro

O ataque ao sector empresarial do Estado e o desemprego foram dois temas abordados na intervenção da deputada Ilda Figueiredo, no debate sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano e de que transcrevemos, a seguir, partes:

(...) o sr. ministro das Finanças tornou aqui claro que, ao prever um crescimento do investimento no sector empresarial do Estado de apenas 2,8%, estava a pensar no desmantelamento de empresas públicas, na reprivatização das partes mais lucrativas e cobiçadas pelos grupos económicos, no encerramento do que não interessa ao capital privado.

(...)

Ao ignorar que o aumento do investimento da produção do sector nacionalizado gera o aumento do investimento e da produção nos restantes sectores, nomeadamente no privado, o Governo está a impedir o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações.

O Governo sabe, mas prefere aparentar ignorância, que uma correcta escolha e coordenação dos investimentos do sector empresarial do Estado (SEE) evitaria a importação de muitos equipamentos que poderiam ser produzidos pela indústria nacional. E porque o objectivo é prosseguir a asfixia e destruição do SEE, passando tudo o que for rentável para os grupos económicos e multinacionais, remetendo o Estado ao papel de produtor de infra-estruturas, ou seja, da realização dos investimentos não lucrativos e dos serviços não rentáveis, mas essenciais, para assegurar ao capital privado alta rentabilidade, o Governo opta por um menor investimento no SEE e por um maior crescimento nas importações.

(...)

Quanto às empresas públicas de transportes e comunicações a previsão de verbas é diminuta e insuficiente para as indemnizações compensatórias, como muito bem refere o parecer da Comissão de Economia. Com os cortes orçamentais, ficarão por cumprir o contratos-programa negociados com 7 empresas (TAP, ANA, RN, CP, Carris, Metropolitano e Transtejo). De acordo com estes contratos, as indemnizações compensatórias àquelas empresas, por prestarem um serviço público a preços inferiores ao custo, deveriam ser em 1986 de 34,5 milhões de contos. No entanto o Governo fixou em 27 milhões de contos o montante global de indemnizações compensatórias a todas as empresas do sector de transportes e comunicações, procurando ignorar que estas estão também a suportar os custos da introdução do IVA, entregando ao Estado alguns milhões.

Problemas sociais esquecidos no OE

À deputada Ilda Figueiredo perguntámos, no intervalo do debate, a sua opinião sobre o discurso do ministro das Finanças. Aqui a transcrevemos, na medida em que dá uma panorâmica das intenções do Executivo com as propostas apresentadas:

Foi um discurso que reafirmou a política do Governo contida nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento de Estado, virada para a destruição do sector empresarial do Estado, para a reconstituição dos grupos económicos e latifúndios para o aumento da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho.

Foi a reafirmação da política contida num Orçamento que não dá resposta aos graves problemas sociais do País, ao desemprego, aos salários em atraso, às reformas de miséria e à pobreza, antes contribuindo para o seu agravamento.

É sintomático que sobre a evolução do emprego e do desemprego e a repartição funcional e pessoal do rendimento o ministro das Finanças nada tenha dito, a exemplo, aliás, do que acontece nas Grandes Opções do Plano.

Assembleia da República

Álvaro Barreto diz que o Governo quer, mas...

PSD contra inquérito ao Ministério da Agricultura aprovado pela Assembleia!

Ninguém está mais interessado do que o Governo e eu próprio em que eventuais irregularidades que se cometam neste processo sejam descobertas, se é que elas existem. — Quem assim falou foi o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, no final do debate que se travou no plenário da AR, na passada terça-feira, sobre os pedidos de inquérito às irregularidades cometidas na Reforma Agrária pelo Ministério da Tutela.

As iniciativas de inquérito partiram do PCP e do PS, tendo sido aprovadas por maioria com os votos destes dois partidos, do PRD, MDP/CDE e ainda dos deputados independentes António Barreto, Lopes Cardoso e Ribeiro Teles. O PSD e o CDS votaram contra a iniciativa comunista e abstiveram-se quanto ao projecto socialista.

Mas o debate travado revelou que, afinal, o ministro e o seu Governo não estariam tão interessados, como pretendiam fazer crer, em que as irregularidades fossem descobertas.

Bem insistiu o ministro:

A verdade é que «quem não deve não teme» e, como eu não devo acho até muito bem vindo este inquérito, que irá provar o infundamentado de grande parte das acusações que foram aqui feitas na Assembleia da República. Não há nada como provar, não há nada como ver, não há nada como fazer um inquérito.

No entanto, que estas coisas por vezes podem «pegar», o ministro lançou para o hemiciclo a ideia de que o processo poderia (deveria) caber à Alta Autoridade Contra a Corrupção. Não se poupou na lisonja:

Entendo — disse Álvaro Barreto — **que este pedido de criação de uma comissão de inquérito é um claro voto público de desconfiança em relação ao Alto Comissário Contra a Corrupção.**

E «patati, patatá»... Que prestava ali a sua homenagem àquela entidade e que tanto ele como o Governo confiavam em que as investigações que esta entidade **estará a fazer, irão esclarecer a situação o mais rapidamente possível**, etc.

Os poderes da Alta Autoridade

Não «pegou» a intenção do ministro e o deputado João Amaral, do PCP, explicou-lhe porquê:

Suponho que o que é mais importante registar na sua intervenção — disse o deputado comunista — **é a desconfiança com que encara a actuação da Assembleia da República neste inquérito parlamentar e a manifestação clara do receio que tem que a Assembleia pelos seus meios próprios de fiscalização, realize esse inquérito.**

Nesse quadro, compreendo muito bem que lhe fosse favorável que o inquérito se realizasse noutras instâncias, com menos poderes de fiscalização, como é o caso da Alta Autoridade Contra a Corrupção — e menos poderes por responsabilidade do Governo, que ainda não alterou a lei —, com menos poderes de intervenção, com menos poderes de pesquisa, com menos poderes de afirmação em relação, nomeadamente, a uma questão que é central e que é a seguinte, sr. ministro: é que, como sabe, a Alta Autoridade Contra a Corrupção pode analisar actos de funcionários, mas não pode analisar actos de membros do Governo, sr. ministro. E é também de actos de membros do Governo que estamos a tratar.

E prosseguiu João Amaral:

A segunda questão é que, por essa razão, muito fácil se torna que o sr. ministro aqui apareça na posição — e só o sr. ministro — de justificar a corrupção, dizendo que ela é um facto natural. O que se trata nesta Assembleia é de, analisando a corrupção quer como facto natural ou não, corrigir as situações que estão criadas.

E se o sr. ministro manifestou a disponibilidade inicial para que estas questões se resolvam, então a Assembleia por direito próprio, tem que assumir plenamente este inquérito parlamentar com o objectivo que lhe está definido: verificar o cumprimento da legalidade, verificar a conformidade entre os actos do ministro e a legislação em vigor e fazer o ponto da situação em relação à Reforma Agrária.

O busilis da questão

Aqui está o busilis da questão e seria bom para o ministro e o respectivo Governo poderem-se arredar da chuva. Mas talvez por o «boletim meteorológico» assinalar mau tempo é que o ministro Álvaro Barreto, na sua intervenção, já veio dizer que **são diversos os casos de investigação que estão a decorrer neste momento em relação a funcionários do Ministério da Agricultura sob acusação de que as suas intervenções não teriam tido a transparência que entendemos devem ter os funcionários do Ministério.**

E para que não houvesse dúvidas, acrescentou que iria **actuar com toda a dureza em todos aqueles casos em que se detectar ter havido irregularidades.**

Veio ainda desculpar-se, numa clara alusão ao Governo anterior, que se desde 1979 sempre houve ministros do PSD na pasta da Agricultura, **o que os Governos fazem, os Primeiros-Ministros têm de assumir e, portanto, são todos solidários e não podemos destacar em menor grau a responsabilidade de todo o Governo e, em especial, do sr. Primeiro-Ministro.**

*As UCP's Cooperativas agrícolas **funcionam** bem. E porque isso sucede os sucessivos ministros da Agricultura, desde o tempo da «AD», tudo fizeram para que hoje se diga que **funcionaram bem***

Esqueceu, intencionalmente ou não, que se isto é verdade, a responsabilidade também deve ser assacada a qualquer primeiro-ministro quando escolhe um titular da Agricultura cuja actuação num executivo anterior provocou controvérsia.

Sérios indícios de actuações irregulares

Por seu turno, o deputado independente do PS, António Barreto, na interpelação que fez ao ministro começou por dizer que, depois de o ouvir, **mantenho a ideia de que este inquérito é necessário.** E acrescentou:

Devo dizer-lhe que, pessoalmente — e nada afirmei sobre isso na minha intervenção inincial —, tenho muitos sérios indícios de actuações irregulares do Ministério da Agricultura em matéria de Reforma Agrária, que venho recolhendo há seis ou sete anos.

Mais adiante, manifestando-se chocado com a afirmação do ministro de que não costuma fazer alarde do que faz, afirmou António Barreto:

O que pedimos é uma política de informação. O que peço e exijo é que o Governo, neste caso o sr. ministro da Agricultura, nos informe, sistemática, completa e exaustivamente, seja bom ou seja mau, do que vai sendo feito.

E insistiu o deputado independente do PS:

O sr. ministro não pode dizer que se trata de fazer alarde, nem sequer, exprimindo a sua modéstia e não querendo ser vaidoso, das suas boas intenções. O que queremos é uma política de informação; queremos ser informados do que se passa.

«Boa vontade» não falta

O ministro, por tudo o que se passou no debate, não ficou pois com ilusões quanto aos resultados da votação que se realizou dois dias depois. Em tom de concórdia foi o último a falar e disse:

Uma vez mais reafirmaria que não tenho qualquer desconfiança em relação à Assembleia da República. Muito pelo contrário, se tivesse viria aqui pôr dificuldades e questões a que se fizesse o inquérito.

Abrimos aqui um parêntesis, pois esta afirmação do ministro é esclarecedora da posição do Governo em relação à AR. Mas prossigamos na transcrição:

A minha posição foi de apoio completo a que esse inquérito se fizesse e — reafirmo mais — o Ministério dará todos os elementos que a Comissão entender por bem requisitar para que as situações possam ser esclarecidas.

Os aplausos que se fizeram ouvir por parte da bancada do PSD foram de circunstância — não aplaudiam o inquérito que se vai realizar (posteriormente, foi aprovada uma proposta do deputado Lopes Cardoso para que se fundissem as iniciativas do PCP e do PS), mas o membro do PSD que é — e foi — ministro da Agricultura.

Em resumo, uma comissão parlamentar de inquérito que tem pernas para andar, apesar de toda a «boa vontade» do Governo.

«Funcionaram bem!» — e fugiu-lhe a língua para a verdade

No debate travado, Álvaro Brasileiro, deputado comunista fez um repto ao ministro para que visite as cooperativas e UCP's, para ver com os seus próprios olhos qual a actividade dos trabalhadores e quais são essas mesmas produções.

Perante isto, respondeu Álvaro Barreto:

Falou o sr. deputado de certas cooperativas que funcionaram **bem. Também sei que existem, sr. deputado. O estudo que foi feito no Ministério anteriormente à minha entrada demonstra que há um número de cooperativas que são eficientes, trabalham bem e até merecem apoio.**

Sintomático o «lapsus linguae» do ministro quando falou de cooperativas que **funcionaram** bem. Talvez por isso a entrega de reservas que se registaram dois dias depois do debate. É este o apoio que o Ministério da Agricultura manifesta às cooperativas que **funcionam** bem.

Ainda não começou...

Embrenhado nas complicações que vai trazer um inquérito parlamentar à actuação do seu Ministério no âmbito da Reforma Agrária, Álvaro Barreto, quase no fim do debate teve um deslize que o deputado Lopes Cardoso não perdoou.

Disse o ministro, respondendo a uma questão de António Barreto, que relativamente ao problema da retirada de terras aos pequenos e médios agricultores houve casos em que os interesses destes foram afectados, **«pois foram entregues terras que nem sequer estavam expropriadas».**

Interrompeu Lopes Cardoso:

«Se foram entregues terras que nem sequer estavam expropriadas, a quem cabe a responsabilidade desse facto e que medidas foram tomadas, tendo em conta a assumpção dessa responsabilidade por alguém?»

Penso que o mínimo que me aconteceria — acrescentou o deputado independente do PS — **se fosse distribuir o automóvel de alguns dos colegas que aqui estão, à saída, isto é, a alguém que passasse na rua, era, se calhar, no dia seguinte ir para a cadeia.**

Se houve distribuição de terras não expropriadas há responsáveis. Onde é que estão esses responsáveis? Que medidas foram tomadas contra eles, sr. ministro?

Respondeu o ministro, certamente arrependido do que, por lapso, dissera perante a Câmara:

Sr. deputado, a responsabilidade cabe a quem tomou essas decisões na altura. Não vou aqui fazer acusações, mas há casos desses — e o sr. deputado sabe que há casos desses — casos que vêm de há anos e não de agora!

Então serão casos a apurar? — contrapôs Lopes Cardoso, ao que o ministro respondeu ser sua intenção fornecer os elementos.

Ainda a Comissão de Inquérito não começou a funcionar e já novos fumos de corrupção começam a surgir...

Quando um mês passa para uma semana

Enxofrou-se o ministro Álvaro Barreto porque o deputado do PCP, Custódio Gingão, criticou o facto de aquele membro do Governo **não ter encontrado durante mais de um mês, tempo e disponibilidade** para o debate sobre o inquérito à Reforma Agrária, interrompido no princípio de Fevereiro passado.

Justificou-se Álvaro Barreto que **logo nessa altura manifestei o meu impedimento durante, no total, uma semana e tive ocasião de oficiar a esta Assembleia, dizendo que, salvo durante uma semana do mês de Fevereiro, estaria totalmente à disposição para vir aqui discutir estes assuntos e encerrar este debate.**

Vejamos o que se passou no último debate, realizado a 4 de Fevereiro. Socorramo-nos, para isso, do «Diário da Assembleia da República», n.º 30, I Série.

***O sr. ministro da Agricultura:* Sr. Presidente, desejo somente dizer que tenho várias viagens ao estrangeiro previstas, pelo que, no caso deste debate ser adiado, gostaria que se acordasse uma data em que pudesse estar aqui presente.**

Na verdade, na próxima quinta-feira não estarei no País, pois parto amanhã para Paris, de onde venho só na sexta-feira à noite, e depois tenho uma série de viagens à Comunidade Económica Europeia.

Portanto, tenho realmente sérias dificuldades em estar presente na Assembleia durante este mês de Fevereiro, pelo que estou desde já a levantar esta questão.

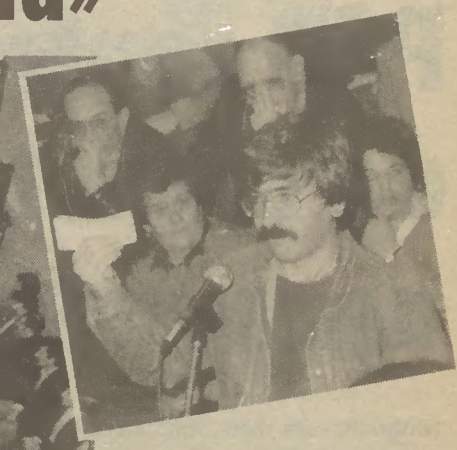
Portanto, na óptica do ministro, quando este regressasse das suas intermitentes viagens batia à porta da Assembleia dizendo prazenteiro: **«Aqui estou! Estão prontos?»** — e os deputados interrompiam tudo o que estava agendado para continuarem o debate com o membro do Governo.

PCP

Álvaro Cunhal com camaradas da Função Pública

«A força do PCP é o resultado dos 65 anos de luta»

«A melhor forma de comemorarmos o 65.º aniversário do nosso Partido é trocarmos impressões entre nós acerca dos problemas que nos preocupam.» São palavras de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, no início da sessão-debate com camaradas da Função Pública de Lisboa que se realizou no sábado à tarde no Centro de Trabalho de Alfama.



E o que se passou nessa tarde de solarenta foi exactamente isso: uma troca de opiniões franca e aberta. Problemas que mais preocupavam os camaradas presentes eram os da juventude, ainda as eleições presidenciais, os encontros com os partidos democráticos, a corrupção e a adesão portuguesa à CEE.

Foi sobre estas questões que o debate foi surgindo, não sem que, primeiro, Álvaro Cunhal tenha feito uma intervenção que, essencialmente, versou sobre os 65 anos de luta do Partido.

Nesta sua intervenção inicial, o secretário-geral do PCP salientou que «a força do PCP de hoje é o resultado desses 65 anos de luta».

Por isso se falou de princípios fundamentais do trabalho partidário. O primeiro dos quais é a consciência de classe, que representa para os comunistas «um guia seguro para ajuizarmos das diversas questões nacionais».

Sublinhando o trabalho colectivo e a discussão existente nas fileiras do Partido e a sua democraticidade interna, Álvaro Cunhal frisou que «a nossa grande unidade resulta da consciência de actuarmos segundo as decisões do colectivo», mesmo quando não nos apercebemos *à priori* da justeza das decisões.

Exemplo disso são as eleições presidenciais. A propósito — e já no período de debate — o secretário-geral do PCP afirmou que «não há partido democrático que não compreenda que se não fosse a luta do PCP teríamos Freitas do Amaral em Belém».

Assim, e olhando para estes 65 anos de luta, podemos afirmar que «o PCP é um partido unido, capaz, forte e interveniente».

Já respondendo às muitas questões que lhe foram postas, Álvaro Cunhal disse que «a guerrilha governamental não tem qualquer fundamento constitucional. Querem criar já um conflito apontando para uma dissolução da Assembleia da República e para a realização de eleições antecipadas, jogando na reconstituição da "AD" que, com os 48 por cento de Freitas, teria a maioria absoluta. O perigo está aí».

E, porque se estava num debate com trabalhadores da Função Pública, a corrupção veio a lume, tendo Álvaro Cunhal afirmado que a corrupção generalizada é «característica da degeneração de uma situação».

Ainda agora escrevemos «trabalhador da Função Pública» e não «funcionário público», como antes se dizia e muitos pretendem manter. E isto porque «funcionário público era aquele que trabalhava sem pensar. Trabalhador da Função Pública é aquele que tem uma opinião a dar sobre o seu trabalho». A diferenciação da formulação — frisou — constitui uma vitória dos trabalhadores do sector.

E para terminar voltemos ao princípio. Às palavras introdutórias de Fernanda Barroso, membro suplente do Comité Central e dirigente da Organização da Função Pública: «iniciativas como esta contribuem para estarmos mais unidos e para melhor nos esclarecermos».

Lisboa

Organização da Charneca em Assembleia

«Analisar a actividade do PCP na freguesia durante os últimos 12 anos, perspectivar as linhas de orientação futuras e eleger a Comissão de Freguesia para os próximos três anos», são objectivos da 1.ª Assembleia da Organização do PCP na freguesia da Charneca, em Lisboa, a realizar no próximo sábado, dia 22, no Grupo Desportivo das Galinheiras.

Os trabalhos da Assembleia vão iniciar-se às 9 e 30, prolongando-se até às 19 horas. A intervenção de encerramento, em sessão aberta à população da freguesia, e prevista para as 17 horas, estará a cargo de Manuel Pedro, membro do Comité Central.

Segundo informações prestadas ao Avante!, «para além dos delegados representativos dos militantes de todas as células e convidados, estarão presentes representantes dos vários partidos democráticos, bem como das direcções das colectividades, grupos desportivos e outras estruturas do movimento associativo, recreativo e cultural da freguesia.».

Centro de Trabalho mobiliza o Couço

No **Couço**, conhecida freguesia do concelho de Coruche, os militantes comunistas estão vivamente empenhados na construção de um novo Centro de Trabalho do PCP. A primeira etapa está já ultrapassada: a escritura do terreno, que ocorreu no passado dia 10. Agora, está em marcha a campanha para obtenção de materiais e mão-de-obra voluntária.

Brevemente, o novo CT será realidade.

Plenário concelhio em Santiago do Cacém

As questões da **organização** partidária estiveram em foco no recente plenário concelhio de quadros de Santiago do Cacém, na região de Setúbal. A iniciativa decorreu em Alvalade Sado, com a participação de 150 camaradas, em representação das 10 freguesias do concelho.

Vítor Proença, do executivo da DORS, e **Carlos Ramildes**, membro suplente da Comissão Política do Comité Central, também participaram neste plenário. A intervenção de Carlos Ramildes destacou temas de organização e vida partidária.

Festa da Alegria já tem data marcada

Conhecida como a maior realização político-cultural dos comunistas do Minho, a Festa da Alegria já tem data marcada para a sua edição de 1986: será nos dias 4, 5 e 6 de Julho, no parque municipal de exposições de Braga. A revelação foi feita por António Lopes, da Comissão Política do Comité Central do Partido, ao intervir no recente convívio distrital promovido pela Direcção Regional do Minho para assinalar o 65.º aniversário do Partido.

A iniciativa juntou mais de 300 pessoas, entre militantes comunistas, simpatizantes e amigos do Partido, antifascistas e membros de outras formações partidárias do campo democrático, nomeadamente representantes de delegações locais do PS e do PRD, cuja presença foi vivamente saudada pelos presentes.

«A verificação de que, no campo parlamentar, os partidos democráticos têm convergido com os seus votos para impedir tais medidas antidemocráticas, indica que vivemos uma fase nova da vida nacional, com expressão também no distrito de Braga que abre perspectivas a uma grande movimentação popular e à convergência de acção dos democratas para a solução dos grandes problemas nacionais e locais. Os partidos que nas eleições presidenciais convergiram para derrotar Freitas do Amaral estão em condições institucionais, desde que convirjam na acção, não só de impedir que o Governo tome medidas contrárias aos interesses do povo e do País, como de constituirem eventualmente a base de apoio parlamentar à formação de um outro governo.»

Portalegre

• Objectivos para 1986

Até ao fim do ano, recrutar 300 novos militantes e realizar uma campanha de fundos com a meta de 5 mil contos para as obras no Centro de Trabalho da organização distrital contam-se entre os objectivos definidos no recente plenário dos comunistas de Portalegre, efectuado em Avis.

As questões de organização dominaram este plenário de quadros, que registou a presença de 120 camaradas. António Gervásio e Blanqui Teixeira, da Comissão Política do Partido, também participaram nesta reunião.

Outras decisões tomadas: constituir até ao fim do 1.º semestre comissões de freguesia onde o número de militantes do Partido seja superior a 15; reforçar as células e melhorar o trabalho e o funcionamento das existentes; reforçar a organização distrital no seu conjunto, tendo em conta, nomeadamente, a dinamização das concelhias; e trazer ao Partido e responsabilizar novos quadros ligados à luta e aos problemas das populações. No caso do recrutamento, os jovens, os agricultores e as mulheres contam-se entre os sectores para onde se devem dirigir maiores atenções.

Posição da DORP sobre o JN

«A tentativa de reprivatização de parte substancial do sector público da Comunicação Social (rádio, jornais, TV) visa colocar meios de grande informação nas mãos de grandes capitalistas afectos ao PPD, e à reacção em geral garantindo o seu domínio político mesmo para além da inevitável queda do Governo minoritário de Cavaco Silva», sublinha uma nota recentemente divulgada pela Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP sobre «a decisão do Governo de pôr à venda o "Jornal de Notícias"».

Referindo que «a venda das acções do "JN" se enquadra naquele plano, correndo já indicações sobre os capitalistas interessados em arrebanhar o "Jornal de Notícias", para o transformar num órgão ao serviço dos interesses mais obscuros, antinacionais e antidemocráticos dos grandes grupos monopolistas, a DORP do PCP manifesta a sua confiança em que a acção unida dos trabalhadores e dos democratas deitará por terra esta manobra.»

Música jovem

Concurso em Santos

Está marcado para **4 de Abril** um concurso de música jovem e canto livre promovido pela comissão do Centro de Trabalho do PCP de Santos, em Lisboa.

A iniciativa decorrerá na «Guilherme Cossoul», conhecida colectividade popular de cultura e recreio, localizada na Avenida D. Carlos, a dois passos do Largo de Santos. Para as inscrições e toda a informação necessária os interessados devem contactar aquele Centro do PCP até ao próximo dia **28.**

A idade limite para participar no concurso é de 30 anos.

Camaradas Falecidos

Rogério Vieira

Faleceu recentemente o nosso camarada **Rogério Jerónimo Vieira**, residente na Grande Lisboa. Trabalhava no Metropolitano, pertencendo à célula do Partido nessa empresa pública.

Manuel Ferreira

Velho militante do Partido, participante nas históricas greves de Maio de 1944, faleceu recentemente o nosso camarada **Manuel Ferreira**, antigo trabalhador da Fábrica de Louças de Sacavém, de onde fora despedido. Manuel Ferreira era o sócio número 1 do Sport Grupo Sacavenense.

* * *

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas desaparecidos, o colectivo do **Avante!** apresenta sentidas condolências.

Terra

No próximo sábado, em Évora

2000 delegadas na 1.ª Conferência da Mulher Agrícola do Sul

Ultimam-se os preparativos para a realização da **1.ª Conferência Regional da Mulher Trabalhadora Agrícola do Sul**, uma iniciativa da Federação dos Sindicatos Agrícolas a decorrer no próximo sábado, nos pavilhões do Rossio de S. Brás, em Évora.

Com início previsto para as 9.30 horas, os trabalhos contarão com a presença de duas mil delegadas provenientes de todos os distritos do Alentejo e Ribatejo e de três centenas de convidados entre representantes de autarquias, grupos parlamentares e organizações sociais e sindicais.

Em debate estarão problemas que se relacionam com os direitos sociais e profissionais das mulheres, como o desemprego, a saúde, o ensino, a segurança social, a habitação e o custo de vida.

No âmbito do trabalho preparatório foram entretanto realizadas mais de 150 reuniões nas quais participaram cerca de oito mil mulheres, plenários que registaram um vivo e aceso debate em torno das questões já referidas e ainda da ofensiva que continua a ser desencadeada contra a Reforma Agrária.

De acordo com declarações prestadas durante uma recente conferência de imprensa convocada para divulgar o balanço preparatório do encontro do próximo sábado, a mulher conseguiu notáveis progressos a nível do emprego, da formação profissional e da segurança, avanços estes que todavia nem sempre têm correspondência na prática.

A este propósito, Maria Luísa Salsinha, dirigente sindical, citou o caso das mulheres agrícolas que **«são as primeiras a ir para o desemprego, continuam a ser discriminadas no salário, a fazer trabalhos que exigem enorme esforço e muitas vezes nem o salário mínimo recebem».**

Enumerando outros casos que atestam esta situação discriminatória que atinge a mulher trabalhadora, Maria Luísa referiu as situações de opressão e repressão patronal, lembrando ainda que **«são elas as que mais sofrem com a recuperação capitalista que se tem feito sentir nos últimos anos».**

«Com a situação criada em virtude do mau funcionamento da Inspecção do Trabalho, das delegações regionais do Ministério do Trabalho e da burocracia do Tribunal do Trabalho — salientou a dirigente sindical — **centenas de mulheres trabalham mas só recebem 60 por cento ou 70 por cento daquilo a que têm direito e nem beneficiam de regalias sociais.»**

Por seu turno, Mário Silva, da direcção do Sindicato Agrícola de Évora, frisou que no conjunto dos cinco distritos da Reforma Agrária existem neste momento cerca de 35 mil trabalhadores agrícolas desempregados, oitenta por cento dos quais são mulheres.

Comentando esta situação aquele sindicalista desmentiu afirmações do Governo que atribuem este estado de coisas ao facto de a **«agricultura ser pobre»**, e lembrou a este respeito os casos das 500 herdades abandonadas num total de cerca de 320 mil hectares, terras essas que se **«fossem postas a produzir acabariam com o desemprego na região».**

A questão dos jovens mereceu ainda uma chamada de atenção por parte dos promotores da Conferência, que salientaram o facto de 35 por cento dos desempregados serem jovens. **«Nós queríamos discutir estes problemas com as pessoas ligadas à área do Governo** — sublinharam — **mas não temos tido essa oportunidade. O Governo tem marginalizado sistematicamente todo o sindicato filiado na CGTP-IN.»**

Nacional

Ministra e Governo Cavaco lançam Saúde num «estado de sítio»

«Os hospitais encontram-se à beira da ruptura, os serviços de urgência entraram em colapso total e, nos cuidados primários, os chamados Centros de Saúde desarticulados e desorganizados não dão resposta aos utentes que esperam e desesperam para serem atendidos.»
O «alerta» é lançado pela direcção do Sector de Saúde da Organização Regional de Lisboa do PCP, em nota divulgada há dias.

Comentando uma situação que se **degrada a olhos vistos, atingindo níveis só comparáveis aos de antes do 25 de Abril**, o Sector de Saúde da ORL acusa os sucessivos governos de direita de serem os responsáveis pelo caos, governos esses que, **não respeitando a Constituição e a Lei do Serviço Nacional de Saúde aprovada pela Assembleia da República, procuram servir os interesses das multinacionais da indústria farmacêutica e dos equipamentos de saúde, e de um punhado de comerciantes da medicina».**

E acrescenta a nota divulgada à Comunicação Social:

«Se até aqui a principal vítima de tal política de saúde tem sido o povo português e muito particularmente os doentes, as crianças, os idosos, os deficientes, agora com o Governo Cavaco Silva também os trabalhadores da Saúde se vêem confrontados com as ameaças de despedimento, de generalização dos contratos a prazo, com a degradação acelerada da sua situação económica e social.»

E mais adiante, sublinham os trabalhadores comunistas da Saúde:

«Usando a arrogância, a ausência de diálogo e a incompetência a ministra Beleza acaba por lançar a saúde num autêntico "estado de sítio" que pode, porventura, interessar a alguns, mas que, por certo, não interessa a Portugal nem à generalidade dos portugueses.»

A luta dos enfermeiros...

As lutas dos trabalhadores no sector da saúde é tema saliente na nota que temos vindo a citar. Assim, além de saudar a luta dos técnicos, administrativos, trabalhadores da acção médica e das oficinas, o comunicado recorda que também os **enfermeiros** têm lutado pelo fim do escândalo dos tarefeiros e pela consagração de reivindicações há anos definidas pela classe.

«Ao mesmo tempo que apoiamos a sua luta», continua o documento do Sector de Saúde da ORL do PCP, «alertamos para os perigos do divisionismo que, estreitamente ligado aos interesses políticos do partido do Governo, procura travar e desmobilizar a força e a unidade dos enfermeiros».

... e dos médidos do internato geral

Noutra passagem, é saudada e destacada a ampla unidade, firmeza e determinação dos médicos do internato geral que viram coroada de êxito a sua luta contra o famigerado Decreto-Lei 12 A/86 da ministra Beleza, que lançava milhares de médicos no desemprego e ameaçava directamente uma conquista histórica da classe: as carreiras médicas.

«A vitória alcançada na AR tem um duplo alcance», refere o Sector de Saúde de Lisboa do PCP, «pois trata-se, simultaneamente, de uma pesada condenação da prepotência e incompetência da ministra e de uma não menos pesada derrota da Ordem dos Médicos que, pela sua atitude divisionista ao recusar o diálogo com os sindicatos representativos da classe, mais não fez que o jogo do Ministério para defender as suas posições anti-SNS».

Beleza para a rua!

Os problemas mencionados têm soluções. Como assinala o Sector de Saúde do PCP «a degradação da assistência e o aviltamento das condições socioeconómicas e do exercício profissional dos trabalhadores da Saúde não são uma fatalidade». Com efeito, «à volta da defesa da Lei do Serviço Nacional de Saúde, da Lei da Gestão Democrática, do cumprimento das carreiras profissionais negociadas, é possível unir os esforços de utentes e trabalhadores do sector para pôr cobro às medidas lesivas e criar condições para que o direito à saúde não seja uma simples promessa ou intenção piedosa».

O documento divulgado pelos trabalhadores comunistas da Saúde na área de Lisboa destaca noutra passagem:

«À ignorância, à incompetência e à arrogância da ministra da Saúde, que pretende mistificar a opinião pública através da televisão, enquanto o sector se afunda por falta de uma política coerente, que responda às suas mais gritantes carências, os trabalhadores deverão opor a exigência da sua imediata demissão.»

PCP

Plenário concelhio de fundos em Almada

A tarefa de recolha de fundos do Partido não é deste ou daquele camarada mas sim de todos os militantes – este podia ser o lema do plenário concelhio de fundos que decorrerá **amanhã** e no **sábado**, em Almada. A sessão de amanhã, marcada para as 18 e 30, destina-se a todas as células de empresa do concelho. No sábado, a partir das 15 horas, os trabalhos vão reunir as restantes organizações.

Tendo como ponto único da ordem de trabalhos «a importância dos fundos para o Partido, a organização e o reforço da frente de fundos», o plenário abordará, entre outros, temas como a **quotização**, a **Imprensa do Partido, iniciativas de fundos, controlo orçamental, bancas** e **locais de convívio.**

João Bernardino e Virgílio Azevedo, membros do Comité Central e da DORS, também participarão neste plenário concelhio.

Célula dos TLP

Os trabalhadores comunistas organizados na célula do Partido nos TLP de Almada têm a sua 1.ª Assembleia marcada para dia 26, às 17 e 30 horas, no Centro de Trabalho concelhio, no Pombal.

Excursão à Checoslováquia

Adiada para 27 de Março a partida da excursão à Checoslováquia organizada pela Comissão Distrital de Coimbra do PCP, é ainda possível durante toda a corrente semana tentar a inscrição, uma vez que restam lugares no confortável autocarro fretado.

A data do regresso foi também alterada — é agora 7 de Abril —, mas tudo o resto se mantém nomeadamente e como informámos anteriormente, alojamento, pequeno-almoço e transportes durante os cinco dias de permanência em Praga estão incluídos nos 35 mil escudos que custa a viagem.

A viagem de ida prevê paragens em S. Sebastian, Paris e Frankfurt, e a de regresso em Zurique, Montpellier e Madrid.

As inscrições devem ser feitas nos Centros de Trabalho do Partido de Coimbra e Figueira da Foz.

Trabalhadores

■ *José Paulo Oliveira*

Meio milhão sem emprego, um milhão com emprego precário

É necessária uma nova política!

Meio milhão de desempregados. Um milhão com emprego precário (120 mil com salários em atraso, 400 mil contratados a prazo, 100 mil ocupados a tempo parcial e 200 mil com trabalho não remunerado, entre outras situações). Falências de empresas. Má gestão. Ofensiva contra as empresas nacionalizadas e contra a Reforma Agrária. Ensino sem os apoios devidos. Juventude sem emprego nem formação. Uma agricultura e uma indústria sem estímulos. Guerra social contra os trabalhadores. Silêncio e confusão sobre o significado da adesão à CEE para o mundo do trabalho e para a vida económica em Portugal. A tudo isto, «acrescente-se» que é necessário criar um milhão de empregos nos próximos 10 a 15 anos para que o índice de desemprego não aumente. Nesse período cerca de 500 mil jovens entrarão no mercado de emprego e um número semelhante de pessoas poderão deixar a agricultura.

Como encarar e resolver esta situação? No passado fim-de-semana uma iniciativa responsável lançou pistas para essa solução urgente. Falamos do seminário sobre **Política de Emprego**, organizado pela CGTP-IN, no auditório do Instituto Nacional de Investigação das pescas (INIP), em Algés, durante sábado e domingo, com a participação de centenas de pessoas que, independentemente das suas opções políticas ou de diferentes ângulos de visão, deram um contributo precioso para a análise profunda de temas como o **emprego, formação profissional e desenvolvimento, defesa e promoção do emprego.**

Planeamento

Para já, uma conclusão fundamental: a política necessária para resolver os problemas mais urgentes do País deve ter como eixo uma política económica que aposte com todas as forças no combate ao desemprego, na promoção do emprego, na formação profissional, da abertura de justos caminhos de futuro profissional aos jovens que saem das escolas.

O seminário, que foi acompanhado por profissionais de diversos órgãos de Comunicação Social, contou com um documento-base de apoio dividido em cinco capítulos, ao longo das suas 52 páginas.

Depois de uma nota introdutória sobre estatísticas de emprego, o documento aborda a evolução do emprego em quatro pontos essenciais: **redução do nível de emprego, manutenção e reforço do nível de emprego artificial, agravamento da instabilidade de emprego, evolução e composição do desemprego.**

A CEE face ao problema do desemprego é o tema do terceiro capítulo do documento-base, que prossegue com o desenvolvimento de propostas centrais: uma nova política económica para vencer o desemprego, aumentar o grau de qualificação da força de trabalho, condição de desenvolvimento; e políticas de promoção do emprego. Finalmente, há um quinto capítulo sobre acções e medidas imediatas. Após a referência a um quadro de acção reivindicativa-base, apresentam-se ideias concretas no capítulo da organização, participação institucional, promoção do emprego, ensino e formação profissional, estatísticas do emprego e assistência material aos desempregados.

Vejamos algumas das medidas aí propostas:

Organização

• Estimular a criação de formas organizativas de desempregados, particularmente nas regiões mais atingidas pelo desemprego, por forma a aproveitar os esquemas de apoio à criação local de postos de trabalho e a exigir um correcto apoio social.

• Melhorar a informação interna a nível do movimento sindical sobre os problemas de emprego: evolução sectorial do emprego, empresas em crise, empregos precários, etc.. O objectivo é permitir trazer para a opinião pública os problemas de emprego, a exemplo do que aconteceu com os salários em atraso.

Participação institucional

• Participação da CGTP-IN em todos os órgãos ou serviços, a nível nacional, ligados ao mercado de trabalho, designadamente: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Comissão Nacional de Aprendizagem e Comissão do Ensino Técnico Profissional.

• Participação das várias estruturas do Movimento Sindical nestes vários órgãos ou serviço, a nível sectorial ou regional, ligados ao mercado de trabalho.

Promoção do emprego

• Publicação anual no Diário da República de dados pormenorizados da Segurança Social do IEFP, e de todas as entidades cujas receitas tenham como origem total ou parcial descontos para a Segurança Social.

• Melhoria do funcionamento dos serviços oficiais de emprego, no que se refere aos desempregados: criação de um Ficheiro Nacional de Desempregados, desenvolvimento de acções de formação, básica e profissional, o que implica, o aumento e a melhoria de funcionamento de centros estatais de formação profissional, Serviços Públicos dinâmicos e gratuitos de colocação.

• Transparência, rigor e controlo sindical dos apoios financeiros relativos a acções de promoção de emprego, designadamente formação profissional e criação e manutenção do emprego.

• Articulação entre os apoios financeiros à manutenção de empregos com processos de viabilização económico-financeira das empresas beneficiadas.

• Enquadramento legal das Iniciativas Locais de Emprego (ILE), por forma a que não constituam simples medidas de assistência a desempregados, ou a trabalhadores em risco de desemprego, mas contribuam para o aproveitamento das potencialidades e recursos existentes aos níveis regionais e locais tendo em vista a criação de postos de trabalho. Este enquadramento deverá passar pela: participação do movimento sindical, inversão da tendência de decréscimo dos fundos financeiros das autarquias locais, atendendo a que poderão desempenhar papel determinante no êxito destas iniciativas; apoio das instituições de crédito, designadamente através da concessão de empréstimos a juro bonificado; apoio do IEFP; estudos de mercado, «engeneering», avaliação dos projectos das iniciativas, etc. Inexistência de qualquer discriminação de carácter social ou político na atribuição dos apoios.

• Promoção de acções de combate à precarização dos empregos, designadamente: registo nos Centros de Emprego dos trabalhadores com contrato a prazo e publicação dos dados estatísticos (a exemplo do que acontece na Região Autónoma dos Açores); combate ao trabalho clandestino; proibição da utilização pelas empresas do sector empresarial do Estado do aluguer de mão-de-obra; proibição das agências de colocação de mão-de-obra lucrativas; combate na utilização abusiva dos contratos a prazo; regulamentação legal do trabalho domiciliário; revogação das portarias de extensão no sector têxtil e de vestuário que visam eliminar a regulamentação convencional sobre esta matéria.

Ensino e formação profissional

• Combate ao abandono escolar, particularmente nos ensinos primário e preparatório, com o reforço da acção social escolar, nomeadamente: alimentação (leite e cantinas subsidiadas a funcionar efectivamente); transporte dos alunos: criação de serviços públicos de transporte para crianças; redução dos preços dos passes pagos pelos estudantes; livros escolares: controlo de preços e apoio social na sua aquisição, melhoria das condições de ensino: mais professores, mais salas de aula e equipamentos escolares.

• Para a avaliação da actual experiência do ensino técnico-profissional e profissional, considera-se necessária a publicação de estatísticas sobre cada um dos cursos específicos criados, através de dados sobre: grau de insucesso escolar, número de jovens que completam os cursos, número de jovens que obtêm emprego e tipo de contratação efectuada.

• Revisão do regime de aprendizagem por forma a aumentar as possibilidades de contratação permanente dos jovens.

• Participação da CGTP-IN na revisão anual dos critérios de distribuição dos financiamentos do IEFP para formação profissional e em cooperação.

• Entrega atempada dos fundos para formação profissional do IEFP dos projectos que forem aprovados e posterior publicação dos montantes atribuídos.

• Desenvolvimento da formação profissional nas empresas, o que passa, designadamente, pela afectação anual de verbas mínimas nas grandes empresas para formação profissional, através de planos negociados com os Sindicatos. Dinamização e pleno aproveitamento dos Centros Estatais de FP e alargamento da rede actual.

Assistência material

Revisão imediata do Decreto-Lei n.º 20/85 de 17 de Janeiro e diplomas complementares no sentido de conferir ao sistema de assistência material no desemprego, integrado pelo subsídio de desemprego e pelo subsídio social de desemprego, o mais possível, as seguintes características:

• Ser universal, isto é, abranger todos os desempregados, incluindo os que nunca tiveram emprego (jovens à procura do 1.º emprego) os quais, de preferência, deveriam ser inseridos no sistema de formação profissional e de aprendizagem com remuneração apropriada;

• Manter-se enquanto durar a situação de desemprego, não tendo portanto limite temporal ou, pelo menos, cobrindo o desemprego de longa duração (superior a 2 anos);

• Assegurar uma «existência condigna» pelo que, no seu montante mais baixo, deverá aproximar-se do salário mínimo nacional.

Acção reivindicativa
Objectivos prioritários

● Participação dos trabalhadores nos processos de reestruturação económica, sectorial ou de empresa, designadamente através da negociação colectiva, tendo presente experiências como o acordo tripartido (representantes dos trabalhadores, da empresa e Governo) para a reestruturação económica das empresas de cristaleria da Marinha Grande).

● Recuperação e viabilização de empresas com salários em atraso em que o Estado, directamente ou através da segurança social, dos bancos nacionalizados ou de outras empresas públicas seja o principal credor. As empresas deverão apresentar propostas tendo em vista a abertura imediata de negociações entre os representantes dos trabalhadores, os credores e os departamentos de Estado interessados com vista à obtenção de acordos que, havendo justificação económica, financeira e social, assegurem a continuidade, ou a sua reconversão, tendo como objectivo a manutenção do nível de emprego e a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

● Negociação de medidas alternativas aos despedimentos colectivos, admitindo que em determinados casos pode haver redução, ainda que transitória, da força de trabalho, mas sem despedimentos: recurso a acções de formação profissional; criação de empregos a nível sectorial ou regional; colocação noutras empresas, ou estabelecimentos, a nível de grupo económico, ou sector de actividade; redução temporária de laboração; reformas antecipadas, etc.

● Protecção das categorias mais desfavorecidas, em particular os trabalhadores precários, designadamente: negociação a nível de empresa tendo em vista a passagem a efectivos dos trabalhadores com contratos a prazo que ocupam postos de trabalho permanentes; prioridade na admissão dos trabalhadores com estatutos precários; eliminação do recurso ao aluguer de mão-de-obra.

● Redução da duração semanal do trabalho, tendo em conta: a sua excessiva duração em Portugal face à generalidade dos países da CEE; a melhoria das condições de trabalho; os aumentos de produtividade do trabalho decorrentes de novos processos técnicos, ou das chamadas novas tecnologias; efeitos positivos sobre o emprego, se esta medida for articulada com uma política global de emprego.

Aumentar grau de qualificação da força de trabalho promover o emprego

Aumentar o grau de qualificação da força de trabalho é uma condição essencial para o desenvolvimento económico e social — concluiu o seminário organizado pela CGTP-IN. «Para isso, e estando definidos os objectivos e prioridades em termos de planeamento, dos sectores económicos cuja expansão se torna essencial para a modernização e crescimento da economia, torna-se necessário definir políticas *educativas* e de *formação profissional* extra-escolar que permitam dar as qualificações profissionais adequadas a esses objectivos e prioridades», como assinala o documento-base do seminário, a exemplo do que foi referido por alguns dos intervenientes no debate.

Como linhas de rumo fundamentais, o seminário indica a alteração da política de educação (mais verbas, mais condições de trabalho, mais apoios), o combate ao abandono escolar, o aumento da escolaridade obrigatória de 6 para 9 anos e uma maior ligação escola/mundo do trabalho.

Alterar o regime legal da aprendizagem, desenvolver e racionalizar a formação profissional extra-escolar, tornar transparente a gestão das verbas para financiar a formação profissional e inverter a política de redução da acção directa do Estado na formação profissional são outras direcções apontadas pelo seminário.

Como foi salientando no debate do último fim-de-semana, *uma política educativa articulada com uma política de formação profissional extra-escolar, que tenha como objectivos dotar o País da força de trabalho qualificada para responder simultaneamente às necessidades de expansão dos sectores estratégicos para o desenvolvimento económico e às necessidades de desenvolvimento regional permitirá levar à correcção gradual dos desajustamentos entre a procura e a oferta de empregos.*

Porém, não ficam esgotadas, com estes instrumentos fundamentais, as possibilidades de intervenção e de promoção do emprego. Existem uma série de medidas que poderão ser consideradas políticas específicas de promoção do emprego que, embora não podendo ter um impacto tão considerável como a política económica, ou mesmo a política educativa e de promoção profissional extra-escolar, têm um papel supletivo a desempenhar em termos da resolução e atenuação de situações particulares, em que, as consequências económicas, sociais e psicológicas do desemprego se manifestam de forma mais aguda.

Contudo, apontar estas políticas específicas como alternativa a uma política económica planeada visando a expansão da economia com base no aproveitamento dos recursos nacionais, só poderá sossegar almas caridosas mas nunca vencer o problema do desemprego. Estas políticas não se substituem, antes necessitam de ser acompanhadas da política económica definida.

Um ficheiro nacional de desempregados, a avaliação das suas aptidões profissionais, os incentivos à contratação de desempregados o movimento cooperativo e o emprego próprio, e, finalmente, as iniciativas locais de emprego merecem destaque especial no conjunto das propostas de uma política de promoção do emprego, avançadas e caracterizadas pelo seminário.

SEMINÁRIO POLÍTICA de EMPREGO

A introdução negociada de novas tecnologias poderia minorar os seus efeitos reais negativos e ser articulada com uma maior participação e controlo dos trabalhadores, com uma melhor organização e gestão das empresas. A introdução negociada das novas tecnologias tem de se efectuar com base na informação completa e atempada e pode conduzir à criação dum contexto favorável à reorganização e modernização das empresas, em especial, pela sua importância, das empresas nacionalizadas — salientou o seminário promovido pela CGTP-IN sobre Política de Emprego.

Preocupação fundamental combate ao desemprego

A dimensão atingida pelo desemprego na sociedade portuguesa em consequência da política económica que tem vindo a ser conduzida pelos governos justifica plenamente a reivindicação dos trabalhadores e da CGTP-IN de uma nova política económica em que o combate ao desemprego constitua o seu eixo central.

É na base dessa reivindicação que o seminário de Algés assinala no documento de apoio aos trabalhos um conjunto de propostas objectivas para vencer o desemprego no quadro de uma política de responsabilidade e de empenhamento, apontada à defesa dos interesses nacionais e à revitalização da economia.

A par da análise sintetizada e da referência a algumas medidas que desde já se impõem nas diversas áreas e sectores, o seminário chamou a atenção para dois aspectos.

Por um lado, «no combate ao desemprego, para além do Planeamento Regional, podem constituir instrumentos particularmente eficientes», sendo necessária «a participação das organizações sociais representativas, designadamente das organizações sindicais, nos diversos níveis de Planeamento e nas suas diversas fases, desde a definição à avaliação dos resultados».

Por outro lado, «a conjuntura actual, caracterizada pela desvalorização do dólar, e a queda do preço do petróleo, conjugada com o equilíbrio da Balança de Transacções Correntes (BTC), abre possibilidades favoráveis à **renegociação** da dívida externa com o objectivo de diminuir as taxas de juro que o País está a suportar e de dilatar os prazos de amortização (tendo presente que no fim de 1984 a dívida a curto prazo representa 20,2% da dívida total, e que as taxas de juro pagas rondam 9%) visando reduzir o peso do serviço da dívida». E concluí-se que «a concretização destas possibilidades permitirá, a nível interno, criar condições mais seguras para o desenvolvimento da economia com vista a combater o desemprego».

O exemplo das Pescas

A agricultura e as pescas, a indústria, o sector empresarial do Estado, a construção civil e as obras públicas e ainda o sector público administrativo (Função Pública) são áreas que merecem referências particulares, apontando-se aspectos essenciais da situação em que se encontram, o significado que têm no panorama laboral e as propostas concretas para o seu desenvolvimento, no quadro de uma política de aproveitamento das capacidades individuais e colectivas, de gestão eficaz dos recursos técnicos e humanos, de combate firme ao desemprego.

A título de exemplo, veja-se o caso das **Pescas**:

Neste sector tem-se assistido desde há duas décadas à tendência de decréscimo da produção desembarcada (de 415 mil toneladas em 1965 para 250 mil em 1985), indicação do declínio deste sector na economia portuguesa.

Por outro lado, a Zona Económica Exclusiva não foi ocupada, desconhecendo-se as riquezas que nos pode propiciar. Quanto à frota, a necessária renovação não foi efectuada, assistindo-se a um envelhecimento acentuado, que conduziu à situação actual, em que mais de 50 por cento dos nossos navios têm mais de 20 anos, ou seja, grande parte da frota pesqueira nacional está obsoleta.

Para evitar o completo esvaziamento deste sector, que poderia ser importante factor de desenvolvimento e de criação de novos postos de trabalho, impõe-se que se desenvolva a investigação e formação profissional, tendo em vista a gestão adequada dos nossos recursos e, fundamentalmente, impõe-se o apoio estatal à modernização e expansão das frotas com recurso à nossa indústria de construção e reparação naval.

Debate aberto

O seminário promovido pela CGTP-IN reuniu um largo conjunto de intervenções que, sob os mais variados ângulos, analisaram temas gerais e sectoriais como, por exemplo, o tratamento estatístico dos factores emprego/desemprego, os aspectos fundamentais de uma efectiva política de e[illegible] da situação nas [illegible] sectores da economia nacional, experiências europeias na área da política emprego, os efeitos da adesão à CEE e as consequências do Tratado de Adesão para o mundo [illegible] trabalho em Portugal, salários em atraso, despedimentos, duração semanal da actividade laboral, segurança social e apoio nas situações de desemprego, ensino, formação profissional e primeiro emprego, combate ao desemprego, organização do trabalho, relações laborais, novas tecnologias, iniciativas locais de criação de empregos, desenvolvimento industrial e emprego, política de emprego no quadro de uma política económica social apontada ao desenvolvimento, descrição de situações actuais, etc.

Além de dirigentes Central, incluindo membros dos seus organismos executivos (Kalidás Barreto [illegible] a intervenção de abertura, Rosa Maria Marques a encerramento), o seminário registou a participação e experiência das Federações de Sindicatos (como as Metalurgia, Metalomecânica e Minas, indústrias Eléctricas, Pescas, Ferroviários, Transportes Rodoviários Urbanos, Têxteis, etc.), Uniões de Sindicais (como as de Lisboa e Porto) quadros sindicais, membros de gabinete de estudos da CGTP-IN e outros especialistas na área do emprego (economistas, sociólogos, etc.), incluindo quadros ligados à investigação e à docência no Ensino Superior, casos do Instituto Superior de Economia.

Rocha Xavier, Duarte Pimentel, António Brandão Moniz, António Teodoro, Ilda Figueiredo, António Mathomens, Rogério de Brito, António Romão, Cláudio Teixeira, Cláudio Coimbra, Santos Nunes, Fernando Marques, Ilona Kovacs, Acácio Catarino, Augusto Mateus, Inês Fontinha, Manuela Silva, Sérgio Ribeiro, João Abel de Freitas, contam-se entre os participantes que apresentaram comunicações individuais ao seminário.

Iniciativa dinâmica, este seminário, que mostrou a vitalidade do movimento sindical na abordagem dos grandes problemas da sociedade, caracterizou-se pela exposição realista dos temas, num elevado índice técnico, bem simbolizado na riqueza do documento-base elaborado pela Central para apoio aos trabalhos do seminário.

Trabalhadores

Contestada proposta governamental

CGTP propõe 15 medidas para melhorar condições de vida

A Assembleia da República vota hoje na generalidade a proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo Governo. Em conferência de imprensa realizada terça-feira, a CGTP-Intersindical Nacional contestou a proposta governamental e apresentou as suas propostas alternativas. São 15 medidas para diminuir a injustiça fiscal e social. A contestação sindical surge essencialmente tendo por base o pressuposto de que hoje em dia se vive uma conjuntura internacional favorável à economia nacional e que, por isso, estão criadas as condições para a melhoria das condições de vida dos portugueses, o que não se vislumbra na proposta do Orçamento de Estado.

A preocupação governamental em resolver os mais prementes problemas do povo português é fictícia e — à luz da proposta do Orçamento de Estado — pode mesmo ser considerada como meramente propagandística, uma vez que, não só agrava a injustiça fiscal, como não compensa esta carga de impostos em áreas tão importantes para o bem estar das populações como sejam a educação, a saúde, segurança e assistência sociais, habitação e equipamentos urbanos e outros serviços colectivos e sociais.

Pelo que se vê, e apesar da propaganda governamental, quanto ao Orçamento de Estado, nada de novo no horizonte. Com maior ou menor alarde, a política de direita mantém-se e, como tal, ela é gravosa para os trabalhadores e camadas mais desfavorecidas da população.

Vectores principais

Na conferência de imprensa, em que participaram Maria do Carmo Tavares e Manuel Lopes, ambos membros da Comissão Executiva do Conselho Nacional, e Eugénio Rosa, economista membro do Gabinete de Estudos da central sindical, as propostas sindicais para o Orçamento de Estado foram exaustivamente apresentadas.

Da conversa mantida com os jornalistas e do documento apresentado ressalta o profundo conhecimento da situação por parte da CGTP e o realismo das suas propostas. Estas incidem, essencialmente, em quatro vectores: a necessidade de se obter um desagravamento fiscal e uma **diminuição da injustiça fiscal**; a premência do estímulo do **desenvolvimento económico**; a urgência da adopção de medidas orientadas de **política social** com vista a uma melhoria rápida das condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa e, finalmente, a lógica e consequente necessidade da implementação de medidas tendentes a obter um **acréscimo de receita** para financiar todo o projecto.

Ponto por ponto

Mas analisemos mais concretamente quais são as propostas de alteração do Orçamento de Estado apresentadas pela central sindical.

● Antes de mais nada, a CGTP-IN pugna por um aumento substancial da transferência de verbas do OE para o Orçamento Geral da Segurança Social. Na sua proposta, o Governo pretende transferir 32,7 milhões de contos.

Segundo a Intersindical, este movimento deve ser da ordem dos 95,2 milhões de contos. Os 62,5 milhões de contos de diferença entre a proposta governamental e a sindical devem ser usados na criação de um **subsídio de sobrevivência** e no aumento das reformas inferiores a metade do Salário Mínimo Nacional.

O subsídio de sobrevivência deverá ser atribuído às famílias cujo rendimento *per capita* não ultrapassar um terço do salário mínimo e deve ser de 50 por cento deste valor.

Quanto ao aumento das pensões, ele deverá ser igual a 60 por cento da diferença entre a reforma recebida e a metade do salário mínimo do sector.

● Nos últimos anos, a percentagem do número de desempregados que receberam subsídio de desemprego foi sempre inferior a 17% do número oficial de desempregados. Trata-se de uma situação que urge ser alterada.

A CGTP, lembrando que as receitas previstas para o extinto Fundo de Desemprego (hoje integrado na Segurança Social) propostas no Orçamento são de cerca de 61 milhões de contos, mas que apenas 16 se destinam aos subsídios de desemprego, propõe que 75 por cento da totalidade da verba para o sector seja aplicada na atribuição dos subsídios.

Com esta medida, pretende-se alargar a concessão de subsídio a todos os desempregados e àqueles que estão à procura do primeiro emprego, desde que tenham encargos familiares. A CGTP alerta ainda para o facto de que «o desemprego vai continuar ao ritmo do ano passado e que não estão previstas medidas para fazer face à situação».

● Como terceiro ponto de uma política destinada a diminuir a injustiça social — e que o Governo está em perfeitas condições para executar —, a central sindical propõe que aos trabalhadores com salários em atraso não sejam tributados nem o Imposto Profissional nem o Complementar.

● Atendendo à baixa de preço do dólar e do barril de petróleo, a Intersindical reafirma a sua reclamação da descida imediata do preço dos combustíveis, especialmente do gás (de garrafa e de cidade), do gasóleo e do fuel-óleo.

Esta diminuição tem de ter obrigatoriamente reflexo no preço dos transportes, da electricidade, dos produtos agrícolas e dos piscícolas.

● No caso do Imposto Profissional, e tendo em vista a diminuição da injustiça fiscal, a Inter propõe que, para rendimentos até 1000 (mil) contos, se cobre uma taxa de 2,5 por cento. Prevê ainda um reajustamento da diferença entre os seis primeiros escalões, de forma a os tornar mais alargados.

● No que concerne ao Imposto Complementar, que a central sindical considera como um segundo imposto profissional, a proposta é que a dedução por casal atinja os 400 contos anuais.

● O Imposto de Valor Acrescentado (IVA) é já assunto de muita contestação o que, à partida, denota a sua gravidade para a generalidade da população.

A CGTP, ao constatar que muitos produtos de primeira necessidade que não estavam abrangidos pelo Imposto de Transacções o estão agora pelo IVA — e que portanto este funciona como mais um imposto indirecto e não como imposto único —, propõe que todos os bens essenciais e serviços especiais fiquem isentos deste imposto e que se agrave (ao contrário do que acontece) a tributação dos artigos de luxo.

● A habitação é outro dos problemas fulcrais com que se debate a população portuguesa. Por isso — e atendendo a experiências realizadas pelo poder local — a central sindical propõe um reforço de 20 milhões de contos para as autarquias locais destinado à autoconstrução, autoacabamento e habitação social.

● Outra medida é a doação, a todas as crianças em idade escolar que frequentem o ensino primário, de um litro de leite diário, com vista a um maior aproveitamento escolar.

● Medida fundamental para o desenvolvimento da economia nacional e para o bem-estar das populações é o necessário fim da política de estrangulamento do Sector Empresarial do Estado. O Orçamento de Estado prevê que as transferências constantes para aumento de capitais das empresas públicas seja inferior (mesmo em termos nominais) do que no ano passado. Para a CGTP, e tendo como meta impulsionar este importante sector da vida económica nacional, a totalidade das transferências deveriam ser duplicadas.

● São ainda medidas propostas pela CGTP-Intersindical Nacional a reorganização das Juntas Nacionais do Vinho e da Fruta (em vez da sua extinção), uma baixa de três pontos percentuais — relativamente à proposta governamental — na taxa de Contribuição Industrial sobre lucros até três mil contos e uma diminuição de dois pontos sobre lucros que ultrapassem os três mil contos; o combate efectivo à fraude e à evasão fiscal; a revogação imediata do decreto do «saco azul», onde são deduzidas do Imposto Industrial todas as verbas postas como despesa até 1% da facturação e inferiores a 10 mil contos.

● Finalmente, a CGTP reclama a transferência integral da receita suplementar dos combustíveis — resultante já da sua baixa — do Fundo de Abastecimento para o Orçamento do Estado, por forma a permitir o financiamento das medidas de política social acima expostas.

LUTAS E TAREFAS

● **«As receitas que mais aumentarão em 1986 são as que incidem sobre rendimentos do trabalho e não do capital»**. A CGTP-IN, que divulga as suas propostas em relação ao Orçamento de Estado e em matéria de contribuições e impostos, refere que, com este Governo, as receitas do imposto profissional aumentam 30 por cento, enquanto que as derivadas da contribuição industrial sobem apenas 15 por cento. O **«desagravamento dos impostos que incidem sobre os rendimentos mais elevados, designadamente os do capital»**, é a opção do Governo Cavaco/PSD na sua proposta de OE apresentada à Assembleia da República para o ano corrente.

A Inter, que se opõe a essa atitude do Governo, salienta que **as classes de rendimentos menos elevados serão as mais atingidas** pela política fiscal deste Governo. Ao fundamentar o que diz com «o caso dos impostos indirectos (que não têm em conta o rendimento do contribuinte) e crescerão cerca de 45 por cento — ou 65 por cento, no caso de se incluirem as receitas do Fundo de Abastecimento — enquanto que as receitas dos impostos directos só aumentarão 7,2 por cento». Depois de sublinhar que a subida dos «indirectos» é «uma situação única nos últimos seis anos», a CGTP esclarece que, «ainda assim, em relação à contribuição industrial, **os pequenos e médios empresários são mais tributados que os grandes»**, pois a taxa de CI «baixa cinco pontos precentuais para estes últimos, enquanto que para os PMEs se mantém».

● **Eleições de CTs: a unidade vence em importantes locais de trabalho. Na Siderurgia Nacional, Guérin, Fima** (Fábrica Imperial de Margarina), **Covina** e **Icosal** eleições recentes para as Comissões de Trabalhadores deram a vitória às listas da unidade. Na Siderurgia, os concorrentes das listas unitárias ganharam nove em onze mandatos (oito, anteriormente), tendo a UGT perdido um.

Nas Sub-CTs de Paio Pires a unidade alcançou todos os mandatos (cinco); em Lisboa também a totalidade (cinco); na Maia, quatro dos cinco em disputa. Glogalmente, dos 26 mandatos disputados 23 couberam às posições da unidade. Na **Guérin** a lista unitária (95 por cento dos votos: 562 em 926 inscritos) concorreu «pelo direito ao trabalho e ao salário, contra o desmembramento» da empresa. Conquistou sete dos onze mandatos que cabem à CT da Guérin. Em eleições realizadas nos dois primeiros meses deste ano, a unidade venceu ainda nas seguintes empresas do Norte: **Oliveira & Ferreirinhas, Têxtil D. Ferreira, Aliança Seguradora, Empresa Gráfica e Instaladora**, e **Construções Campo Alegre**. Avanços significativos da unidade registaram-se também nas últimas eleições sindicais.

● **Protesto e repúdio contra repressão pelo exercício de liberdades sindicais.** Por ter participado num almoço de apoio ao Sindicato da PSP, onde usou da palavra em Junho de 1983, o agente da PSP, João Baptista Pereira da Cunha, foi transferido, compulsivamente, do Porto para Faro. **A decisão do ministro da Administração Interna foi repudiada pela Associação Pró-sindical da PSP, pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e pela comissão executiva do conselho nacional da CGTP-IN**. O despacho do ministro Eurico de Melo coincide na data com «o primeiro dia das comemorações do quarto aniversário da constituição da associação sindical dos profissionais da PSP» — assinala a CGTP. Revelando que o «desterro» do sindicalista separa-o da família (João da Cunha é pai de quatro filhos, o mais velho com 12 anos e o mais novo com 13 meses)a direcção da Inter acusa a medida de «persecutória, discriminatória e ilegal». A Central sindical sublinha que a transferência, baseada no «regulamento disciplinar da PSP, já declarado inconstitucional», é «profundamente desumana e reveladora da forma antidemocrática como o Governo Cavaco Silva encara os mais elementares direitos sindicais e humanos». A CGTP-IN «reclama a imediata reposição da legalidade e o termo da repressão e das perseguições de que estão a ser vítimas os sindicalstas da PSP».

Luta na CP

Ontem os ferroviários voltaram à luta. Durante uma semana, paralisações sectoriais de duas horas vão continuar a ser cumpridas, de acordo com o pré-aviso apresentado pela Federação sindical.

Recorde-se que os trabalhadores ferroviários recusam o «tecto» salarial de 17 por cento (16,4 na massa salarial global) que a administração pretende impor, numa acção marcada pela fuga ao diálogo e pela má vontade de negociar um acordo de empresa justo e um regulamento de carreiras digno.

Siderurgia

Ontem, a Siderurgia voltou a paralisar. Na origem da luta dos trabalhadores, que pararam no segundo período do dia, está a prepotência do conselho de gerência. Aumentos salariais justos e defesa dos postos de trabalho contam-se entre os objectivos centrais da luta. Desde 1982 que os administradores da empresa se recusam ao diálogo construtivo e sério com as ORT's. Neste momento, o CG da Siderurgia está empenhado no afastamento de 1500 trabalhadores no conjunto das três unidades da empresa. Depois, será o recurso crescente ao «trabalho alugado» aos empreiteiros...

Rodoviários da Madeira

Na Região Autónoma da Madeira tem decorrido uma forte luta dos trabalhadores dos transportes colectivos, que exigem a revisão de cláusulas do contrato colectivo. A greve iniciou-se na segunda-feira, registou adesões na casa dos 100 por cento e envolve 750 trabalhadores.

Poder Local

PCP debate reorganização autárquica

Governo quer «entrar» nas Câmaras expulsando trabalhadores!

Sendo a reorganização de serviços **uma tarefa permanente**, jamais será adequada se os próprios trabalhadores nela não participarem, **sentindo-se como parte inteira nessa participação**. Palavras de **Carlos Costa**, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, na **Reunião de Quadros do PCP sobre Reorganização de Serviços Municipais e Problemas dos Trabalhadores Autárquicos**, realizado no passado sábado nas instalações da «Voz do Operário», em Lisboa, reunindo dirigentes nacionais, distritais e locais do Partido com responsabilidade no acompanhamento destes problemas, técnicos e trabalhadores das autarquias e suas estruturas representativas, e presidentes e vereadores de Câmaras de presidência APU. Participaram, ainda, vereadores de Câmaras de presidência de outras forças políticas, num total de largas dezenas de presenças para uma discussão onde o microfone esteve sempre à disposição de quem quisesse dizer de sua justiça.

E muito se disse, ao longo das cerca de duas dezenas de intervenções proferidas. Comentando os trabalhos, Carlos Costa referiu essa diversidade e riqueza de participações, na sua intervenção final: **Foi uma reunião útil** — considerou — **onde houve opiniões que não foram comuns, como era de esperar, mas as orientações do nosso Partido encontram-se, precisamente, assim — no debate e no confronto das ideias.**

Que ideias?

É impossível transcrever o que foi dito no Encontro (assente ora em intervenções manuscritas, ora improvisadas a partir de apontamentos — e, às vezes, nem isso, quando os trabalhos entraram em plena «laboração»), mas pode dizer-se que se conseguiu, ali, um dos mais completos panoramas acerca do funcionamento, necessidades e equacionamento de soluções dos problemas dos quadros dos serviços e dos trabalhadores autárquicos no nosso país. E de viva voz, dada a presença quase exclusiva de gente directamente ligada à questão — eleitos autárquicos, técnicos e trabalhadores das autarquias e respectivos representantes sindicais.

Carlos Costa, fez, também aqui, um certo ponto da situação:

A reorganização dos serviços das autarquias — recordou — **não começa aqui, já vem de 1974 (o tempo das comissões administrativas), de 1976 (ano das primeiras eleições para o Poder Local democrático) e por aí fora.**

Daí uma das notas a reter acerca da matéria:

«Quando começámos, deparámos com uma situação em que as Câmaras não tinham poderes e se limitavam a ser órgãos periféricos do Poder Central.» Limitavam-se a despachar burocracia e a ser palco de apadrinhamentos, criando uma teia de dependências e colaboracionismos. Mas **«não havia que hostilizar essa gente (tratava-se, afinal, de um produto do regime fascista) e, sim, que os captar para trabalharem para as populações»**. E assim se fez.

Outra nota a reter dos trabalhos, constatada a partir do que foi dito acerca da prática da APU em relação aos problemas dos serviços municipais e dos trabalhadores autárquicos: **qualquer reestruturação nestes campos deve ser feita com a participação activa dos eleitos autárquicos, dos trabalhadores das autarquias e respectivas estruturas representativas.**

Quanto ao Partido, se é verdade que deve intervir, enquanto tal, nos organismos com responsabilidades no acompanhamento destes problemas, é também verdade que as relações dos eleitos com os trabalhadores não são relações de eleitos **comunistas** mas, simplesmente, de **eleitos**.

Que reorganização?

Seria, entretanto, na conferência de imprensa realizada no final dos trabalhos, com a presença de **Carlos Costa**, **Luís Sá** (membro suplente do CC do PCP e director da revista «Poder Local), **Abílio Fernandes**, presidente da Câmara Municipal de Évora) e **António Matias** (dirigente nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Administração Local – STAL), que se desenvolveriam algumas considerações acerca do Encontro e dos seus objectivos.

E disse-se:

Vividos que são 12 anos de Poder Local democrático, muitos dos problemas mais prementes das populações foram resolvidos. Como tal, **«novas áreas de actuação** se abrem, **novas formas de rentabilização e poupança de recursos se colocam** — nomeadamente o associativismo municipal». Há aspectos novos do quadro legal **que importa aplicar, para aprofundar a ruptura com as normas retrógadas que eram impostas pelo Código Administrativo de Marcello Caetano.**

Nesse sentido, estão em curso, num conjunto vasto de autarquias, **processos de reorganização dos serviços** com a participação dos respectivos trabalhadores e das suas organizações, na definição dos objectivos e nas formas de os atingir.

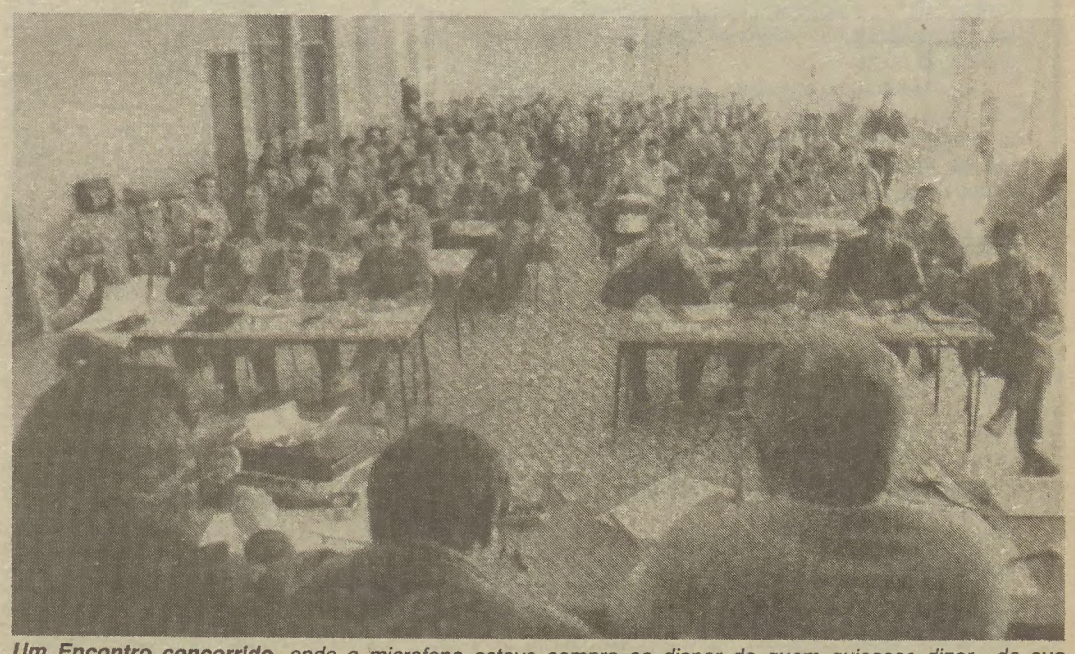
Só que se mantêm, entretanto, «ingerências e imposições por parte do Governo que seriam reforçadas com o recente projecto de reestruturação de carreiras dos trabalhadores autárquicos.

Esta proposta tornaria inviável o prosseguimento de uma política de gestão do pessoal mais justa e adequada aos interesses e aspirações dos trabalhadores, das autarquias e das populações e estabeleceria que a integração directa em lugares do quadro só possa ocorrer para absorver trabalhadores vinculados a empresas privadas, criando graves discriminações à promoção dos trabalhadores dos municípios».

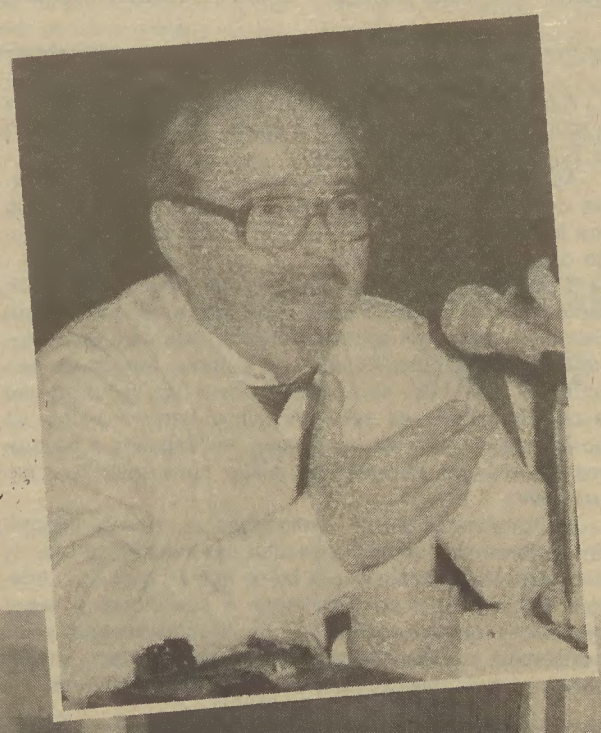
Tal proposta «torna clara a vontade do Governo de controlo do Poder Local, ao pretender atribuir-se poderes para declarar nulas as deliberações dos órgãos autárquicos que contrariem o diploma, independentemente das deliberações dos tribunais», mas «a luta convergente dos órgãos autárquicos e dos trabalhadores e suas organizações saberá, com certeza, encontrar a resposta adequada para um tal projecto».

Não às ingerências do Poder Central

Em relação aos trabalhadores das autarquias, a reunião considerou «que se impõe **valorizar o seu papel, melhorar a gestão de pessoal, assegurar os seus direitos** e **aprofundar o diálogo com as suas estruturas representativas»**, pelo que «foram debatidas formas de assegurar a participação dos trabalhadores autárquicos e dos serviços na discussão dos objectivos da gestão municipal e do seu envolvimento na respectiva concretização, como facto fundamental para melhorar a prestação de serviços às populações e a adopção com êxito de técnicas de organização e gestão modernas», bem como «formas de melhorar a gestão de pessoal, em particular **critérios justos e objectivos de avaliação do desempenho profissional, promoções, carreiras e outros aspectos».**



Um Encontro concorrido, onde o microfone esteve sempre ao dispor de quem quisesse dizer «de sua justiça»



Carlos Costa: «Uma verdadeira reorganização só é possível com a participação activa dos trabalhadores, tomando em consideração as situações concretas»

O incentivo e apoio à formação profissional dos trabalhadores das autarquias «deve ser obra das próprias autarquias ou fruto da sua participação e não de ingerências e imposições da Administração Central», sublinhou-se.

António Matias, dirigente sindical, resumiria para os jornalistas as razões por que os trabalhadores e o STAL discordam do projecto de reestruturação do Governo: **1.º — Pela sua filosofia centralizadora, própria do tempo do fascismo; 2.º — Por não resolver os problemas das autarquias, quer em necessidades de pessoal, quer no que diz respeito aos próprios trabalhadores; 3.º — Por agravar a insegurança que já existe entre os trabalhadores das autarquias (já há despedimentos e na Câmara de Cabeceiras de Basto fala-se num despedimento em massa de 100 elementos, num quadro com pouco mais de 200); 4.º — Por não resultar de uma discussão entre Poder Central, Poder Local e trabalhadores, sendo feito à medida da visão de quem mora no Terreiro do Paço e julga que conhece todo o País.**

É urgente nova lei

Recordou-se ainda que «não é possível debater questões que se prendem com o Poder Local democrático sem falar dos meios financeiros necessários». Por isso, **foi reafirmada a necessidade do reforço das verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)** contempladas no Orçamento do Estado de 1986, dando corpo às reivindicações unânimes dos municípios portugueses, exigir a verba global de 81,25 milhões de contos do FEF, correspondente a mais 25% do que o efectivamente recebido no ano de 1985», foi uma explicitação feita no encontro.

Foi também salientada a importância da apresentação pelo PCP através do respectivo Grupo Parlamentar, de uma **proposta de distribuição de verbas aos municípios**, de forma quantificada para cada um deles, que corresponde a um aumento não inferior a 20% do efectivamente recebido no ano anterior.

Finalmente os presentes reafirmaram **«a necessidade urgente de uma nova lei sobre Finanças Locais e delimitação e coordenação das actuações das Administrações Central e Municipal relativamente aos** respectivos investimentos, que corrija injustiças, arbítrios e discriminações introduzidas pelos diplomas existentes, garantindo nomeadamente a indicação do valor percentual mínimo das despesas do OE para o financiamento às autarquias e a definição rigorosa dos critérios de distribuição de verbas pelos municípios, tal como propõe o projecto de Lei no 11/IV do PCP, enviado a todos os órgãos autárquicos para recolha de comentários e sugestões».

Internacional

ONU condena ditadura chilena

A Organização das Nações Unidas condenou a semana passada a violação dos direitos humanos pelo regime fascista de Pinochet, no Chile, com base nos dados recolhidos por um enviado especial da organização àquele país da América Latina.

Segundo o relatório apresentado, as violações vão desde assassínios até às torturas, sendo o clima que se vive no Chile de insegurança, com a supressão dos direitos e liberdades fundamentais, a proibição dos exilados regressarem ao país e a manutenção do estado de sítio.

Na resolução aprovada na ONU apela-se ao governo de Pinochet para que acabe com todas as formas de tortura física ou psicológica e instaure inquéritos sobre todos os casos de torturas, assassínios, desaparecimentos e outras violações dos direitos do homem.

De assinalar, a propósito, que diferente é a opinião da Casa Branca, como afirmou há dias Donald Regan à cadeia de televisão NBC. **Acreditamos,** disse Regan, **que há hipóteses de se levar esse governo** (de Pinochet) **a agir de uma forma democrática.**

Eleições nas Filipinas

O governo filipino presidido por Corazón Aquino afirma estar decidido a promover a realização de eleições legislativas e locais no país, bem como a preparação de uma nova Constituição, até ao final do ano.

A informação foi divulgada pelo vice-presidente Salvador Laurel, segundo o qual as novas autoridades das Filipinas desejam corrigir os erros e organizar um referendo para uma nova Constituição, cujo projecto deverá ser redigido por uma comissão de pessoas representativas das diferentes tendências da sociedade filipina.

Entretanto o ex-presidente Marcos, refugiado na base militar americana de Hickam, no Hawai, procura um país que aceite recebê-lo como exilado já que, segundo afirmou ao «New York Times», a situação em que se encontra é ofensiva para a sua dignidade. Nos EUA, no entanto, há quem especule com os repentinos pruridos de Marcos, admitindo que não passam de uma manobra para evitar a divulgação de um relatório sobre as suas actividades financeiras nos Estados Unidos, quando estava ainda no Poder.

Exploração na África do Sul

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os negros sul-africanos, que representam 70 por cento da população do país, recebem menos de vinte por cento do rendimento nacional, enquanto a minoria branca (menos de 19%) arrecada 74 por cento do referido rendimento.

Um trabalhador negro tem mensalmente um rendimento entre 20 a 25 vezes inferior ao de um branco. Esta situação é ainda mais agravada no sector agrícola, onde se mantém um sistema quase esclavagista, com trabalho não remunerado, subsistindo os trabalhadores negros apenas com o que produzem em pequenos lotes de terra «cedida» pelos proprietários brancos.

Suíça não entra na ONU

Pela primeira vez na história da Suíça foi colocada a questão — sob a forma de referendo — da integração do país na ONU. A resposta foi «não». Um «não» só possível pela manipulação da própria ideia do que é a neutralidade — posição política que conta de facto com o apoio popular. Assim, os argumentos utilizados contra a adesão giram em torno do conceito de que tal adesão porta em causa a neutralidade e a independência do país.

Nos debates nas Câmaras federais, aqueles que mais acerrimamente se pronunciaram contra, são destacados representantes do patronato, nomeadamente o director da «União Central das Associações Patronais».

O que não surpreende. Defendem a sua liberdade de movimentos e de negócios. Um exemplo: quando na ONU foram insistentemente exigidas sanções económicas contra a África do Sul, os bancos suíços apressaram-se a utilizar o espaço vago enquanto outras empresas estudavam formas de tornear as decisões internacionais.

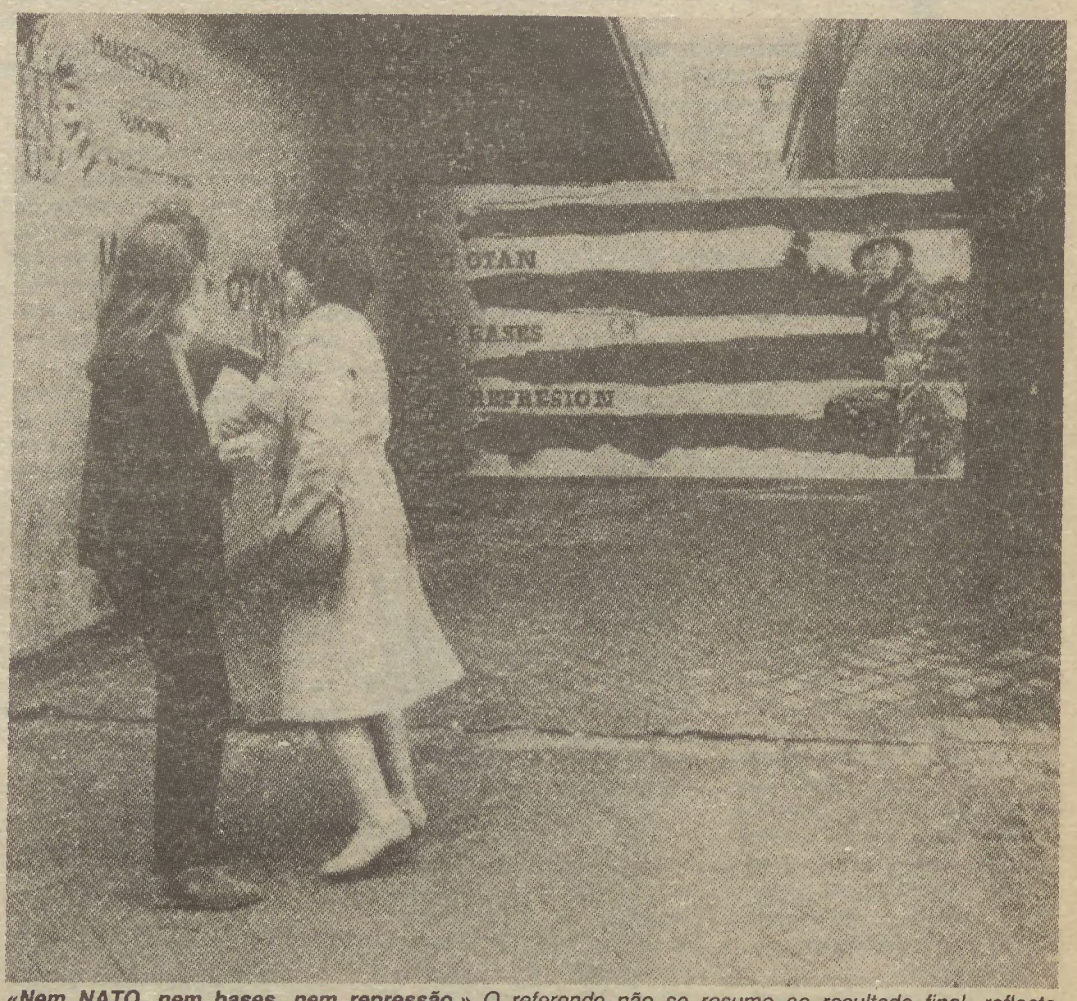
Referendo em Espanha não se reduz ao sim

O resultado do referendo realizado em Espanha sobre a permanência na NATO foi, como todos sabemos, um **sim**. Mas no PSOE não se apressaram a clamar vitória. E não por acaso. Se o **sim** abre caminho a uma situação desfavorável ao próprio indispensável processo de desanuviamento, com o reforço do bloco militar NATO, não é menos verdade que se trata de uma resposta profundamente condicionada. E nem todas as consequências deste referendo serão de molde a animar os que continuam a votar no militarismo.

Antes do mais vale a pena relembrar alguns dados sobre **como foi obtido o** sim.

A primeira condicionante é a própria formulação da questão do referendo. A Espanha manter-se-á na NATO mas, comprometendo-se o governo face ao povo espanhol a não integrar a organização militar do bloco, a garantir o estatuto de país desnuclearizado, e a promover a redução da presença militar norte-americana no país.

A prática indica que inscrever tais opções no papel — sobretudo quando a título de promessas possivelmente demagógicas — é fácil. O difícil é garantir a sua concretização, ou seja, a retirada progressiva das tropas americanas e a não existência de armas nucleares nas múltiplas e importantes bases dos EUA em território espanhol.



«Nem NATO, nem bases, nem repressão.» O referendo não se resume ao resultado final, reflecte também um amplo movimento de massas pela paz

Mas no caso concreto, o que mais importa destacar é que o governo do PSOE avança com tais promessas, na prática a troco da entrada na NATO. O que diz muito da importância da não nuclearização e da não presença de tropas americanas no território espanhol, para o seu povo.

Paralelamente esgrimiram-se todas as armas possíveis. A nível interno e externo.

Os exemplos abundam.

Em conversações entre representantes espanhóis e os bancos internacionais sobre a concessão de um empréstimo a Madrid, foi anunciado que o nível da taxa de juro dependeria da participação da Espanha na NATO.

Dias antes da consulta popular, os directores dos oito maiores bancos de Espanha e das 300 maiores empresas do país anunciaram o seu apoio ao **sim**.

Nas suas últimas intervenções da campanha, Gonzalez tentava convencer o eleitorado que o não significaria um aumento do desemprego, a diminuição do nível dos investimentos e até o abandono da CEE.

As pressões exercidas pela própria NATO e por embaixadas em Espanha assumiram aspectos de ingerência. As organizações integradas na «Plataforma cívica pela saída da Espanha da NATO» denunciaram mesmo a multiplicação de declarações, em Lisboa, quando da posse de Mário Soares como PR, de apoio à permanência na NATO, poucas horas antes do referendo.

Mas de par com este **sim**, condicionado, outros factos há a salientar.

E o mais importante é que ninguém poderá apagar a envergadura do movimento de massas, o amplo debate público, as muitas centenas de milhares de pessoas que participaram em manifestações, os debates nas empresas, a ampla discussão sobre os problemas da paz e do desarmamento, do que é a segurança na época nuclear, do que representa a presença de bases militares norte-americanas em território espanhol. A importância de ter sido estruturado um amplo movimento unitário — contra a NATO — mas também, em termos mais gerais, pelo desanuviamento, pelo desarmamento, pela paz.

É de salientar ainda um outro dado da questão: pela primeira vez na história da NATO um país membro levou a referendo a sua permanência nesta organização militar. Um precedente que facilitará caminho a outros casos semelhantes sempre que, neste ou naquele país da Aliança Atlântica, se gerem condições propícias a tal consulta popular. O que os militaristas da NATO não podem deixar de considerar séria ameaça.

Por tudo isto, o referendo em Espanha, o seu alcance político, não se podem reduzir ao resultado concreto alcançado.

A SIP do PCP, em comentário aos resultados do referendo sobre a NATO realizado em Espanha, divulgou, no passado dia 12, a nota que reproduzimos.

Apesar dos resultados favoráveis ao sim, os resultados do referendo hoje realizado em Espanha traduzem uma fortíssima corrente de opinião desfavorável à integração daquele país na NATO.

É necessário recordar ainda que o governo do PSOE (partido que no passado tinha defendido a não integração) acabou por obter um apoio maioritário mas para uma integração na NATO que, segundo os próprios termos da pergunta do referendo, será acompanhada do compromisso da não integração na estrutura militar daquele bloco, da não instalação de armas nucleares em Espanha e da progressiva redução da presença militar norte-americana naquele país.

Em qualquer caso, a confirmação da recente integração da Espanha na NATO constitui um injustificado factor de reforço e ampliação desse bloco militar, quando o interesse dos povos e da paz impõe e continuará a impor acentuados progressos na via do desanuviamento e da coexistência pacífica, no quadro de um processo conducente ao futuro desaparecimento dos blocos militares.

Solidariedade com o PC Libanês

O Comité Central do PCP, enviou ao Comité Central do Partido Comunista Libanês, dia 13, uma mensagem de solidariedade que transcrevemos.

Queridos Camaradas,

Ao tomarmos conhecimento dos bárbaros assassinatos dos camaradas Souhail Tarvilé, membro do Bureau Político do CC, e Kahlil Nanos, membro do CC, manifestamo-vos a nossa viva condenação por tão ignominiosos crimes. Eles integram-se na escalada de agressão e genocídio, que igualmente condenamos com veemência, levada a cabo pelos sionistas de Israel e os seus aliados no Líbano, com o apoio dos imperialistas norte-americanos, visando a partilha do Líbano e a sua colocação na órbita do imperialismo.

Os comunistas portugueses expressam a sua solidariedade à luta heróica dos comunistas libaneses e ao povo do Líbano, desejando-lhes os maiores sucessos na sua luta pela unidade e independência nacional do Líbano.

Internacional

França

Quando se abre as portas à direita

Um novo quadro político foi criado em França com as eleições do passado domingo. Novo quadro que irá acarretar dificuldades acrescidas à vida e luta dos trabalhadores franceses, de largos sectores da população. A Assembleia Nacional resultante do escrutínio do fim-de-semana tem, como é sabido, uma composição favorável à direita: 277 lugares para os maiores partidos da direita, RPR/UDF (que concorreram unidos), 206 para o Partido Socialista, 35 para o Partido Comunista Francês e 34 para a Frente Nacional de Le Pen (grupo fascista e racista). Múltiplas razões — e fundas — haverá para tais resultados, e sem dúvida, os comunistas, os trabalhadores franceses, saberão, não só destrinçá-las como fazer delas campo das sua luta quotidiana, na defesa dos vitais interesses das massas populares.

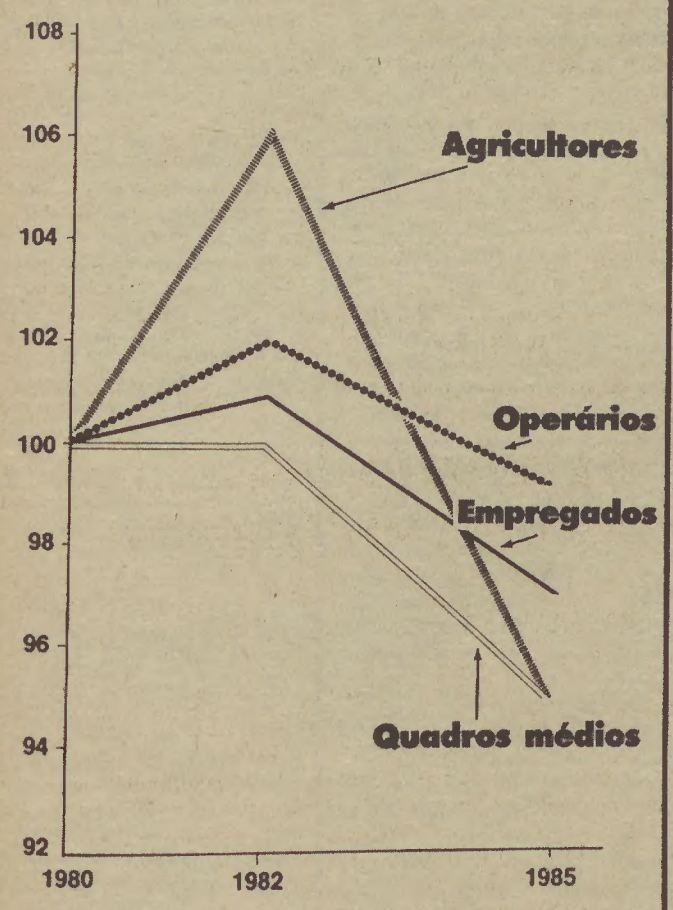
É indispensável entretanto, e porque o que se passa em França, como em qualquer outra parte do mundo, também a nós diz respeito — solidariamente e pelos seus reflexos — abordar alguns factos significativos, mantendo-nos à margem da discussão que os «analistas» vão desenvolvendo sobre o futuro governo e a — nova — realidade da «coabitação» de partidos diferentes em diferentes órgãos do poder político.

Em comentário às eleições legislativas francesas, a SIP do PCP, divulgou, dia 17, a seguinte nota:

Sem prejuízo da consideração de outros factores, o resultado das eleições legislativas francesas parece traduzir a realidade essencial do fracasso da gestão governativa do PSF que, tendo abandonado os compromissos eleitorais de 1981 e tendo adoptado em aspectos cruciais a própria política da direita, se mostrou incapaz de dar resposta eficaz aos problemas económicos e sociais da França, acabando assim por defraudar as esperanças e expectativas populares e por permitir a criação de condições para o ascenso e a vitória eleitoral da direita.

Não é de excluir, entretanto, que a campanha de propaganda conduzida pelo PSF contra os perigos do regresso da direita ao poder lhe tenha permitido beneficiar da ilusão de «voto útil» por parte significativa do eleitorado habitualmente colocado à sua esquerda.

Evolução do poder de compra em função dos rendimentos de 1980 a 1985



Depois da subida de 1980-1982, o poder de compra dos assalariados e das famílias com poucos recursos sofreu uma quebra histórica

Política de direita
Os factos

Em Janeiro deste ano, em entrevista ao canal 2 da TV francesa, o primeiro-ministro Laurent Fabius afirmou: «Foi a nós que coube fazer o 'sale boulot', precisamente porque ele não tinha sido feito antes (...), Encerrar empresas... despedir... este trabalho foi a esquerda que o fez».

Cínica e esclarecedora afirmação que nos dá, no fundo, a medida do que foi a política dos socialistas — a coberto do termo genérico 'esquerda'. Política de direita, que sem dúvida contribuiu de forma preponderante, para abrir portas à direita. O que aliás foi destacado em comentários do secretário-geral do PCF, Georges Marchais, posteriores ao conhecimento dos resultados eleitorais.

Os factos confirmam à saciedade a concretização do 'sale boulot' (as «medidas impopulares», como muitas vezes se diz aqui em Portugal). Mesmo que em fase pré-eleitoral se tenham feito múltiplos malabarismos numéricos para encobrir a por vezes dramática agudeza da realidade.

Referimos apenas alguns — significativos — dados concretos.

• **A quebra do poder de compra dos salários** foi ao longo destes anos (com a ressalva dos anos 81/82, fase em que algumas das promessas eleitorais ainda foram concretizadas, no quadro de uma unidade de esquerda) um dos factos que sem dúvida mais afectou, e profundamente desiludiu, as entusiásticas massas de populares que saudaram, com a eleição de Mitterrand, a abertura — possível — de uma outra fase da sua vida colectiva.

Os números revelam — ao arrepio da sua manipulação, e confirmando a prática quotidiana da grande maioria dos franceses — que o salário/hora médio de um operário, que em 1973 era de 40% superior ao salário mínimo, não ultrapassa hoje em mais de 24%. Paralelamente, com o TUC (trabalhos de utilidade pública, destinados a ocupar os jovens e enganar os números reais do desemprego neste sector da população, a que assim se vai protelando ou se veda de facto o acesso a uma profissão), o chamado desemprego técnico, o trabalho a tempo parcial — cerca de 8% da população activa recebe menos que o salário mínimo. Quanto aos subsídios sociais, o panorama não é melhor: o nível médio do subsídio de desemprego perdeu 15% da capacidade de compra, entre 1981 e 85; as pensões de reforma, de 2 a 3%; os abonos de família, e 2 a 3%.

Neste mesmo período (1981-85), o desemprego atingiu mais 200 a 250 mil pessoas (contando, de facto, a totalidade de pessoas sem trabalho, sem o recurso a «truques», que escamoteiam uma boa parte dos atingidos por uma realidade social hoje considerada como das mais graves no sistema capitalista).

• **E o desenvolvimento económico?** Este o argumento vulgarmente utilizado para justificar os sacrifícios (dos trabalhadores). Um argumento viciado à partida, porque se baseia na lógica — inerente ao capital — de o desenvolvimento económico se poder processar **contra** os trabalhadores. Mas também aí os resultados são negativos. A taxa de crescimento tem sido mesmo inferior à de outros países da Europa capitalista (naturalmente num quadro de desenvolvimento comum). E é significativo que no Relatório de Contas de 84 se afirme: «Hoje é mais rendoso colocar sem risco os capitais no mercado financeiro do que investir em arriscadas operações produtivas».

Depois da grande esperança a queda da grande desilusão.

A que se somou, o «voto útil» — apesar de tudo no PSF — na esperança de ainda assim barrar caminho à direita declarada.

***A luta** contra a política de direita vai continuar*

O apelo ao «voto útil»

Votar no PSF, que sempre desenvolveu uma política de direita, contra a direita? Parece um paradoxo, mas é uma realidade não exclusiva de França. No concreto, esteve em causa a utilização da vontade dos trabalhadores de se opor à direita, para retirar votos aos comunistas. Foi uma sistemática campanha que se pode qualificar de chantagem política. E embora muitos outros factos haverá sem dúvida a ponderar, de outra forma correndo-se o risco de simplificar uma realidade bem complexa, a verdade é que os resultados eleitorais parecem indicar que essa campanha teve os seus frutos. Muitos dos votos dos socialistas não serão — longe disso — um aval à sua política de direita.

Referimos aqui apenas um pequeno exemplo do que foi tal campanha.

Em vésperas das eleições — 14 de Março — no canal 1 da TV francesa, o primeiro-ministro lançava um apelo ao eleitorado comunista para criar um movimento de unidade comparável ao de 1981(!) e dizia: «existem uns 60 departamentos onde se pode votar comunista (...) votar comunista nesses departamentos, é o mesmo que guardar no bolso o boletim de voto». Estranha forma de conceber um movimento de «unidade»!

O perigo fascista

É uma face particularmente preocupante destes resultados eleitorais. Que tem muito a ver com racismo. Que tem muito a ver com anticomunismo. E com o esforço propagandístico quotidiano, com que se pretende responsabilizar os imigrantes pelos gravíssimos problemas que afectam os trabalhadores franceses.

Um perigo tanto mais real, quanto o partido fascista de Le Pen está longe de se encontrar isolado nos seus propósitos. Distingue-se pela linguagem e pela violência. Mas partilha concepções e projectos políticos da direita em geral.

Não era por acaso, em vésperas das eleições de domingo, que Chirac afirmava, entre as prioridades da direita, a necessidade de «resolver as crispações que existem actualmente como resultado do excesso de trabalhadores imigrados no nosso país, geralmente clandestinos e por vezes delinquentes».

São apenas alguns factos. Dados de uma realidade — difícil — em que se vai desenvolver uma nova fase de lutas para os trabalhadores franceses. Contra a política de direita. Essa política que os socialistas igualmente concretizaram, abrindo portas ao reforço parlamentar dos partidos do capital.

A política do PSF • *lido na imprensa*

• «— O futuro económico e social: a França, é um facto, está empenhada numa fase de forte recuperação (leia-se, recuperação nos lucros do capital) (...) Raymond Barre lançou-se ao trabalho a partir de 1976. Os socialistas, que não eram esperados neste processo, prosseguiram com a recuperação e conseguiram mesmo, em certos aspectos, melhores resultados. É verdade que o interromperam em 1981-1982, e o puseram em perigo, Mas hoje, nem Barre nem Fabius admitiriam, por um momento sequer, que seria altura de afrouxar o esforço.»

(«Le Monde», 16-17/3)

• «Miterrand bateu mesmo o recorde de firmeza neste domínio (da política externa). Apesar da presença, no início do seu mandato, de quatro comunistas, mostrou ser um aliado leal e eficaz dos Estados Unidos. Deu o seu apoio à instalação dos euromísseis, enviou tropas, lado a lado com os americanos, para Beirute, tentou suster Kadhafi no Tchad, faz pressão sobre Gorbatchov em matéria de direitos humanos e de controlo de armamento, estabeleceu sólidas relações de trabalho com os seus vizinhos conservadores, o chanceler Kohl e a sr.ª Thatcher...»

(«Newsweek»)

Internacional

América Central

Propostas de Paz contra os planos de guerra dos EUA

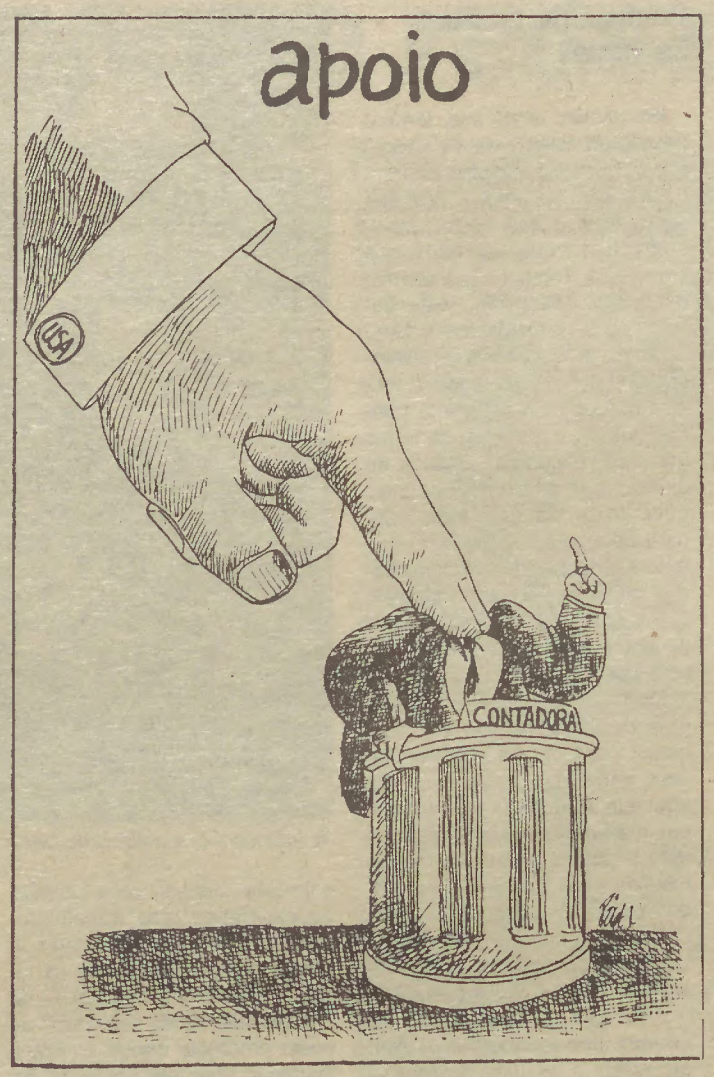
A situação na América Central volta a estar no centro das atenções internacionais com o debate, por um lado, das propostas de paz apresentadas pelo Grupo de Contadora e o Grupo de Apoio na Acta de Caraballeda e, por outro lado, com o debate no Congresso dos EUA, pela segunda vez, da proposta da administração Reagan de fornecer aos anti-sandinistas uma ajuda de cem milhões de dólares.

Recusada há não muito tempo pelos congressistas norte-americanos, a proposta de Reagan reaparece agora sob a forma de um compromisso, quiçá mais susceptível de satisfazer os pruridos dos zelosos defensores da democracia à americana. Segundo o «New York Times» o compromisso resume-se ao seguinte: os cem milhões de dólares que Reagan quer dar aos «contras» da Nicarágua, 70 dos quais em ajuda militar, ficarão congelados numa conta bancária por um período de seis meses, findos os quais, no caso do governo nicaraguense não encetar negociações com os bandos terroristas, a verba será entregue a estes últimos, classificados em Washington de «combatentes da liberdade».

O artifício não podia ser mais rudimentar. Com efeito, pese embora o facto do Departamento de Estado norte-americano e a CIA estarem proibidos desde o ano passado de auxiliar a contra-revolução nicaraguense, é do conhecimento geral que a administração Reagan utiliza os seus canais «secretos» para fornecer as suas ajudas, como de resto sucede com os ditos auxílios «humanitários». Veja-se a título de exemplo o caso dos 27 milhões de dólares fornecidos aos «contras» sob esse item e que confessamente serviram para a compra de material de guerra.

Acresce ainda o facto do dito «compromisso» de Reagan estar a ser acompanhado de uma intensa campanha propagandística nas cadeias de televisão do país, em que é utilizado como papão o dirigente líbio Mouammar Gaddaffi, a quem se atribuem projectos para a América! A campanha é feita em nome da «Fundação Nacional para a Defesa da Liberdade», que nela investiu qualquer coisa como dez milhões de dólares, em declarada ajuda à batalha de Reagan, dela fazendo parte uma exposição de material de guerra pretensamente apreendido a nicaraguenses em Salvador que foi inaugurada pelo próprio presidente e que numa manifesta acção de pressão sobre os congressistas foi transferida para as instalações do Congresso.

Quanto aos planos de paz expressos na Acta de Caraballeda o mais que se pode dizer é que eles provocaram grande agitação no seio da administração Reagan, mas não têm muita divulgação. Impossibilitados de o recusar frontalmente, os estrategas da Casa Branca procuram bloqueá-los, como de resto sucedeu com os planos anteriores que mereceram consenso na região. E não é certamente por acaso que o embaixador itinerante norte-americano Harry Shlaudeman se vem desdobrando em visitas e encontros com alguns dos presidentes dos países da América Central cuja dependência em relação aos EUA pode ser utilizada para inverter posições de apoio expresso aos esforços de Contadora.



A declaração da Guatemala

Numa breve rectrospectiva recorda-se que o Grupo de Contadora foi criado em 1982 pelo México, Colômbia, Venezuela e Panamá, com o objectivo de encontrar soluções de paz para os conflitos da América Central. Os trabalhos do grupo começaram bem, tendo-se chegado à redacção da Acta de Contadora que mereceu um acordo generalizado dos países da região, incluindo os mais enfeudados à política dos EUA. O que não se esperava era a adesão da Nicarágua, como veio a suceder, apesar das várias exigências que nela lhe eram feitas.

A luz verde dada pelos Estados Unidos à Acta de Contadora apagou-se de imediato com a sua aceitação pela Nicarágua — numa prova clara de que os EUA não estavam interessados de facto na resolução pacífica dos problemas centro-americanos — e o processo ficou congelado.

Mas se é um facto que os países mais enfeudados a Washington se empenharam a partir daí em acrescentar exigências inadmissíveis para a Nicarágua, não é menos verdade que o interesse em chegar a soluções pacíficas se alargou a outros países onde entretanto os progressos democráticos se fizeram sentir. É assim que surge o Grupo de Apoio ao Grupo de Contadora, integrado pelo Uruguai, Argentina, Brasil e Peru.

Do trabalho dos oito países surge a Acta de Caraballeda para a Paz, a Segurança e a Democracia na América Central, que representa um novo esforço para a criação de um clima propício que ponha termo às políticas de força e permita o reinício do diálogo, interrompido unilateralmente pelos Estados Unidos.

A Acta de Caraballeda viria a ser posteriormente subscrita pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da América Central, reunidos na Cidade de Guatemala aquando da tomada de posse, em Janeiro último, do novo presidente da Guatemala, Vinicio Cerezo.

Um comunicado divulgado a propósito pela presidência da Nicarágua salienta a adesão das autoridades sandinistas a mais esta tentativa de paz para a região, ao mesmo tempo que reafirma a posição da Nicarágua de continuar a exercer o seu direito de dotar-se dos meios necessários para se defender face à agressão, enquanto prosseguirem as escaladas agressivas dos Estados Unidos contra o país.

É neste contexto que surge a proposta de Reagan de fornecer um auxílio de 100 milhões de dólares aos contra-revolucionários nicaraguenses, bem como, segundo noticiou a France Presse citando uma fonte do Pentágono, conselheiros militares e informações sobre os movimentos das forças sandinistas.

Não exige qualquer perspicácia concluir que semelhante proposta nada tem a ver com as propostas de Paz da Acta de Caraballeda que na Declaração da Guatemala foram aceites como base de trabalho por treze países da América Latina (os que integram o Grupo de Contadora, o Grupo de Apoio e ainda a Nicarágua, El Salvador, Honduras, Guatemala e Costa Rica).

Um passo em frente na «Estação do Caranguejo»

Pese embora os esforços dos EUA para impedir o avanço do processo de paz na América Central, de que a ajuda aos anti-sandinistas é mais do que exemplar, o Grupo de Contadora e o Grupo de Apoio deram recentemente mais um passo em frente na preparação do diálogo entre os países da América Central durante uma reunião realizada no Uruguai de 26 de Fevereiro a 1 de Março, curiosamente efectuada num hotel que dá pelo nome de «Estação do Caranguejo».

Em vez de andar para trás, como os EUA gostariam, os membros dos dois grupos reforçaram as posições já assumidas nas Actas de Paz, sublinhando **a necessidade imperativa de pôr termo ao apoio externo às forças irregulares e aos movimentos insurreccionais que operam nos países da região para o restabelecimento da ordem jurídica internacional**. Embora sem nomear expresamente os EUA, o documento, que **repudia a ingerência estrangeira nos assuntos internos latino-americanos e reivindica a necessidade dos problemas regionais serem resolvidos sem intervenção externa**, aponta claramente para um destinatário — a administração Reagan.

Os participantes na reunião decidiram ainda propor a formação de um Parlamento centro-americano, tendo convidado os presidentes dos países da América Central a reunir-se com o Grupo na Ilha de Contadora ainda durante este mês, dando assim seguimento à proposta avançada no mesmo sentido na Cidade da Guatemala, onde recolheu o consenso dos países envolvidos.

Não se pode dizer que as bases para a paz não estejam lançadas, pelo menos no que toca aos latino-americanos. Quanto aos Estados Unidos, vale a pena reter o que o «New York Times» escrevia quase na mesma altura em que na «Estação do Caranguejo» se falava de paz: **Um mês de bombardeamentos aéreos intensivos contra as principais instalações de infra-estruturas da Nicarágua seria suficiente**. Seria?

África

Portugal às ordens dos EUA

A política agressiva e de ingerência da administração Reagan nos assuntos internos dos países da África Austral tem em Portugal um importante ponto de apoio, graças à subserviência com que a generalidade dos governantes portugueses acata as directivas da Casa Branca, mesmo quando elas põem em causa directamente os interesses nacionais.

Pese embora os desmentidos formais e as sucessivas declarações de boas intenções no incremento das relações com os novos países de expressão oficial portuguesa, os factos em contrário não param de se acumular, atingindo foros de escândalo político e diplomático inadmissíveis em qualquer país cujas autoridades prezem minimamente a dignidade nacional.

Estão neste caso, por exemplo, as recentes declarações do embaixador dos EUA em Lisboa, Frank Shakespeare, que publicamente elogia no nosso País o bando terrorista da Unita, chamando combatentes da liberdade aos que em Angola matam, destroem, raptam, inclusive cidadãos portugueses. Estão neste caso os representantes de Savimbi e da Renamo que usam o território português para divulgar as criminosas acções levadas a cabo em Angola e Moçambique, seja em conferências de imprensa ou na conspurcação de monumentos nacionais com os seus cartazes, seja usando da influência que lhes é permitida, como já foi afirmado e não desmentido, através dos cargos que ocupam em departamentos do Estado.

Estão neste caso o silêncio oficial sobre estas matérias ou as declarações como as de Pires de Miranda, ministro dos Negócios Estrangeiros, para quem as acções da Unita e da Renamo em Portugal não passam de «pequenas questões que têm de suceder em regimes democráticos», apesar de reconhecidamente cairem sob a alçada da lei.

Mas que outra coisa seria de esperar de governantes que não hesitam em afirmar, ao receber o subsecretário de Estado dos EUA para os Assuntos Africanos, Frank Wisner, que aproveitam a oportunidade para transmitir ao governo dos EUA um apelo para que Washington prossiga o seu diálogo diplomático relativo à África Austral, justamente quando os EUA acabam de conceder à Unita o mais sofisticado armamente para combater o legítimo governo de Angola?

Avante!

«(...) A participação de Portugal na NATO levou à criação de uma rede de bases militares em território nacional, ao serviço daquela organização, que atentam contra a nossa independência e são uma ameaça à vida pacífica do povo português. (...) Um tal dispositivo militar não agirá impunemente em solo pátrio. Coloca o País no âmbito de uma guerra total, sujeita o nosso povo à acção destruidora das mais modernas armas.

«(...) A NATO foi criada no clima da guerra fria para a cruzada contra a União Soviética e os países socialistas.

«A causa do povo português, a causa das forças democráticas e patrióticas é a causa da independência nacional. É a causa da Paz. É a causa definida e estabelecida no Programa do Partido Comunista Português, na qual se preconiza a criação de relações pacíficas com todos os povos, e a saída de Portugal do Pacto do Atlântico (...)».

(«A Participação de Portugal na NATO é Contra os Interesses do Povo Português» — «Avante!», VI série, n.º 389, Março de 1968)

AVANTE!

«Na sua última "conversa em família" (de 1/3/73) Marcelo Caetano referiu-se ao aumento de 15% aos funcionários públicos, afirmando: "os vencimentos foram actualizados porque tinham de o ser; toda a gente o sabe. A última actualização data de Novembro de 1969 e nestes três anos a inflação prosseguiu, aqui como no resto do mundo". Com a sua habitual demagogia vincou com ênfase que "actualizara" os vencimentos dos funcionários públicos. Mas o que sucedeu na realidade? Na realidade estes ficaram 15 a 20% mais baixos do que em Novembro de 1969.

«(...) Vangloriou-se de que enquanto a alta de preços vai continuando no estrangeiro "já não foi mau que, em Portugal, tivéssemos a partir de meados do ano passado, conseguido travá-la". Ele julga que enganará alguém com esta conversa?

«(...) Tudo isto prova que o governo não travou nem quis travar a alta dos preços. O grande e verdadeiro esforço do governo foi travar a subida dos salários da classe operária e demais trabalhadores. (...) Esta tentativa do governo de impedir a subida dos salários e a conquista de outros direitos pelos trabalhadores, ao mesmo tempo que o custo de vida continuou a subir, já provocou a reacção decidida dos trabalhadores, como o provam as notícias de greves, paralisações e outras lutas relatadas nos últimos meses nas páginas do "Avante!".

«Dar firme combate ao aumento dos preços, lutar com decisão por aumentos de salários, é a única forma dos trabalhadores não verem reduzidos dia-a-dia os seus salários reais, como está a acontecer. Estamos certos de que a persistência duma tal situação levará o povo português a dar a Marcelo Caetano a resposta indispensável, através de manifestações como o fez o povo do Porto em Abril de 1972.»

(«Combate ao Aumento de Preços Luta por Aumento de Salários» — «Avante!», VI série, n.º 451, Março de 1973)

Avante!

«Prosseguindo o movimento iniciado nos últimos meses do ano passado para a revisão das tabelas de retribuições mínimas do CCT, a classe metalúrgica continuou a realizar grandes assembleias e reuniões por todo o País.

«(...) E o apoio dos operários à acção dos dirigentes sindicais nas suas discussões com os respresentantes do patronato não se têm manifestado apenas nas assembleias. Muitas outras acções têm sido realizadas (...).»

(«Luta Sindical» — «Avante!», VI série, n.º 463, Março de 1974).

Em Foco

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 638
20 de Março de 1986
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Faz cem anos

MAIO

O Dia Internacional dos Trabalhadores

«Ano Sindical do Centenário» comemorado pela CGTP-Intersindical Nacional

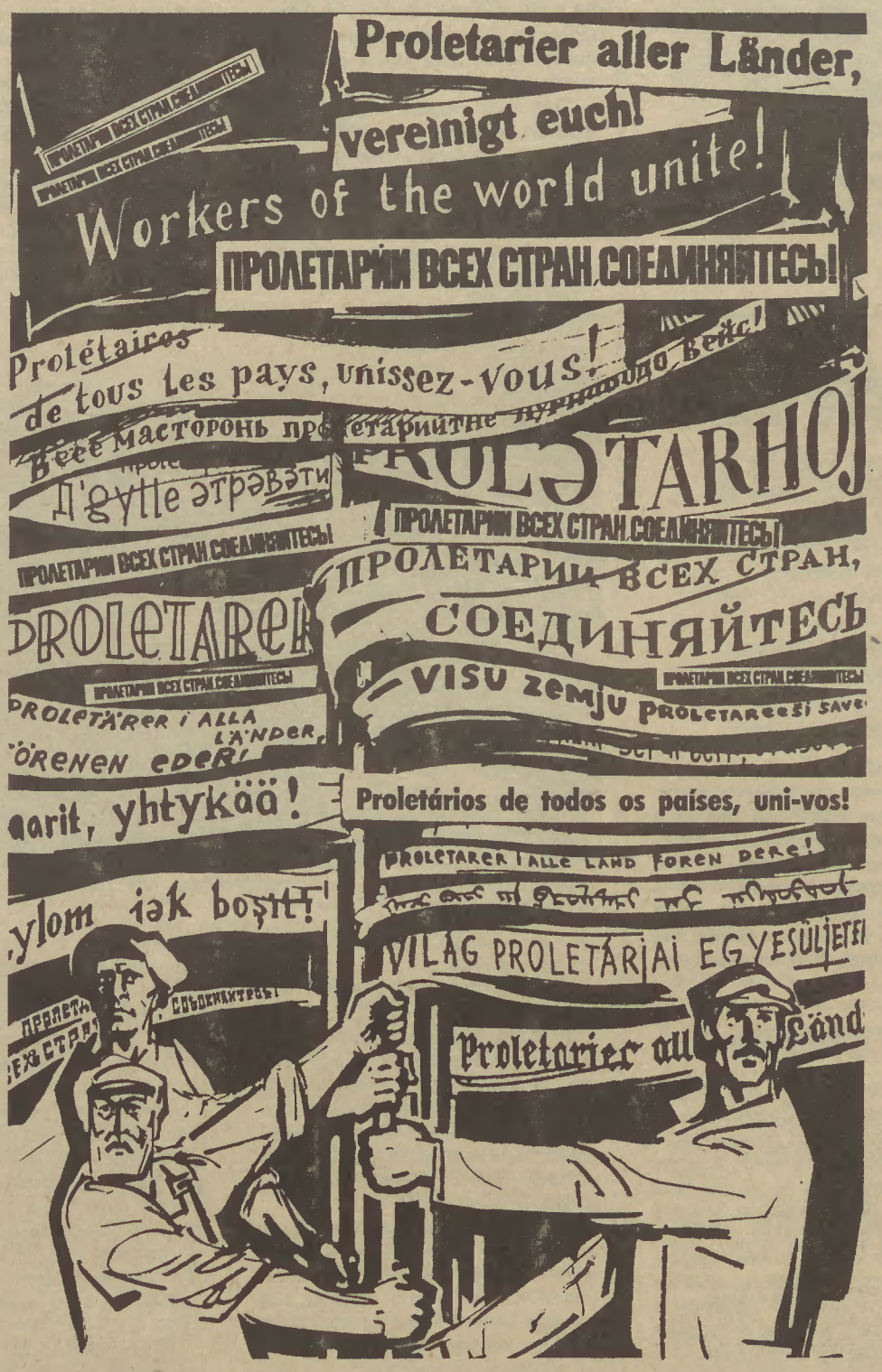
No seu plano de iniciativas apenso ao «apelo inicial do I Centenário do 1.º de Maio — 100 anos de luta pelo pão, pelo trabalho e pela paz», a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional assinala, muito justamente, que «todas as iniciativas destinadas a comemorar o centenário este ano serão realizadas em estreita articulação com as restantes actividades a desenvolver pela CGTP-IN e pelos trabalhadores, no plano da luta e da organização, entre as quais se destaca a realização do seu V Congresso convocado para 29, 30 e 31 de Maio» próximo.

A ligação indissolúvel das comemorações com as lutas durante o fascismo e com as que actualmente se desenvolvem no **Ano Sindical do 1.º de Maio** é assinalada também pela CGTP-IN que, referindo a «inesquecível jornada das massas trabalhadoras, encabeçada pela **Intersindical**» no 1.º de Maio em liberdade de 1974, destaca que, apesar de suprimidas as liberdades fundamentais e fascizados os sindicatos, «o proletariado português soube sempre encontrar as formas mais apropriadas à comemoração do 1.º de Maio, não obstante a repressão de que era alvo».

A decisão das comemorações no nosso país, que pertence ao Conselho Nacional da CGTP-IN e inclui várias iniciativas durante todo este ano de 1986, **constitui um acontecimento da maior importância e relevo para todos os trabalhadores**.

Assim o considera a CGTP-IN no seu plano onde afirma que «desenvolverá todos os esforços» para que essas comemorações mobilizem activamente as organizações de classe, em especial os sindicatos e comissões (CT's), e para as quais convida expressamente «as organizações populares, culturais, sociais, recreativas e outras».

Desse plano de iniciativas não é afastada nenhuma organização representativa. Mas tratando-se de comemorações em unidade — máximo factor do êxito das lutas e princípio inalienável da conduta da CGTP-IN — natural é que agrupamentos divisionistas e os seus mentores principais (designadamente esses) que fazem do divisionismo a sua actuação prática predilecta, e a atiram ou procuram atirá-la tantas vezes contra as posições unitárias, não tenham lugar nas fileiras entre as quais se promove a celebração do centenário do 1.º de Maio em Portugal.



A CGTP-IN, através do seu Conselho Nacional, recorda com toda a oportunidade que o 1.º de Maio, sendo «dia de festa e de luta», se transformou durante o fascismo numa acção onde era cada vez maior «o entrelaçamento entre as reivindicações económicas e políticas».

Apesar da repressão da Pide e «demais forças policiais», refere ainda a direcção da *Inter*, «o fascismo jamais conseguiu impedir que os trabalhadores descessem às ruas no 1.º de Maio gritando bem alto: Pactos de Paz, sim! Pactos de guerra, não! Pão e Liberdade! Abaixo a guerra colonial! Amnistia! Amnistia! Viva o 1.º de Maio!».

Antes de destacar os Primeiros de Maio após o 25 de Abril, especialmente os de 1974, 1976 («fase importante na batalha pela unidade sindical, que veio a expressar-se no Congresso de todos os Sindicatos efectuado no ano seguinte») e o de 1982, «cujas comemorações no Porto foram ensombradas pelo sangue de dois operários mortos pelas forças repressivas, além de vários feridos», o Conselho Nacional da CGTP-IN recorda que «de todas as lutas travadas na passagem dessa data histórica, durante o mais negro período da vida do País, ficarão para sempre na memória do nosso povo as que se levaram a cabo em 1 de Maio de 1962».

Foi nessa data que «mais de 100 mil manifestantes, em Lisboa, 20 mil no Porto, 5000 em Setúbal, e em muitas outras localidades saíram à rua em luta contra o patronato e o regime opressor. Também nos campos, onde a exploração era ainda mais gritante, se deram muitas das acções mais importantes. Nesse dia, recorrendo à greve — prossegue a *Inter* — cerca de 200 mil assalariados rurais do Alentejo e Ribatejo impuseram aos latifundiários e ao fascismo a jornada de oito horas, pondo fim à jornada feudal de sol a sol».

Ao recordar mais uma vez o factor decisivo da unidade, o Conselho Nacional da CGTP-IN destaca ainda no seu apelo que essa «conquista histórica» das oito horas para o proletariado rural foi «obtida à custa de muito sangue vertido, de algumas mortes e de inúmeras prisões», espelhando bem «até que ponto os trabalhadores portugueses foram capazes de, mesmo sob uma feroz ditadura, criar e desenvolver uma unidade e organização que lhes permitiu não só manter bem viva a chama do 1.º de Maio, como tansformar a sua comemoração numa jornada de luta antifascista e anticapitalista, honrando assim a memória dos mártires de Chicago».

Embora noutras situações, será também este ano dentro do mesmo espírito que os trabalhadores portugueses responderão ao apelo da sua Central unitária, a CGTP-Intersindical Nacional. ■

Muitos têm sido os manifestos casos de ilegalidade cometidos ao longo dos últimos dez anos contra a Reforma Agrária. Mudam as maiorias parlamentares, mudam os governos, mudam os ministros, mas as orientações que determinam a acção do Ministério da Agricultura, essas, continuaram as mesmas, o que é dizer, continuaram a produzir a mesma política apostada na destruição da Reforma Agrária e na reconstituição do latifúndio.

Falar dos casos de ilegalidade e de corrupção, da dimensão do arbítrio e da violência, obriga necessariamente a referir o rasto que esta política deixa à sua passagem: quebras na produção, terras, águas e outros bens abandonados ou subaproveitados, dezenas de milhares de desempregados, agravamento para níveis insuportáveis das condições de vida.

Mas obriga também a que se fale de coragem e dedicação, de consciência de classe e de tenacidade, de uma quase epopeia que tem como protagonistas homens, mulheres e jovens que ergueram e defendem uma realidade que transformou por completo, em todas as áreas, a estrutura económica e social do Alentejo e Ribatejo.

O caso que aqui deixamos mostra-nos, estamos em crer, um pouco de tudo isto. Não vale mais nem menos do que tantos outros que os trabalhadores agrícolas e suas estruturas representativas ao longo destes difíceis anos, vêm insistentemente denunciando.

O leitor ajuizará. Cabe-lhe a observação ou o comentário final.

■ *João Chasqueira*

Violência, arbítrio e corrupção

UCP «S. Brás do Regedouro»

O segundo saque às ordens do MAP

A decisão do Ministério da Agricultura de mandar executar na passada sexta-feira, sob forte aparato repressivo, um processo de entrega pela segunda vez de 701 cabeças de gado pertencentes à UCP «S. Brás do Regedouro», concelho de Évora, gado que já anteriormente lhe havia sido retirado mas que os trabalhadores posteriormente adquiriram à reservatária, constitui a mais recente e eloquente prova de como a ilegalidade e a corrupção se instalaram, perante a complacência do ministro e do Governo, nos serviços do MAP.

Objecto de inquérito por parte da Alta Autoridade Contra a Corrupção, entidade a quem foi entregue um completo *dossier* sobre o caso e de uma insistente denúncia dos trabalhadores (ainda na véspera da entrega uma delegação do Secretariado das UCP's/Cooperativas de Évora se deslocava à Assembleia da República para se avistar com a Comissão Parlamentar da Agricultura), este caso veio reforçar as fortes suspeitas que recaíam sobre os funcionários do MAP, colocando ao mesmo tempo a questão de se saber até onde vai a corrupção e qual o papel dos responsáveis do Ministério, os quais, a partir de agora, deixam de poder contar com o alibi de que desconhecem as matérias em causa.

Receber o gado e o dinheiro

Mas recuemos um pouco para perceber os meandros que vieram desembocar no saque efectuado na última sexta-feira à «S. Brás do Regedouro».

A história começa em 1981, ano em que foi entregue na UCP uma reserva conjunta (incluindo gado e outros bens) aos agrários D. Diogo de Sousa e Holstein Manoel e a Helena Maria de Sousa e Holstein Manoel, herdeiros de Ana Maria de Sousa Holstein Beck.

Três anos depois, em 20/11/84, os mesmos herdeiros da agrária recebem mais duas reservas individuais, tendo a Helena Maria, desta vez, recebido 701 cabeças de gado, entre ovinos e bovinos.

Ora foi exactamente este gado que a Helena Maria recebeu e que posteriormente doou à Sociedade Batencil (Sociedade de Exploração Agro-pecuária), empresa de que ela é sócia, que vem a ser mais tarde vendido à UCP «S. Brás do Regedouro» (os trabalhadores entenderam adquirir o gado por não disporem de mais nenhum) pela quantia de 5 368 000$00, transacção da qual existe documentação comprovativa.

Tudo parecia estar resolvido até ao momento em que a Helena Maria — por qualquer situação litigiosa com o seu sócio da Batencil — resolve discordar da referida venda e recorrer de novo ao MAP para reaver o efectivo pecuário que os trabalhadores adquiriram com grandes sacrifícios («vários meses a receber salários de miséria», como nos afirmaram) e de que se veriam ilegalmente espoliados na passada semana.

Mas o que mais espanta neste caso nem será tanto a pretensão da agrária — useiros e vezeiros neste tipo de situações — mas sim o comportamento do MAP que não olhou a meios para satisfazer a gula da referida senhora.

Um advogado para todo o serviço

Ora é exactamente aqui que entra em cena um elemento clarificador de todo este obscuro processo. É que o funcionário do MAP que instruiu o processo oficial para a entrega do gado em questão é nem mais nem menos do que o advogado particular da agrária e da sua família.

Trata-se de António Barbosa Correia, que acumula as funções de técnico jurista do Ministério da Agricultura com as de causídico da família Holstein Manoel.

Aliás, foi este mesmo senhor quem tratou de todo o processo das entregas de reservas na UCP «S. Brás do Regedouro» à família Holstein Manoel, «múltiplos serviços» pelos quais de acordo com a queixa apresentada contra a Alta Autoridade Contra a Corrupção, o referido advogado terá sacado «uma letra de 750 contos, datada de 14 de Agosto de 1984, com vencimento a 90 dias e descontada na agência do Banco Português do Atlântico de Arraiolos, tendo como aceitante exactamente a Helena Maria de Sousa Holstein».

Os documentos recentemente divulgados pelo Secretariado das UCP's/Cooperativas de Évora a este respeito, designadamente uma carta do António Barbosa Correia dirigida à agrária, onde ele evoca os serviços particulares e oficiais por si prestados, constituem de resto um elucidativo testemunho.

Na sequência das diligências que têm vindo a efectuar com vista ao completo esclarecimento deste caso à reposição da legalidade, os trabalhadores e as suas estruturas representativas estudam a hipótese de apresentação de uma queixa-crime contra o ministro e contra os reservatários, exigindo, entretanto, a suspensão imediata de todos os processos de entrega de reservas ou bens das UCP's/Cooperativas até à conclusão dos inquéritos instaurados pela Assembleia da República. ■

Estar solidário

Na última sexta-feira, ao sairem de casa, madrugada cedo, muitos trabalhadores agrícolas do concelho de Évora não se dirigiram aos seus habituais locais de trabalho. Quebrando o ciclo do dia-a-dia, introduziram uma pausa forçada deixando por algumas horas tarefas como a limpeza das oliveiras, o arranque da cortiça, a desmoitagem, o amanho das hortas ou o sachar dos alhos.

Em causa estava, de novo, os resultados de uma política arbitrária e ilegal de um Governo que, tal como os que o antecederam, insiste em desrespeitar a lei, procurando a todo o custo levar por diante um propósito que se adivinha inglório: a destruição da Reforma Agrária.

Vindos de várias UCP's/Cooperativas do concelho de Évora na sua maioria limítrofes de S. Brás do Regedouro, aqueles homens, mulheres e jovens — estes em elevado número e tal como as mulheres extremamente combativos — conheciam quase todos, por experiência própria, situações idênticas nas suas unidades de produção.

O pão a fugir

Talvez por isso o elevado sentido contido na palavra solidariedade, tantas vezes repetida, e o reconhecimento colectivo da necessidade imperiosa de defender uma realidade que eles próprios criaram e que produziu transformações profundas e sem paralelo, em todos os domínios, na vida das gentes do Sul.

«Estamos a ver que o nosso pão está a fugir todos os dias. Não podíamos deixar de vir trazer a nossa solidariedade», confessa-nos Florival Joaquim Neto, da Cooperativa «Juventude da Boa Fé».

No seu entender **«isto é gatunagem pura e a responsabilidade não é só do agrário nem do MAP mas também dos que lhes vieram dar cobertura»**.

Opinião idêntica tem a Maria Leontina, 16 anos, jovem que tal como as suas companheiras apenas tem trabalho garantido nalguns períodos do ano (lavra do arroz, apanha da azeitona e ceifas), períodos esses que normalmente não ultrapassam os seis meses. **«Fora disso** — recorda — **é o desemprego. Ora, o Presidente da República e o Governo deviam ver estas injustiças. É o suor dos trabalhadores»**.

Sanha destruidora

Aliás, a «Juventude da Boa Fé» faz parte daquelas UCP's/Cooperativas — no fim de contas a sua quase totalidade — que não têm escapado à sanha destruidora imprimida de há uns anos a esta parte pelos sucessivos titulares do Ministério da Agricultura.

Com efeito, depois de três reservas que lhe levaram as melhores terras e uma parte dos gados e máquinas, a única saída para viabilizar a Cooperativa foi a junção com uma outra — a «Barrocal» — em situação idêntica após várias investidas do MAP.

«Ficámos apenas com os cabeços onde nem as máquinas conseguem entrar», salienta a Georgelina Mendes Pimpão, operária agrícola que não se conforma com o facto de as terras roubadas estarem hoje praticamente abandonadas como sucede com a herdade das Cabanas onde se situa uma barragem que **«dava trabalho todo o ano»**.

«Viemos defender o que é dos trabalhadores. As vacas estão pagas. Isto é um autêntico roubo»

«Viemos defender o que é dos trabalhadores. As vacas estão pagas. Acho que isto é um roubo». Quem o diz é o António Jacinto Vinagre, 19 anos, ligado à Reforma Agrária desde os 11, altura em que entrou para a Cooperativa «Margem Forte» **(«não havia muitas condições lá em casa»)** para trabalhar a «ajudar porcos».

Também para ele as Cooperativas são a única forma de **«dar pão a toda a gente»**, pão que faltava, segundo nos disse, no **«tempo dos nossos pais». «Não aceito, pois, que nos venham agora buscar tudo** — sublinha, consternado — **e por isso estou aqui para defender com unhas e dentes a Reforma Agrária».**

Tanta injustiça...

«Já nos tiraram quatro herdades. Só temos o mais ruim. Chegámos a ser oitenta e hoje restamos metade. Há muito desemprego entre as mulheres. Isto é uma vergonha!»

Acompanhando o passo largo e rápido (na ocasião os trabalhadores seguiam os gnr's que escoltavam os novilhos), as palavras saíam turbulentas em direcção ao repórter. É o Joaquim Contador Mau, 24 anos, desde os 14 a trabalhar na Cooperativa do «Freixial», São Sebastião da Gesteira.

Os depoimentos que recolhemos vão todos na mesma direcção: uma enorme amargura e revolta por tanta injustiça provocada por uma política de desastre que faz baixar a produção, agrava o desemprego e as dificuldades, faz aumentar as terras incultas e sub-aproveitadas.

Dêmos ainda a palavra ao Jerónimo Manuel, também da «Margem Forte», para mais um caso exemplar: **«há dois anos tiraram a vinha que dava vinho para todo o ano e ainda chegava para vendermos uns milhares de litros. Agora, a vinha ainda lá está mas nem um litro dela sai e a adega, essa, já fechou as portas. É esta a riqueza que os agrários estão a dar...»** ■

Uma história de rapina

Onde os polícias protegem os ladrões

08.30 horas — Provenientes de várias UCP's/Cooperativas do concelho de Évora, trabalhadores agrícolas juntam-se aos seus companheiros da UCP «São Brás do Regedouro», no Monte do Hospital, junto à estrada que liga Évora a Alcáçovas.

10.20 horas — Uma força da GNR composta por cerca de quatro dezenas de homens transportados em oito «jeeps», equipados de escudo, capacete com viseira e cassetete e ainda munidos de cães e cavalos chega ao mesmo local, ocupando o referido monte.

10.30 horas — Acompanhado por sobrinhos da agrária Helena Maria de Sousa Holstein Manoel (um dos quais seu representante), por um advogado e por oficiais da força, um funcionário dos Serviços Regionais de Évora do Ministério da Agricultura (MAP), de nome Morais, interpela os trabalhadores junto dos quais se encontra o presidente da Câmara Abílio Fernandes.

Confrontado com a documentação exibida pelo advogado da Cooperativa, Victor Tomás, designadamente o título de aquisição do gado e outros documentos indiciadores de corrupção, o funcionário do MAP procura esquivar-se revelando não ter afinal lido o processo em causa e que **«quem no Ministério assinou é que tem que responder por isto».**

«O processo está a ser objecto de inquérito por parte da Alta Autoridade Contra a Corrupção», insiste o advogado da S. Brás do Regedouro.

«Por acaso até já ouvi dizer qualquer coisa sobre isto e que o gado, de facto, já tinha sido vendido», diz o funcionário dos Serviços Regionais.

«Isto é um roubo descarado. Vieram-nos roubar», clama um trabalhador.

«Você nem é daqui», balbuceia, hesitante, um sobrinho da reservatária.

«Ai sim, não sou português como você!? Mas também é só nisso que somos iguais. Depois, a começar nas mãos, somos em tudo diferentes!»

Cumprir ordens

Pese embora a evidência da ilegalidade — o próprio presidente da Comissão Parlamentar da Agricultura da Assembleia da República, em diligência junto do ministro nesse mesmo dia, considerou este processo como sendo **«no mínimo obscuro»** —, nada parece demover o zeloso funcionário de cumprir à risca, com a ajudinha protectora das autoridades policiais, as superiores ordens emanadas do seu Ministério.

«Vou dar execução ao processo», afirma, categórico, o Morais.

«Vou ter de garantir a protecção dos executantes do processo», garante o capitão Miguel Santos, oficial que posteriormente nos afirmaria estar ali a **«cumprir uma missão de serviço»** determinada pelos comandos da sua corporação, na sequência de uma **«requisição»** efectuada pelo MAP.

11.00 horas — Sai gorada uma tentativa de impedir o fotógrafo do «Avante!» de exercer a sua actividade, após o repúdio enérgico do próprio e da pronta intervenção de camaradas de trabalho, sob o pretexto de que não poderia tirar fotografias à força da GNR.

Acção intimidatória

11.15 horas — Soldados da GNR, capacete e viseira na cabeça, cassetete numa mão, escudo na outra, chegam ao Monte dos Tabuleiros de Cima, local onde se encontra a pastar uma manada de novilhos. Uma formação em linha, incluindo homens a cavalo, numa acção ostensivamente intimidatória cerca a zona impedindo qualquer tipo de aproximação dos trabalhadores.

«Estamos aqui de mãos abertas. As nossas armas são as enxadas com que cavamos a terra para tirar o pão.»

«Para cumprir as decisões dos tribunais favoráveis aos trabalhadores nunca requisitam a GNR, mas para roubar aquilo que legitimamente pertence à Cooperativa é o triste espectáculo que se vê...»

«Se por acaso roubasse uma galinha levavam-me para o posto e davam-me uma carga de porrada. Aqui os agrários vêm roubar e ainda os protegem.»

«Dizem que é para cumprir as ordens, mas o que é certo é que são sempre contra nós. Mas então por que é que só cumprem a lei de um lado?»

A esperança não morre

«Enquanto se puder lutar a esperança não morre», garantiram à nossa reportagem os elementos da direcção da UCP. Na foto, a partir da esquerda, Custódia Canelas, António Maurício e Eugénio Esperança

«A Cooperativa fica mal. Isto é um grande abalo e de imediato ficam em risco pelo menos dez postos de trabalho. Mas não se pense que desistimos ou esmorecemos». Com esta opinião Eugénio Esperança, António Maurício e Custódio Canelas membros da direcção da Cooperativa, faziam-nos o ponto da situação, já ao fim da tarde, depois de consumado o acto de rapina mandado executar pelo MAP.

Com um encargo mensal fixo de 1700 contos, a «S. Brás do Regedouro» deixa agora de poder contar, para já, com uma das suas principais fontes de receita — as ovelhas — que estavam a dar só em leite, aproximadamente, trinta contos por dia, valor que previsivelmente estaria garantido pelo menos até Junho.

Espoliados deste importante efectivo pecuário (restam-lhes pouco mais de duas centenas de cabeças), a braços com uma **«nova e manhosa situação»**, os trabalhadores mantêm-se todavia dispostos a resistir, a prosseguir a sua luta em defesa da produção e do desenvolvimento, a **«redobrar esforços para aguentar as coisas».**

Ocupando uma área de cerca de dois mil hectares, com os seus 54 cooperantes (já foram aqui há uns anos atrás perto de cem trabalhadores com uma área de 3300 hectares), a Cooperativa continua a ser o bem mais querido daqueles homens e mulheres apostados em criar riqueza e bem estar para os seus e para o País.

«Enquanto se poder lutar a esperança não morre — afiançaram-nos **— tanto mais que estão a levar tudo ilegalmente, sem autorização. E nós acreditamos que os roubos no nosso país ainda virão a ser exemplarmente punidos pelas autoridades».**

Depois de consumado o saque, sempre sob a protecção de um forte aparato repressivo, os agrários conduzem a manada de bovinos em direcção ao Monte do Tojal, herdade tirada à Cooperativa o ano passado

Três costelas partidas

Vive-se um ambiente de crescente tensão. A revolta está estampada nos rostos e aumenta à medida em que o tempo passa. Há lágrimas. Os desabafos sobem de tom.

«Têm pregado sovas à gente que nos deixam quase mortos e já nos assassinaram dois», lembra um jovem, em voz alta, denunciando a manifesta desigualdade da situação: de um lado, um tão forte aparato repressivo, e, do outro, trabalhadores pacíficos, desarmados, presentes unicamente para defenderem o seu pão e trabalho.

O Marcelino Zacarias, da UCP «Flor do Alentejo», de São Miguel de Machede, conhece bem os efeitos desta política violenta e ilegal. Foi aqui há uns tempos atrás: **«estava a defender as nossas vacas** — recorda —, **chegou a força da GNR e não esteve cá com conversas; carregaram com os bastões e a mim, por exemplo, partiram-me três costelas que tive de estar um mês sem poder trabalhar».**

Nalguns praças percebe-se o incómodo provocado pelas observações frontais e corajosas dos que ali estão apenas para defender o que legitimamente lhes pertence.

«São as cooperativas que dão de comer à gente todos, incluindo vocês!»

«Andámos a fazer sacrifícios, a receber salários de miséria para pagar o gado e agora acontece-nos isto.»

Comportamento distinto têm, contudo, alguns dos graduados presentes. Nas palavras e gestos, transparece uma insolente e descabida arrogância e uma nítida vontade de «molhar o bico».

Mais homens do que vacas

11.45 horas — Separadas as trintas cabeças de gado bovino (qualquer coisa como cerca de três mil contos), inicia-se uma caminhada em direcção a uma propriedade tirada à Cooperativa em Novembro de 1984 (Monte do Tojal), hoje na posse de sobrinhos da agrária.

A imagem é grotesca: gnr's a pé e de *jeep*, agrários e lacaios, em número largamente superior ao das cabeças de gado, todos juntos, numa longa procissão, para garantir o trabalho que habitualmente é feito apenas por um maioral.

12.15 horas — Uma manada de novilhos, solenamente acompanhada por um funcionário do MAP e escoltada por uma força da GNR entra no Monte do Tojal.

15.00 horas — Monte da Albardeira, propriedade da UCP S. Brás do Regedouro. A cena repete-se. Primeiro, passam os *jeeps*. Depois, a cavalo e a pé, homens armados tomam estratégicas posições no terreno.

Não se sabe muito bem contra o quê nem contra quem. Nem por quê. Um rebanho não precisa de tanta gente. Um pastor chega, não é?

Ter razão...

Aqui ou ali, impossível esconder a mágoa.

«Vão fazer o mesmo que fizeram a outro gado, ovino e bovino, que receberam em 1985.»

«Daqui por uns tempos já cá não têm nada. Vendem-no, ganham uns milhares de contos e compram mais um carro daqueles que fogem muito.»

16.00 horas — Um pacífico rebanho de ovelhas, com gente a guardá-lo que daria para tratar do gado de todo o concelho, entra no Monte do Tojal.

18.00 horas — Um outro rebanho, fortemente escoltado, entra também no Monte do Tojal.

Consuma-se um dos mais flagrantes saques efectuados contra a Reforma Agrária.

«E ainda dizem que estamos num Estado de direito?»

«Lá os amigos deles, na CEE, hão-de gostar de saber disto...»

18.15 horas — Perto da despedida, palavras dirigidas aos repórteres deixam uma mensagem: **«digam lá que a gente não verga assim. Temos a razão do nosso lado».** ■

A Universidade está a cair

O panorama das instalações escolares universitárias existentes nas três mais importantes Academias do País (Lisboa, Porto e Coimbra) é, na sua generalidade, de quase ruptura. Instalações a cair ou exíguas, construções não dimensionadas para esta função e o provisório feito definitivo são disso exemplo.

Um problema que não é mais do que um reflexo da política de ensino seguida ao longo destes dez anos pelos sucessivos governos e respectivos ministérios da Educação.

Um problema que tem importância determinante no agravamento constante do insucesso escolar e que serve também de pretexto para se manter uma política de acesso a este grau de ensino.

Recentemente, um grupo de deputados comunistas constituído por Rogério Moreira (da JCP), Jorge Lemos, António Osório e João Abrantes visitou as três Academias acima citadas.

No final desta digressão — e depois dos encontros que manteve com os conselhos directivos dos estabelecimentos que visitou, com o reitor da Universidade do Porto e com o vice-reitor da Universidade de Coimbra — a delegação do Grupo Parlamentar do PCP pôde aperceber-se do panorama global das instalações universitárias.

E o panorama não é nada animador, seja pelo presente, seja pelo que se perspectiva para o futuro.

Uma política indesculpável

E o presente, já o dissemos, adquire contornos de quase ruptura. Situação que tem — segundo a Direcção Central do Ensino Superior da JCP, que divulgou em conferência de imprensa as conclusões deste trabalho — funcionando como argumento para a manutenção da política de *numerus clausus* e para assim acentuar os injustos critérios de selectividade adoptados no acesso ao Ensino Superior.

A situação é clara. Uma vez que não existem instalações, ou uma vez que as que existem estão degradadas e não comportam a população escolar, a opção menos dispendiosa e politicamente mais conveniente para a direita é óbvia: não há instalações? Então não há alunos...

Mas a que é que se deve este problema? Como foi possível chegar-se a uma situação de tal maneira grave como a que se vive nos nossos dias? Mais uma vez a resposta simples e concisa: «esta situação é devida fundamentalmente à política de descapitalização do Ensino Superior público prosseguida pelos últimos governos e respectivos ministérios da Educação que se exprime na não concretização das propostas e projectos que as escolas têm apresentado e nas reduzidas verbas que ao sector vêm sendo atribuídas».

Investir na educação não

Chegados aqui, entramos num outro ponto da discussão essencial para a compreensão da extensão do problema. As verbas.

Como se sabe, as verbas para a educação são atribuídas no Orçamento de Estado anual, feito sob proposta governamental. E o que se passa, neste campo?

Muito simplesmente os sucessivos governos não parecem ganhos para investir na educação e na preparação dos futuros técnicos do País. Numa palavra, não estão a pugnar pelo desenvolvimento socioeconómico e cultural de Portugal.

Se não vejamos: o Governo e toda a direita fazem alarde sempre que se lembram da juventude. Dizem ser ela a sua prioridade: mais, a prioridade das prioridades; lembram-se de repente que ela é o futuro e que há que acarinhar o futuro. E depois, lançam percentagens «astronómicas» (cerca de 11%) no Orçamento para a Educação.

Rogério Moreira desmascarou esta situação, afirmando que este ano o Orçamento «fica aquém das necessidades do sector, só sendo positivo na medida em que repõe valores relativos a 1981 e superiores aos dos últimos anos».

A situação não se altera, portanto. A descapitalização continua, uma vez que com verbas iguais às de 1981, o que efectivamente acontece é uma diminuição — mais uma — real do dinheiro previsto para a Educação.

E estes dinheiros não contemplam as mais importantes questões que afectam o Ensino Superior oficial, uma vez que as verbas relativas ao Apoio Social Escolar e aos Serviços Sociais universitários sofrem cortes drásticos e que só as despesas com pessoal aumentam uma vez que os salários da Função Pública passam a ser da responsabilidade dos ministérios.

A conclusão é, uma vez mais, do deputado comunista: «com o actual Orçamento não será possível concretizar uma política de expansão e desenvolvimento do Ensino Superior».

Para a JCP, o nível de degradação a que chegou o parque escolar universitário só tem uma solução, que passa pela indispensável e urgente concretização de Planos de Construção e Reparação das Instalações Universitárias nas Academias de Lisboa, Porto e Coimbra.

Para tal é obrigatória a «concretização de um reforço substancial e continuado das verbas para a construção, equipamento e reconstrução do parque do Ensino Superior».

Aqui, importa referir que onde a verba para a Educação sofre um maior aumento é exactamente no plano da construção. Só que este plano não prevê a conservação do parque existente, mas sim a construção de novos edifícios, pelo que a situação se continuará a agravar nos anos mais próximos e, se hoje estamos perante uma «quase ruptura», meia dúzia de anos podem ser fatais para a Universidade portuguesa.

Trata-se de um problema que exige uma pronta resolução. Será, por isso, um dos temas a discutir na III Conferência Nacional do Ensino Superior, promovida pela JCP, que se realiza a 19 e 20 de Abril. ■

A Direcção Central do Ensino Superior da JCP apela a todos os estudantes para que — também neste campo — unam os seus esforços para verem concretizado o seu legítimo direito de ter aulas em instalações condignas. Tal como o fizeram em 1984 quando lutaram contra o aumento de preço das cantinas dos Serviços Sociais. Ao fim e ao cabo, a mesma luta: pela dignificação do ensino em Portugal

Alguns exemplos

● **Faculdade de Ciências de Lisboa** — As obras para a construção das novas instalações desenvolvem-se a um ritmo tão lento que, a manter-se, levará à sua conclusão só depois do ano 2000; o prazo final inicialmente previsto era 1985.

● **Faculdade de Letras de Lisboa** — Aumenta a periculosidade das instalações na sequência de deslocações de terras resultantes da abertura de buracos em terrenos contíguos para a construção da Torre do Tombo; inexplicavelmente nenhuma medida foi ainda tomada.

● **Faculdade de Psicologia de Ciências de Educação de Lisboa** — Criada em 1980, não dispõe ainda de instalações próprias pelo que os estudantes e professores se acotovelam num edifício sem características vocacionadas para o ensino, já manifestamente incapaz de albergar a população desta escola.

● **Instituto Superior de Economia** — São leccionadas aulas num edifício da Rua de Buenos Aires que já há várias dezenas de anos tinha sido abandonado por razões de insegurança; agora chove nas aulas e caem pedaços dos tectos.

● **Faculdade de Letras de Coimbra** — As aulas são interrompidas constantemente por insuficiência da instalação eléctrica que há vários anos aguarda reparação.

● **Faculdade de Letras do Porto** — Instalada provisoriamente desde 1973, há aulas que funcionam sem espaço sequer para os alunos se sentarem.

Falando com Rogério Moreira a propósito da AAEE

Temos pressa de viver este tempo tal como ele é, para nós, jovens!

Vinte e dois anos, nascido em Lisboa, estudante do 4.º ano de Economia, recém-casado, militante da UEC desde 1975, presentemente da Comissão Central da JCP e deputado do Grupo Parlamentar do PCP na actual legislatura. De Rogério Moreira se trata, que recentemente defendeu no plenário da AR dois projectos de lei do Partido referentes às Associações de Estudantes no ensino médio e superior.

Uma biografia formal e diminuta, apenas para caracterizar um entrevistado, pois a vida de um jovem é sempre mais rica, onde não se apagaram ainda os sabores das experiências vividas ou das que se sonham.

De propósito, atrasou a conversa que o gravador iria registar e abriu a janela da varanda do último andar da sede da JCP para nos mostrar as obras num terraço de um prédio ao lado.

Já viste que estão a fazer ali uma piscina para os miúdos? — com um maçarico enorme e barulhento um operário espalhava as placas de alcatrão que iriam isolar o fundo da piscina. Satisfeito, acrescenta pormenores — que o prédio pertencia a uma companhia de seguros, que ali iria funcionar uma creche e que a piscina devia ser uma coisa maravilhosa para os «putos». **Deve ser porreiro para os miúdos, não achas?** — rematou.

Só depois disto consegui carregar na tecla «record» do gravador e pusémo-nos à conversa. Tema central — as iniciativas legislativas sobre Associações de Estudantes (AAEE); por acréscimo abordámos também questões da juventude.

Agora é ocasião de carregar na tecla «play» do gravador e passar para o papel parte do que me disse e das perguntas que intercalei. Aí vai.

Salário mínimo para jovens trabalhadores

Diz-me da tua experiência como deputado?

A AR é uma experiência nova. Exige ritmos e métodos de trabalho diferentes daqueles a que tinha estado ligado. Não esquecendo os métodos burocráticos, que não são simples para quem nela está a trabalhar de novo, como é o meu caso; e muito menos para um jovem. Mas tem-se revelado como uma experiência salutar, tanto pelo aprofundamento de conhecimento de temas relacionados com a juventude e a educação, temas a que estou mais ligado na Assembleia, e também pelo trabalho colectivo, na elaboração de projectos de lei e de novas iniciativas legislativas.

Quer isso dizer que não vão ficar por aqui?

Estamos numa fase de adequação, minha e também da JCP em relação aos dois deputados que tem na AR. Vamos apresentar uma iniciativa legislativa relacionada com o apoio social aos estudantes do ensino superior, isto na sequência de uma que apresentámos relativamente aos estudantes do ensino secundário, que altere a situação em relação às bolsas de estudo, presentemente muito desligada da realidade.

Uma segunda iniciativa estará relacionada com a obrigatoriedade da aplicação do salário mínimo aos jovens trabalhadores maiores de 18 anos.

Mas isso não está já consignado na lei?

Não! Grande parte dos jovens que estão a trabalhar, mesmo aqueles que não estão numa situação de aprendizes, recebem valores inferiores ao salário mínimo. A lei estabelece isso, só que depois há disposições entretanto publicadas que admitem períodos — dilatados no nosso entender — para pagamentos inferiores ao salário mínimo para jovens até aos 25 anos.

Insuficiências a corrigir

Não consideras que têm sido poucas as tuas intervenções no plenário?

Logo no início desta legislatura, em Novembro, falei sobre a abertura do ano lectivo e problemas relacionados com o insucesso do ano escolar e agora todo este trabalho sobre as AAEE. Serão poucas intervenções minhas, mas não é isso o que mais me preocupa. Acho que foram até ao momento produzidas poucas intervenções dos jovens deputados comunistas — minhas e do meu camarada Jorge Patrício. Mas razões objectivas podem explicar essa situação — um Grupo Parlamentar pequeno, limitações de tempo e um vastíssimo conjunto de questões importantes a abordar pelos comunistas.

E isso explica tudo?

Haverá, também, uma insuficiente afirmação das preocupações juvenis, no Parlamento, pela nossa via. Haverá aqui insuficiências de trabalho da nossa parte que estamos a procurar corrigir.

E os outros deputados procuram ajudar-vos no vosso trabalho?

Há todo um trabalho em equipa no Grupo Parlamentar. Além disso procuramos trabalhar sem estarmos desligados da direcção da JCP.

Passemos agora às iniciativas legislativas sobre as AAEE. Que trabalho é que isso te deu?

É um trabalho que não vem de agora, pois já tínhamos apresentado estes dois projectos na anterior legislatura. E embora se mantenha no fundamental houve, na altura, um trabalho muito profundo em que participei, sem ser deputado, na consulta às AAEE. Qualquer projecto de lei que nós apresentamos reflecte um trabalho de pesquisa, reflexão, discussão. No meu caso concreto para preparar a recente discussão parlamentar, houve um trabalho muito grande de actualização de conhecimentos face à situação actual das AAEE e de leitura mais atenta dos projectos apresentados agora pelos outros partidos.

Se pudéssemos contabilizar em tempo, quantos dias gastaste?

Horas foram muitas, dias talvez uma semana de trabalho.

Não deixar de fora os trabalhadores estudantes

E agora que os projectos foram todos aprovados na generalidade, o que se vai passar?

Baixaram à Comissão da Juventude durante um prazo de 45 dias para discussão na especialidade. Vai-se proceder à confrontação daquilo que cada partido propõe em relação a cada matéria que os projectos abrangem. Estamos convencidos que, no final, será possível um texto que corresponda, no essencial, aos interesses dos estudantes e das suas associações. E isto porque no debate ficou patente o isolamento das propostas do projecto do PSD que acabou por dar a mão à palmatória e vir dizer que, no seu projecto, havia disposições que não eram «conformes com a ortodoxia constitucional».

Era também o PSD que pretendia acabar com as AAEE dos Trabalhadores Estudantes?

Quando intentavam que ficasse a disposição de que só seria permitida uma AAEE por cada escola era isso que se visava.

Achas que essa diferenciação se justifica?

Os estudantes nas escolas têm-no entendido. Nós pensamos que sim, que se justifica. Há interesses que não são iguais. Há problemas dos trabalhadores estudantes motivados por estarem na escola essencialmente para estudarem e com pouco tempo para outras actividades, problemas em resumo que são diferentes dos estudantes de dia. No essencial a média etária dos estudantes do dia e da noite é diferente embora tenha diminuído nos últimos anos...

Porquê?

Em virtude de muitos estudantes de dia irem passando compulsivamente para a noite, embora não sejam trabalhadores, devido às elevadas taxas de insucesso escolar que obrigam os estudantes, não transitando de ano, a ultrapassar a idade escolar para frequentarem o ensino diurno. Ainda em relação aos trabalhadores estudantes vale a pena referir que, no debate, foi a bancada do PCP que assumiu com toda a frontalidade a defesa deste problema.

Algo se vai modificar?

A nível de AAEE, achas que com a legislação que for aprovada alguma coisa se vai modificar?

Depende do que vier a ser aprovado. É possível consignar na lei um conjunto de regalias e de direitos para as AAEE que achamos seriam excepcionalmente benéficas para o desenvolvimento da sua actividade. Às AAEE não devem ser impostos por lei quaisquer espartilhos ou mecanismos burocráticos para a sua legalização, porque existem e têm actividade, mas acima de tudo atribuir mecanismos que permitam a elas expandir a sua actividade. O nosso projecto contribui de forma muito clara e decisiva nesse sentido, ao estipular o direito de antena, ao estipular a participação na vida da escola e em relação aos órgãos de gestão da escola, ao estipular o direito de serem consultadas todas as AAEE sobre as matérias de política educativa, o apoio à imprensa associativa, ao isentar as AAEE de um conjunto de taxas e impostos, nomeadamente em 50% da taxa de radiodifusão e de televisão.

Não será benéfico o texto final se se limitar a ser regulamentador.

Que faz correr o tempo para a juventude?

Mudando agora de tema, terminaste a tua intervenção na AR afirmando que para «a juventude o tempo corre depressa». O que faz correr o tempo para a juventude?

Disse-o porque este período da nossa vida é um período que, regra geral, é rico em coisas que depois se vão abandonando, à medida em que a vida vai passando pelo enfrentar de uma realidade que é mais dura do que aquilo que se supõe.

Nós temos pressa de viver este tempo tal como ele é para nós jovens — um tempo de esperança, de sonho, de imaginação, de capacidade de pensar e fazer coisas que, possivelmente, noutra altura da nossa vida, por variadíssimas razões, por responsabilidades diferentes, face à sociedade, face à família, não serão possíveis de serem concretizadas.

Neste caso concreto é importante que enquanto membro de uma direcção associativa nos dêem condições para durante este período podermos ter uma actividade que nos agrade e que corresponda àquilo que queremos fazer.

Se nos não dão essas condições, se o tempo entretanto passa, então vai-se esgotando e tornando-se difícil concretizar aquilo que ambicionámos.

Quem se interessa pelas AAEE?

Aproveito para fazer uma última pergunta. Incómoda, se quiseres. Pensas que as AAEE são um assunto que neste momento preocupa verdadeiramente a juventude, seja ela trabalhadora ou estudante?

Não se preocupam com as AAEE como objecto, de facto! Como objecto final. O associativismo enquanto objectivo do jovem não é assumido por parte dos jovens do nosso país. Enquanto instrumento para alcançar a possibilidade de usufruir filmes, formas de ocupação de tempos livres, convívios, espectáculos diversos, como forma de poder ter acesso a outras fontes de informação, a livros mais baratos então tem importância relativa para os jovens.

Agora, não tanto como um objecto da sua acção, mas como um meio para permitir o alcance de outras coisas. Se me disseres que as AAEE estão no centro das preocupações dos jovens, de facto não estão e por isso mesmo a matéria que acabámos de discutir na AR não suscitou a presença massiva de estudantes nas galerias como sucedera, pouco antes, com os jovens médicos, que encheram as galerias quando a sua situação foi discutida.

Nós encaramo-lo e sabemos que é assim o que não impede que retiremos a importância que atribuímos a esta discussão. Discussão essa que até foi a primeira de matéria agendada sobre problemas da juventude. Temos outros projectos apresentados, por exemplo a atribuição de subsídio de desemprego a jovens à procura do primeiro emprego, que achamos que é uma medida social bastante significativa se vier a ser aprovado.

Nesta acção de «record» e «play» a que o gravador nos obriga chega-se sempre a uma conclusão: como com tão curta fita magnética se encheram tantas páginas dactilografadas.

■ *TR*

■ **Albano Lima**,
enviado especial
do «Avante!»

Alterações aos Estatutos do PCUS

Melhorar o funcionamento das organizações de base

Política de quadros, participação activa dos colectivos de trabalhadores na aceleração intensiva do desenvolvimento económico, na gestão das empresas e das outras actividades laborais, designadamente nas questões de salários e do emprego, constituem preocupações de grande actualidade na vida interna do Partido que dirige o Estado soviético. As organizações de base do PCUS, que no início do ano passado atingiam o total de 436 003, são directamente visadas pelas alterações introduzidas nos Estatutos aprovados pelo XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

Nessas alterações se afirma que as organizações de base do PCUS constituem **«o núcleo político do colectivo de trabalhadores»**. Tomando **«parte activa na realização da política de quadros do Partido»**, as organizações de base ajudam os trabalhadores a **«adquirir uma elevada formação política»**. De acordo com a lei, cabe-lhes **«reactivar o papel do colectivo de trabalhadores na gestão da empresa e de qualquer outro local de trabalho»** e estimular **«o desenvolvimento da actividade dos sindicatos, do Konsomol** (Juventude Comunista) **e outras organizações sociais»**.

A engenheira Ekaterina Bratsun. ***Sob a sua direcção trabalham sessenta comunistas, em postos-chave, na fábrica de construções metálicas de Leninegrado***

As alterações estatutárias, aprovadas por unanimidade no XXVII Congresso do PCUS, baseiam-se na convicção de que o colectivo de trabalhadores deve tornar-se (e torna-se, justamente) num elemento cada vez mais eficaz da auto-administração socialista.

Foi no mesmo sentido que entrou em vigor, em Junho de 1983, a **«lei dos colectivos de trabalhadores e do aumento do seu papel na gestão das empresas, estabelecimentos e organizações»**.

Colectivos investidos de mais amplos poderes

Uma das inovações fundamentais quanto aos colectivos (CTs) na gestão é o facto de as administrações das empresas serem obrigadas a submeter qualquer plano de produção ou projecto a debate dos trabalhadores organizados. Se os CTs não os aprovarem, podem eles próprios apresentar variantes e propor outras soluções. Poderes mais amplos são agora atribuídos aos CTs, que podem verificar se o salário de um operário corresponde ao volume de trabalho que efectivamente fornece, discutir questões relacionadas com a atribuição dos prémios de produção e decidir sobre as recompensas suplementares para os melhores trabalhadores.

Numa altura em que os colectivos de trabalhadores e as organizações de base do PCUS passam a dispor de maiores possibilidades de intervir praticamente nas grandes transformações económicas aprovadas pelo XXVII Congresso, deve sublinhar-se, como o fazem de resto os documentos do Partido, que o PCUS, nascido há mais de 80 anos, se preocupa hoje com o seu aperfeiçoamento decisivo, como força dirigente da sociedade soviética e núcleo dirigente do seu sistema político.

Criticado com o máximo de abertura, inclusivamente nas páginas da Imprensa diária e nos outros órgãos de comunicação social da URSS, o funcionamento do Partido aperfeiçoa-se, o trabalho dos comunistas torna-se de melhor qualidade no seio das massas e nos colectivos organizados nos locais de trabalho.

Embora a insatisfação seja um motor que funciona permanentemente no sentido de melhorar, quadro a quadro, organização a organização, colectivo a colectivo, o trabalho partidário dos quase 19 milhões de membros do PCUS, todo o «dirigismo» foi afastado da actividade directiva do Partido.

Recorde-se que o PCUS não desempenha tarefas administrativas propriamente ditas. Aborda certamente os problemas económicos, ideológicos, sociais e culturais, mas na sua qualidade de dirigente político. Não como gestor.

A democracia no seu sentido mais estrito

Por isso não se confundem as atribuições dos **colectivos de trabalhadores** (CTs) com as organizações de base do Partido. No seu sentido mais estrito, a democracia, encarada como a vontade da maioria, associa estreitamente um elevado grau de organização com uma disciplina rigorosa e consciente.

Independentemente da sua origem, da sua posição na sociedade, da nacionalidade e do sexo, todos os militantes podem ser eleitos para cargos dirigentes do PCUS. Mas, em condições iguais, o Partido procura promover, no seu trabalho corrente, os quadros operários e camponeses; e note-se que, hoje, mais de três milhões de comunistas têm menos de 30 anos. Perto de três quartos das adesões provêm do Konsomol, pois o PCUS confia tarefas importantes à União das Juventudes Comunistas.

A proporção dos operários dentro do PCUS aumenta à medida que crescem os efectivos da classe operária. Os restantes trabalhadores enfileiram a seu lado em número cada vez maior no decorrer da edificação do socialismo.

Entre os seus 19 milhões de militantes, o Partido Comunista da União Soviética conta 8 milhões de operários, mais de 2 milhões de camponeses e mais de 7 milhões de intelectuais e empregados. As percentagens relativas são de 44,1 por cento de operários, 12,4 por cento de *colcozianos* (camponeses) e 43,5 por cento de empregados e intelectuais. A percentagem dos intelectuais ronda os 22 por cento. Os comunistas são hoje perto de 9,5 por cento da população adulta da União Soviética.

Como é sabido, o PCUS não procura aumentar a todo o custo os seus efectivos. As candidaturas são objecto de uma rigorosa selecção. Ser membro do Partido não implica apenas responsabilidades acrescidas. É também motivo de prestígio e exige uma conduta exemplar.

No entanto, o PCUS cresceu muito e constantemente. Em Março de 1917, tinha apenas 24 mil membros. Mas em Abril do mesmo ano — o da Revolução de Outubro — eram já mais de 100 mil. Nas vésperas da insurreição esse total subia para 350 mil, com o apoio declarado de milhões de trabalhadores.

Durante a época do cerco imperialista e da guerra civil, o Partido não cessou de crescer. Embora nessa época, a posse de um cartão do Partido transformasse o militante num candidato certo e seguro à tortura e ao enforcamento sumaríssimo, mais de 200 mil pessoas juntaram-se às fileiras dos comunistas. Em 1924, quando Lénine morreu, os inimigos do Partido contavam com a confusão e o abandono nas fileiras comunistas. Mas o PCUS continuou a crescer. Os seus efectivos quase duplicaram por essa altura.

A mesma tendência surgiu durante a II Guerra Mundial, a Grande Guerra Patriótica dos soviéticos. A invasão nazi e a sua derrota custaram a vida a três milhões de comunistas.

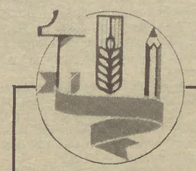
Todos devem conhecer os seus direitos e servir-se deles

Fazer participar as organizações de base do PCUS e, através delas, todos os comunistas, cientes dos seus direitos e servindo-se deles, na política de quadros do Partido, é a aposta certa no êxito da muito séria reestruturação e do aperfeiçoamento de muitos aspectos das relações de produção, dos métodos de gestão, tratamento, formas e estilo da direcção exercida pelo Partido e pelo Estado — problemas que o XXVII Congresso do PCUS considerou de primeira linha e mesmo vitais.

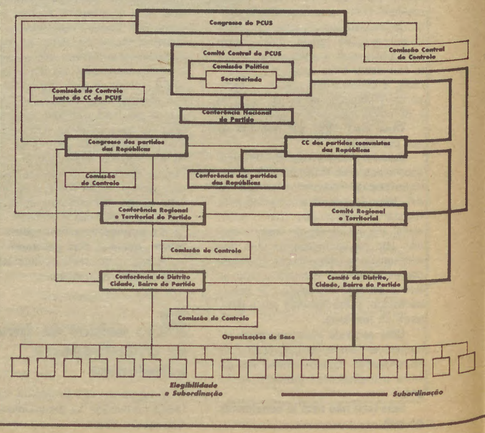
Mais de três milhões de observações críticas e de propostas foram feitas durante a campanha para a renovação dos mandatos que precedeu o XXVII Congresso do Partido. Uma das suas conquistas mais recentes e sem dúvida das mais importantes foi o facto de nos colectivos mais pequenos, nas mais pequenas células, se ter comprovado o mesmo sentido da responsabilidade, como se se tratasse dos assuntos do Estado. Segundo a Imprensa soviética, procura-se cada vez mais examinar e resolver à luz do dia os problemas que surgem.

A maior intervenção das organizações de base na vida das empresas, da sociedade e do próprio Estado ficou consagrada nos Estatutos do PCUS.

Abre-se um campo de acção mais largo à iniciativa das massas, permitindo resolver problemas fundamentais, relativos à aceleração do desenvolvimento económico e social. ■



Estrutura orgânica do PCUS



O povo soviético vive bem

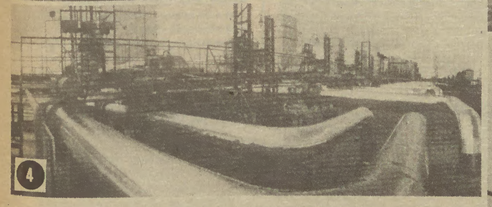
O socialismo desenvolvido assenta em bases sólidas

● *Panorama do 11.º quinquénio (1981-85)*

O povo soviético vive bem. Num período de desenvolvimento económico e social intensivo, o desemprego não existe. Perto de 250 mil trabalhadores ferroviários, por exemplo, serão reintegrados noutros postos de trabalho durante o próximo quinquénio. Só no ano passado, mudaram de emprego ou passaram à reforma 12 mil nesse sector e apenas na Bielorússia. A praga do desemprego foi completamente erradicada da sociedade soviética. Alguns apontamentos darão a seguir um pequeno panorama que, embora muito sumário, mostra ainda assim os resultados do trabalho socialista no passado quinquénio.

Crescimento demográfico invulgar

Com uma taxa de crescimento demográfico bastante elevada para um país desenvolvido — 2,4 milhões de pessoas por ano — em 1 de Julho de 1985 a URSS atingia os 277 milhões e 400 mil habitantes. Nas quinze repúblicas da União Soviética, foram criados no quinquénio de 1981-1985 dois milhões e novecentos mil novos lugares em creches e jardins de infância. Perto de 80 por cento das despesas com esses estabelecimentos estão a cargo do Estado. As mães que trabalham têm uma licença paga de um ano para cuidarem do recém-nascido. Podem dispor de mais seis meses, se prescindirem de salário nesse período, mas sem perderem o emprego e os direitos adquiridos normais.



O salário mensal médio dos operários e empregados subiu, no princípio do ano de 1982, treze por cento. Em 1985, atingiu os 190 rublos. Entretanto, a remuneração média dos *colcozianos* aumentava 29 por cento, fixando-se, em média, nos 150 rublos por mês. Através dos fundos sociais de consumo, a população recebeu, além dos salários, em 1984, 139,5 mil milhões de rublos, sob a forma de subsídios e outras prestações sociais — mais 4,7 mil milhões de rublos do que em 1983. No total, esses subsídios familiares e outras vantagens sociais progrediram 25 por cento entre 1981 e 1985. Neste último ano representavam, em média, 530 rublos por habitante.

Grande progresso nos transportes

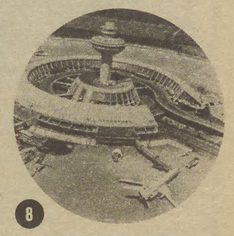
Faz em Setembro próximo dois anos que terminou a construção dos mais de três mil quilómetros da linha férrea Baikal-Amur. Outros progressos são notórios nos últimos cinco anos. Mas nenhum tipo de transporte teve tão rápido desenvolvimento como o das tubagens. Representando apenas 3,3 por cento do total do frete em 1960, essa percentagem era dez vezes superior em 1984 e não parou de crescer, de acordo com o programa energético da URSS aprovado em 1984.

Os jovens são numerosos em todos os órgãos do poder

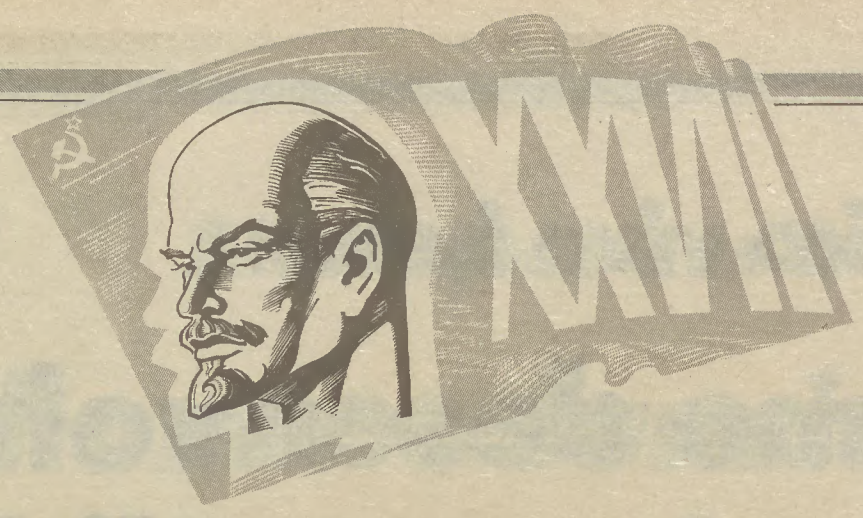
Nas eleições de Março de 1984 para o Soviete Supremo, o órgão legislativo da URSS, 331 dos 1500 deputados tinham menos de 30 anos. A juventude é numerosa em todos os órgãos eleitos. Quanto ao **desporto e à cultura física** em geral, a URSS dispõe de 260 colectivos para esse tipo de educação. 89 milhões praticam regularmente um desporto. Noutros campos do desenvolvimento cultural, sem contar os grupos amadores, a URSS dispõe de 628 **teatros**, 329 mil **bibliotecas** e 151 mil **cinemas**. No que respeita ao **comércio a retalho** e outros serviços, a URSS dispunha no quinquenato anterior de 286 mil estabelecimentos de prestação de serviços, que realizaram, em 1984, um volume de negócios da ordem dos 9,837 mil milhões de rublos.

As doenças infecciosas mais graves foram eliminadas há muito. É o caso da peste, varíola e tifo. Actualmente há apenas casos isolados de malária, poliomielite e difteria. A taxa das outras doenças infecciosas continua a diminuir. Relativamente a 1960, **aumentou** 2,3 vezes o número de cientistas dedicados à pesquisa em medicina. Pela primeira vez, no que respeita ao **turismo**, as excursões ultrapassaram na URSS, em 1984, os 200 milhões de pessoas. Outros avanços decisivos registaram-se no domínio da **habitação** (as rendas não são alteradas desde 1928: o nível dos alugueres soviéticos é o mais baixo do mundo e representa apenas cerca de 3 por cento do orçamento de uma família média). Progride a construção em «co-propriedade» com o Estado.

1 – O nível de vida aumenta
2 – Estabelecimento termal **em Piatigorsk, no Cáucaso**
3 – Baikal-Amur: **3000km.; 3200 obras diversas; 136 pontes: 20 com mais de 200 metros**
4 – Gasoduto **Urengoi-Ujgorod**
5 – A equipa premiada do **filme «Vai e Vê!»**
6 – Serguei Bubka **em acção**
7 – **«Moscovski», um dos grandes supermercados de Moscovo. O maior da Europa, construído durante o 11.º quinquénio**
8 – **Aeroporto de Erevan, na Arménia**
9 – **Uma das estações do metro de Minsk, inaugurada em 1985**



O mesmo acontece com as casas individuais. Constrói-se em grande escala na Sibéria, no Grande-Norte, no Extremo-Oriente. Constroem-se em média perto de dois milhões de apartamentos por ano. Não há desalojados na União Soviética. Mas os apartamentos continuam a faltar. O plano quinquenal que se inicia agora propõe-se fornecer um apartamento a cada família soviética. ■



O respeito pelo pão

Numa daquelas prolongadas conferências de Imprensa diárias, onde inevitavelmente se percebia a invulgar medida do interesse pelo XXVII Congresso do PCUS e por tudo o que se passava à sua volta, surgiu uma pergunta sobre o preço do pão na União Soviética.

A pergunta parecia deslocada. Um órgão de informação estrangeiro pretendia saber se se confirmavam os rumores acerca da subida iminente do preço daquele produto, ainda de largo consumo na URSS. Assim pelo menos constava no Ocidente.

Comparado com a natureza dos assuntos tratados no Centro de Imprensa, que funcionou durante os trabalhos do Congresso, o preço do pão parecia marginal, supérfluo, naquela manhã de 26 de Fevereiro de 1986. Era como se perguntassem a um atleta que acabava de bater um recorde mundial de que grave doença sofria e da qual podia morrer no próprio momento em que dava mostras da forma física mais perfeita. A sensação era um pouco essa.

No entanto, a pergunta foi encarada normalmente. Mas a resposta mereceu do dirigente do PCUS uma referência à parte. Disse o camarada Gueidar Alive, membro efectivo da Comissão Política do PCUS, que o preço do pão, apesar de confirmado o seu elevado consumo na URSS, não representa praticamente nada para qualquer orçamento familiar.

O pão vende-se a um preço irrisório na União Soviética. O seu preço é mais baixo do que em qualquer outro país. Apesar do custo dos cereais importados que não conta pouco nas compras ao exterior, o pão não aumentou um copeque desde 1955 (já lá vão mais de trinta anos) como aliás tem sucedido com outros produtos de primeira necessidade. O seu preço (com um rublo podem-se comprar entre quatro e seis quilos de pão) mantém uma estabilidade invejável, inatingível para qualquer país desenvolvido ou não.

Até aqui, nada que possa surpreender mesmo um órgão de informação — «ocidental» até ao miolo. Mas já o mesmo não sucede com o comentário que o facto de a pergunta surgir suscitou no camarada encarregue de lhe responder.

Disse Aliev, ao desmentir o aumento, que o pão é objecto de respeito na União Soviética; que, apesar do seu preço insignificante, o povo continua a não desperdiçar uma migalha.

Evidentemente não o faz porque o produto escasseie ou seja caro. Já se disse que o pão não chega a contar no orçamento doméstico. Não se desperdiça um pedaço de pão na URSS, porque o povo sabe que o seu preço e a sua abundância representam uma autêntica conquista colectiva que não se apaga na memória popular.

Ainda não há muitos anos era frequente, pelo menos em algumas aldeias do Minho, beijar o pedaço de pão inadvertidamente caído e logo apanhado do chão. Eram visíveis nesse gesto de respeito os restos de um sentimento talvez de raiz religiosa nada superficial.

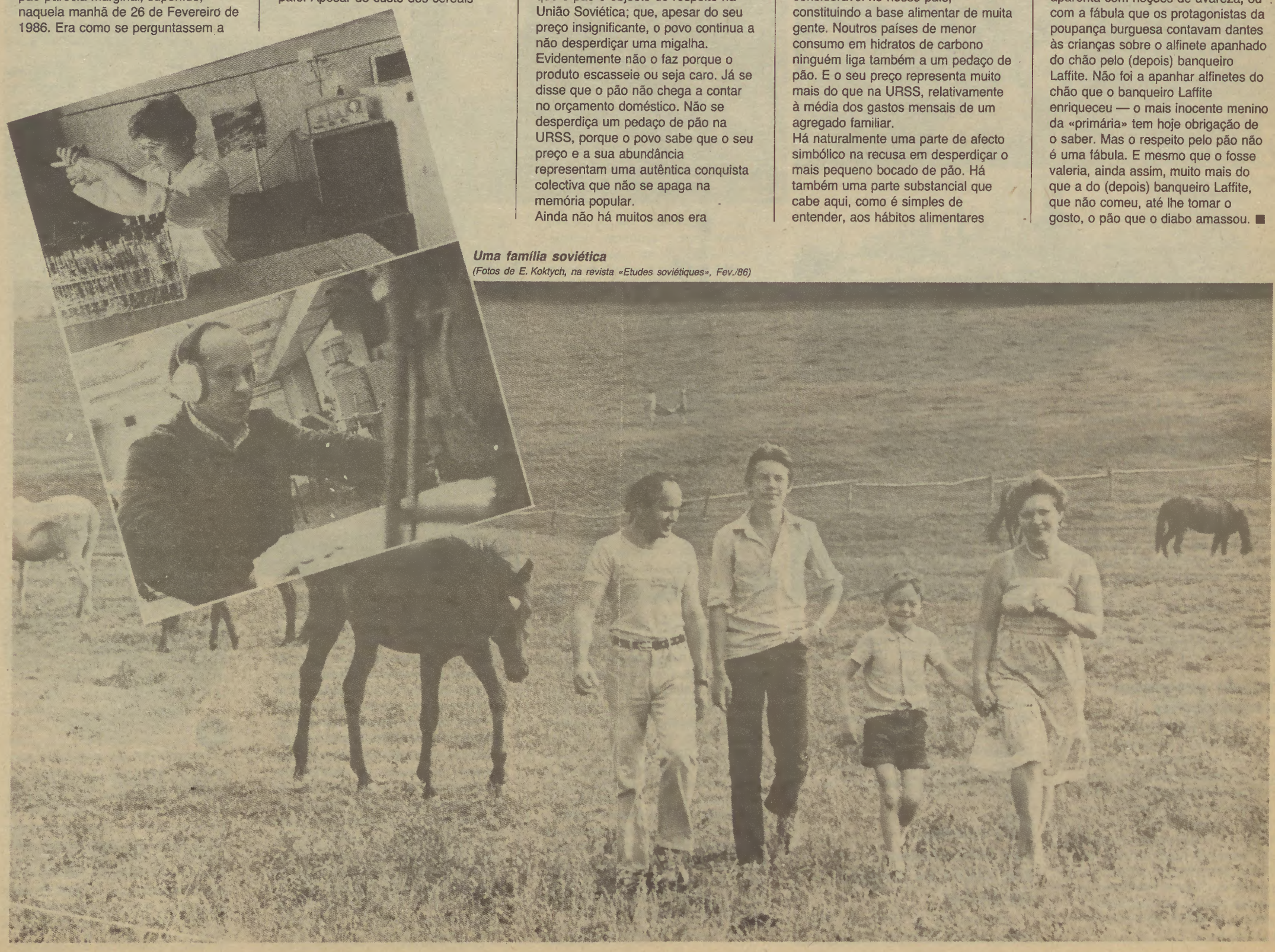
Mas é diferente o que se passa na URSS com o pão. Não se trata, ao que parece, de tradições religiosas, nem de qualquer arcaísmo ou superstição. O respeito pelo pão é como o respeito por si próprio e o respeito pelos outros. (E são os turistas que o notam, e para ele chamam a atenção).

Mesmo em Portugal é frequente ver-se pão fresco no lixo. No entanto, o consumo do pão é também considerável no nosso país, constituindo a base alimentar de muita gente. Noutros países de menor consumo em hidratos de carbono ninguém liga também a um pedaço de pão. E o seu preço representa muito mais do que na URSS, relativamente à média dos gastos mensais de um agregado familiar.

Há naturalmente uma parte de afecto simbólico na recusa em desperdiçar o mais pequeno bocado de pão. Há também uma parte substancial que cabe aqui, como é simples de entender, aos hábitos alimentares tradicionais na população; às epidemias de fome que devastaram antigamente o povo russo e os outros povos da União Soviética.

Tudo isso é certo, e muito mais sobre o caso se poderia dizer. Mas os tempos são outros. E o camarada Aliev sublinhou com justeza e oportunidade as diferenças de posição, até perante a vida, que significam, na sua simplicidade aparente, uma atitude de respeito pelo pão, comparada com uma atitude de desperdício, de negligência por um «bucha», que vale menos que um fósforo ou coisa assim.

Mas, para afastar a mínima confusão, diga-se já agora que a atitude popular na URSS para com o pão em nada se aparenta com noções de avareza, ou com a fábula que os protagonistas da poupança burguesa contavam dantes às crianças sobre o alfinete apanhado do chão pelo (depois) banqueiro Laffite. Não foi a apanhar alfinetes do chão que o banqueiro Laffite enriqueceu — o mais inocente menino da «primária» tem hoje obrigação de o saber. Mas o respeito pelo pão não é uma fábula. E mesmo que o fosse valeria, ainda assim, muito mais do que a do (depois) banqueiro Laffite, que não comeu, até lhe tomar o gosto, o pão que o diabo amassou. ■



Uma família soviética

(Fotos de E. Koktych, na revista «Etudes soviétiques», Fev./86)

Desenvolvimento harmonioso do indivíduo

O homem e a família – centro do mundo e da acção

Dos «robots» ao programa agro-alimentar, das reformas do ensino ao desenvolvimento intensivo da economia, da estabilidade do custo de vida ao aumento dos salários, há sempre dois pontos centrais em toda a sociedade soviética: o homem e a família. Para o Partido e para o Estado, «elevar o nível de vida dos soviéticos a um escalão qualitativamente no[illegible] garantir o melhoramento regular das suas condições de trabalho e de vida» é um problema que exige uma solução «organicamente ligada ao desenvolvimento harmonioso do indivíduo, ao crescente dinamismo da iniciativa criadora dos trabalhadores». Estas palavras que constam da linha política do PCUS, aprovada pelo XXVII Congresso, vão a par de outras que se referem à exigência de «sérias transformações nas condições, no carácter e no conteúdo do trabalho».

Trabalho criador

A magnitude das tarefas que se apresentam ao povo soviético nos próximos quinze anos, embora sejam indispensáveis «reformas radicais», como lhes chamou o camarada Gorbatchov no Relatório político do CC unanimemente votado pelo Congresso, partem de uma base social, política e económica que só 70 anos de socialismo poderiam criar. Partem, por exemplo, da completa ausência de desemprego, de um elevado nível de justiça social, de uma coesão exemplar dos povos que vivem e trabalham em comum na pátria soviética.

Partem também de um avanço técnico-científico que, embora diferente nos objectivos do entretanto alcançado pelos países capitalistas desenvolvidos, não receia a paridade com as maiores conquistas mundiais da ciência e da técnica, seja qual for a sua origem e finalidade.

Partem finalmente de pequenos factos quotidianos, que pela sua banalidade parecem só dar nas vistas ao visitante estrangeiro.

Para quem vai de Portugal, habituado à galopante subida dos preços e aos baixos salários, deparam-se alguns indicadores surpreendentes.

Sabe-se, por exemplo, que os preços na União Soviética são fixados pelo Estado. Comprada a retalho, a carne, cujo preço não aumenta desde 1962, custa metade do seu preço real. O resto é suportado pelo Estado. Os subsídios estatais, só para a carne e o leite, correspondem a quase 160 rublos (3200 escudos aproximadamente) por ano e por habitante. Os subsídios atribuídos aos preços são suportados pelas empresas do Estado. São também utilizadas nos subsídios receitas provenientes das vendas a preços elevados de bebidas alcoólicas, tabaco, joalheria e outros artigos de luxo.

Outro facto surpreendente: um rublo chega para o consumo semanal de energia eléctrica de uma família de 4 pessoas; chega para doze dias de telefone, independentemente do número de chamadas; o aquecimento doméstico a água não ultrapassa um rublo-um rublo e meio por pessoa e por mês; com um rublo podem comprar-se seis quilos de pão; o mesmo se gasta para comprar meio quilo de carne, três litros de leite, trezentos gramas de manteiga ou de queijo; ainda com um rublo compram-se dez quilos de batatas; o gás doméstico custa entre 40 copeques e meio rublo, por pessoa e por mês, independentemente da quantidade consumida.

As rendas de casa não são aumentadas desde 1928. Um rublo chega para 20 trajectos de metro ou de autocarro, sejam quais forem as distâncias percorridas. Um litro de gasolina custa entre 30 e 40 copeques.

Novas gerações

O salário médio de operários e empregados é de 185 rublos mensais. Para a renda de casa nunca vão mais do que 3/4 por cento dos rendimentos familiares. Nas creches e jardins de infância só pagam as famílias de maiores rendimentos. A saúde e a educação são gratuitas e de boa qualidade.

Mas 185 rublos é pouco ou muito?

É muito, e comparado com o salário médio mensal dos portugueses, é muitíssimo. Repare-se que a maioria das pessoas aptas a trabalhar só paga de impostos anuais uma importância que oscila entre 0,25 e 13 por cento dos seus rendimentos provenientes do trabalho. Os preços dos bens e serviços essenciais são irrisórios, como vimos. O salário líquido médio na União Soviética garante um nível de vida elevado.

Além disso, nenhum desconto é feito para reformas, subsídios de doença, desemprego, ou férias anuais de que beneficiam perto de 130 milhões de pessoas. Setenta por cento das despesas com as férias são suportados pelo Estado ou pelos Sindicatos, que às vezes as pagam na totalidade.

Referimos apenas um pequeno número de exemplos. As diferenças são muitas e profundas relativamente ao nosso país e mesmo aos países capitalistas de maior desenvolvimento. Os soviéticos têm amplos caminhos a percorrer com segurança. A «reforma radical», de que fala o Relatório do CC, a necessidade indispensável de avançar vai mexer e muito com diferentes aspectos da vida e do trabalho na União Soviética.

Mas o homem e a família não se desenvolvem em estufas. O elevado grau de democracia e de liberdade crítica alcançado na URSS permitirá que o povo soviético atinja em paz as metas que se propôs e constitua ainda mais um exemplo vivo para a solução dos problemas de todos os homens, solidários ou não com as vitórias que o socialismo alcançou. ■

No rescaldo do Congresso
Embaixador sublinha «norma universal» das relações da URSS

• Apelo ao reatamento oficial das relações culturais

O embaixador da União Soviética em Portugal, camarada Valentin Vdovin, deu na passada quinta-feira uma conferência de Imprensa em Lisboa. Depois de se referir no seu discurso inicial às conclusões principais do XXVII Congresso do PCUS, designadamente no que respeita à política externa, o camarada Vdovin respondeu depois a numerosas perguntas dos principais órgãos de comunicação social. Após ter citado o camarada Gorbatchov, secretário-geral do PCUS, o embaixador da URSS em Portugal sublinhou que «a política externa soviética é virada para a procura do entendimento recíproco, o diálogo e a afirmação da coexistência pacífica, como norma universal das relações entre os Estados».

Na presença dos jornalistas, incluindo a RTP e a Rádio, bem como órgãos de informação estrangeiros, Valentin Vdovin, que recentemente assistiu ao lançamento em Lisboa pela editorial «Avante!» de uma colectânea de discursos do camarada Mikhaíl Gorbatchov, considerou «agradável referir que na maioria dos comentários da imprensa, rádio e televisão estrangeiras, incluindo a portuguesa, foi feito um balanço, em geral positivo, dos trabalhos do Congresso, do conteúdo dos relatórios, das intervenções dos delegados, dos documentos aprovados».

Na conferência de Imprensa a que se seguiu uma recepção na Embaixada da URSS, o camarada Vdovin, depois de citar alguns comentários da Imprensa estrangeira, a seu ver «mais característicos», lembrou que estiveram presentes em Moscovo para assistir aos trabalhos do XXVII Congresso do PCUS «mil e dezasseis jornalistas de 72 países, em representação de 394 órgãos da imprensa, televisão e rádio».

O camarada Vdovin, em resposta a várias perguntas dos jornalistas, salientou o seu interesse pelo desenvolvimento das relações económicas entre Portugal e o seu país e apoiou as palavras do dr. Mário Neves, presidente da Associação de Amizade Portugal-URSS, jornalista, que foi o primeiro embaixador de Portugal na União Soviética depois do 25 de Abril. Mário Neves condenou a interrupção oficial das relações culturais do nosso país com a União Soviética — por decisão unilateral de um governo de Lisboa — e apelou, com o apoio expresso do camarada Vdovin, ao seu reatamento legal.

Não
aos ensaios nucleares
Desnuclearizar a Europa
• Importantes direcções de luta

«Lembrem-se de que fazem parte do género humano e esqueçam tudo o mais». Foi há 40 anos, o Apelo de Bertrand Russell e Albert Einstein. Um alerta à necessidade de uma outra mentalidade na era nuclear, hoje reiteradamente sublinhada e materializada na política concreta da URSS e da comunidade socialista (também nas posições de alguns dirigentes do mundo do capital), e núcleo mobilizador do grande movimento da paz. Um alerta lúcido, realista, que não escamoteava os problemas reais: as «divergências entre o Leste e o Ocidente (...) não devem ser resolvidas pela força das armas».

Quase quatro décadas depois, no documento do Pentágono «Directivas em matéria de defesa para os exercícios de 1984 a 1988» diz-se explicitamente: «As forças nucleares americanas devem ser **superiores** e terem **a capacidade de obrigar** a União Soviéica a terminar rapidamente as hostilidades **em condições favoráveis aos Estados Unidos**».

As posições assim expressas valem por si. E a prática confirma quem se situa ainda no passado, ameaçando com tal posição a simples possibilidade de futuro.

Propostas novas política «rotineira»

A União Soviética decidiu abster-se da realização de explosões nucleares, até os Estados Unidos realizarem a sua primeira explosão. É esta a resposta do camarada Gorbatchov, secretário-geral do PCUS, à mensagem dos «seis» (Argentina, Índia, México, Tanzânia, Suécia e Grécia), a última subscrita por Olof Palme, em vésperas do assassinato do dirigente social-democrata sueco. A União Soviética propõe ainda o início em Abril de negociações bilaterais para a total interdição de experiências nucleares. O que, como foi sublinhado, é **uma proposta nova**.

A «contra-proposta» de Washington seria o convite a cientistas soviéticos para «verificação» de ensaios nucleares no deserto de Nevada... Ou seja, o prosseguimento de facto das experiências nucleares.

Também no que respeita à desnuclearização da Europa, para o que existe um detalhado e realista plano soviético no sentido da total liquidação do armamento nuclear, de que o primeiro passo seria dado pela União Soviética e os Estados Unidos em paralelo com o congelamento do armamento nuclear britânico e francês, a resposta dos países capitalistas abrangidos é objectivamente negativa.

Paralelamente decorrem **os «bons» negócios**...

O ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Genscher, vai dizendo que o seu governo não quer tratados militares com os EUA no domínio da «guerra das estrelas», mas que, enquanto isso, as negociações sobre a participação de empresas no projecto estão no «bom caminho» (!).

A empresa norte-americana «Lockheed» já assinou um contrato «para experiências» com o objectivo da militarização do cosmos. E a «General Dynamics» tem contrato para a construção de um novo submarino lança-mísseis «Trident».

São problemas centrais que estão em jogo. Não por acaso a questão da interdição das experiências nucleares e a desnuclearização da Europa foram os temas dominantes do encontro realizado em Estocolmo entre o primeiro-ministro soviético Nikolai Rijkov e o secretário de Estado norte-americano George Shultz.

A **Europa** é, neste momento, um imenso depósito de armas nucleares. Até ao fim do decénio, e segundo os planos do Pentágono, deverá haver no continente mais de 10 500 ogivas. Um número que ultrapassa já qualquer critério racional pois dá para liquidar várias vezes a vida, não só no continente, mas em todo o planeta.

A importância da **suspensão dos testes nucleares** impõe-se por si: é o aspecto qualitativo da corrida aos armamentos que está em causa. Como sublinhou o camarada Gorbatchov, «quanto mais tempo passar mais grave se torna o problema (...) sem as experiências e sem a renovação dar-se-ia lugar progressivamente a um processo de "atrofiamento" dos arsenais nucleares e de "necrose" das armas nucleares».

Mas é isso, exactamente, que o imperialismo não quer!

E o futuro?

O futuro só tem uma direcção possível. E convém relembrar que não estamos em terreno virgem. A batalha pela paz tem uma longa história. E as suas vitórias. Exactamente no domínio da limitação das experiências nucleares e do desanuviamento na Europa.

«No passado, os nossos países souberam encontrar uma linguagem comum quando das conversações sobre a limitação de ensaios nucleares, por exemplo — diz Sagan, nas páginas do «Notícias de Moscovo» — lembrem-se do Tratado de 1963 sobre a interdição dos ensaios de armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e nos fundos submarinos assim como do Acordo entre a URSS e os EUA (1973) sobre a prevenção de uma guerra nuclear. Este acordo estipula nomeadamente que as partes se obrigam a agir de forma a prevenir situações susceptíveis de provocar um perigoso agravamento das suas relações, a evitar os confrontos armados e a excluir a eventualidade de uma guerra nuclear entre a URSS e os EUA, ou entre cada uma das nossas duas potências e outros países».

Foi no velho continente que se deram entretanto alguns dos passos mais importantes para o desanuviamento.

Isso mesmo é destacado na declaração Gorbatchov de Janeiro deste ano, em que se avança o plano soviético de 15 anos para a desnuclearização total do planeta.

«Está longe de ser fortuito o facto de considerável parte das novas iniciativas soviéticas visar directamente a Europa. Se for efectuada uma brusca viragem a favor da política de paz, poderia caber a este continente uma missão especial. Esta missão é a construção do edifício do desanuviamento.

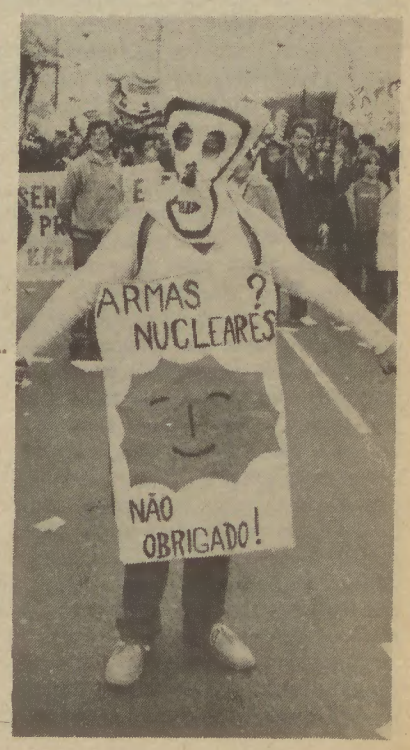
«A Europa dispõe para o efeito da experiência histórica necessária e, frequentemente, ímpar. Basta evocarmos que, com os esforços conjuntos dos europeus, dos EUA e do Canadá, foi elaborada a Acta Final de Helsínquia. Se for necessário um exemplo concreto e palpável da nova mentalidade e psicologia política na abordagem dos problemas da paz, da cooperação e da confiança internacional, este documento histórico pode servir, em grande medida, como exemplo».

A luta contra os mísseis na Europa gerou dos maiores movimentos de massas alguma vez realizados contra as armas nucleares. Que nomeadamente contribuiram para uma maior sensibilização, a nível mundial, do perigo que representa a corrida às armas nucleares, nos planos quantitativo e, em particular, qualitativo. Assim temos exemplos e premissas para que a batalha pela paz se desenvolva ao nível das necessidades.

O próprio impulso interno que a União Soviética e a comunidade socialista estão a viver, num salto qualitativo para o futuro, e a envergadura e audácia do programa de paz que se prende a esse mesmo impulso, criarão a base para que se imponha, com a luta de todos, a nova mentalidade nas relações internacionais.

Que se imponha a única premissa possível para o futuro — para a Humanidade, para o próprio planeta Terra. Como se dizia num programa sobre o holocausto nuclear recentemente passado no pequeno écran, «a Natureza fala connosco». Hoje depende de nós a nossa e a sua própria existência.

■ *LC*



Como gastar um bilião?

No curto espaço de cinco anos, as despesas militares norte-americanas alcançaram a soma inimaginável do trilião de dólares.

Reproduzimos aqui um pequeno comentário do conhecido (também entre nós) astrónomo norte-americano Carl Sagan, inserido nas páginas do semanário soviético «Notícias de Moscovo».

O contra-ponto da mentalidade imperante no Pentágono. E também a outra face dos Estados Unidos, infelizmente particularmente conhecidos pela ameaça que a sua política constitui para todos os povos do mundo.

«...Ao imaginar o quadro dos últimos instantes da humanidade digo para mim mesmo que é necessário fazer qualquer coisa, explicar aos meus compatriotas, a todos os homens, o que os espera, de forma que as partes em confronto parem e reflitam: já chega de ódio! Talvez seja necessário ocupar-se de outros problemas — a preservação da humanidade, o estudo dos outros mundos, a luta contra as doenças e contra a miséria. Calculei, apenas no quadro da astronomia, ciência que me é cara, quanto seria possível fazer com o bilião de dólares destinado ao programa da «guerra das estrelas», na valorização pacífica do espaço cósmico. Com as tecnologias existentes, esta soma permitiria enviar expedições pilotadas a Marte, criar uma base permanente habitada na Lua, enviar naves não tripuladas para o estudo do Sol, garantir um laboratório permanente em órbita circunterrestre. E sobrariam ainda umas centenas de milhar para a realização de programas sociais».

Parece — mas não é, não pode ser — um sonho. É apenas um esboço possível da **única alternativa** do futuro.

a TV

Um par de sapatos e um par de botas...

Na rubrica «Parlamento» esteve em discussão a alienação das empresas públicas.

O Governo faz do caso um «caso» com a Assembleia da República. Aqui d'el-rei que a Assembleia está a intrometer-se na área do Governo, o Governo quer administrar e a Assembleia da República não deixa.

A Assembleia — dizem eles — exorbita. Se isto continua assim, qualquer dia os ministros têm de publicar decreto-lei, se quiserem comprar um parzinho de sapatos...

Como anedota, não está mal. Quer-me no entanto parecer que em lugar de um par de sapatos, o governo está a arranjar um grande par... de botas.

Trata-se, como os leitores devem saber, da venda pública de 53 por cento das acções do «Jornal de Notícias».

Estamos diante do diário português de maior tiragem. Mais: trata-se de uma empresa rendível.

Daqui se conclui que o governo pretende oferecer ao capital privado um órgão de informação **já feito**, com seu público certo e êxito garantido. Ou seja: o Estado correu os riscos e agora entrega as vantagens de mão beijada.

Por outro lado, ao alienar uma empresa rendível, o Governo está, na prática, a descapitalizar o Estado. Isto não é administrar: isto é desgovernar. Ao intervir, como o fez a Assembleia da República quis significar que não se demite de fiscalizar os actos do Governo. E por muito que custe a Amândio de Azevedo e seus pares, não há **nenhum** acto do Governo fora da acção fiscalizadora da Assembleia da República.

Até os sapatos, sim senhor — se eles se destinarem, não a calçar os ministros, mas a calçar o País.

Isto, evidentemente, se não quisermos que o País venha a ficar descalço...

Ó Sr. Bush, olhe que isto não é Dallas!

Repare só, leitor, nesta sequência informativa. Repare bem.

1 — Referendo em Espanha sobre a NATO.

2 — Entrevista, a partir de Lisboa, de um comentador espanhol em Madrid.

3 — Referência por um repórter da RTP à conferência de Imprensa do Embaixador Soviético, Valentin Vdóvin.

4 — Entrevista com um representante português dos interesses da NATO.

5 — Marante entrevista o falcão Bush...

Daqui podemos tirar várias conclusões, para melhor compreendermos o pluralismo efectivamente imperante na televisão portuguesa.

Vejamos, por um lado, que se entrevista um representante do **sim** espanhol. Em Portugal, a RTP não encontrou uma única pessoa que assinalasse o significado e as consequências do **não**.

Por outro lado, a RTP mandou à Conferência de Imprensa do Embaixador soviético um repórter munido apenas de caderno e esferográfica. Deve ser para o Lumiar, a última palavra em material electrónico...

Mas, quando se tratou de dar a vez aos **falcões**, fê-lo em directo, de viva voz, segundo a boa técnica televisual. Escusado pôr mais na carta para se ver, sem lupa, o lado aonde bate o coração da RTP...

Da boca de Bush ouvimos as palavras mais grosseiras, as desinformações mais abjectas, as considerações mais impolíticas jamais proferidas em programa da responsabilidade da televisão portuguesa.

E infelizmente ninguém foi capaz de lhe mostrar que estava em Lisboa — e não em Dallas.

Omitir também é desinformar

UCP S. Brás do Regedouro. Estamos no ano de 1986, apenas doze anos depois do 25 de Abril...

Os trabalhadores são roubados. À luz do dia. Roubados de seus bens, ofendidos na sua dignidade, amesquinhados no seu suor. Os agrários mandaram, o governo cumpriu.

Veio a GNR. Algumas dezenas. A pé, a cavalo. Impressionante manifestação de força. Vinham dar cumprimento a «um acto administrativo»... — ó de que lindas palavras se veste a injustiça!

Tudo isto aconteceu. Neste país. Na semana passada. Aconteceu. Mas a televisão ignorou tudo. Nem uma palavra, nem uma imagem, no Telejornal...

Os agrários contam com o governo, com a GNR, com a televisão. Contam com tudo. Mas, tarde ou cedo, não conseguirão nada.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Os partidos: encontros e desencontros

Toda a comunicação social deu grande destaque à realização dos encontros entre partidos da área democrática, especialmente ao que ocorreu entre delegações do PCP e do PS. Segundo o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, «há perspectivas seguras de que o diálogo entre os dois partidos e entre outras forças democráticas se aprofundará nos tempos mais próximos».

Diálogo democrático

● «Pela primeira vez desde 1979, delegações do PS e do PCP reuniram-se ontem na sede nacional deste último partido. O encontro, definido pelas duas organizações como **"o início de uma nova fase do seu relacionamento"** teve a duração de uma hora e 15 minutos.

"A manobra presidencial esgotou-se mas não a dinâmica de renovação da prática política", afirmou Manuel Alegre, ladeado por António Macedo, presidente do PS, no termo do encontro. Por seu turno, Álvaro Cunhal declarou haver **"perspectivas seguras de que o diálogo entre os dois partidos e entre as outras forças democráticas se aprofundará nos tempos mais próximos"**.

Ao fim da tarde, realizou-se, na sede do PRD, idêntica reunião entre renovadores-democráticos e comunistas.»

(«Expresso», 15 Março)

PSD: dirigentes expulsos

● «José Veludo e Rui Oliveira e Costa, dirigentes sindicais sociais-democratas, foram no sábado passado expulsos do seu partido. A razão da expulsão prende-se com o facto de terem apoiado Mário Soares para a Presidência da República, ao contrário do PSD, que apoiou Freitas do Amaral.

O Conselho de Jurisdição Nacional, que reuniu no dia 8, paralelamente ao Conselho Nacional, decidiu, após um debate de cinco horas e de uma deliberação que não foi consensual, enviar aos dois sindicalistas uma nota de expulsão.

José Veludo e Rui Oliveira e Costa já tinham, entretanto, apresentado por escrito as respectivas defesas, baseadas no programa do Partido Social-Democrata, num preâmbulo dos Estatutos dos Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD) e em dois artigos da Constituição Portuguesa.

Em todos eles está consignada a independência total dos dirigentes sindicais face aos poderes económicos e político-partidários, para melhor defesa dos interesses dos trabalhadores.

José Veludo e Rui Oliveira e Costa encaram, inclusivamente, a hipótese de recorrerem ao Tribunal Constitucional para contestar a decisão do seu partido, alegando que esta viola os direitos constitucionais.»

(«Diário de Notícias», 18 Março)

CDS: escaramuças antes do Congresso de 11 de Abril

● «Morais Leitão defende uma posição — que alguns já apelidaram de **"presidencialista"** — segundo a qual o CDS deveria ser dirigido por uma Comissão Directiva Nacional homogénea e composta por duas dezenas de militantes em cujo interior apenas o cargo de presidente ganharia autonomia, com poderes para delegar num vogal, por si escolhido, algumas das suas competências: seria o secretário-geral do partido. Ainda de acordo com as propostas deste grupo encabeçado por Morais Leitão, as representações distritais teriam assento apenas no Conselho Nacional onde igualmente figurariam (proporcionalmente ao número de votos obtidos, em Congresso) as várias correntes do partido.

Adriano Moreira propõe manter a actual base estatutária embora transformando a Comissão Política num órgão **"menos consultivo"** e mais produtivo, dividindo-a por áreas específicas. Dessa comissão emanaria a Comissão Permanente composta pelo presidente, dois adjuntos por ele escolhidos entre os vogais, três vice-presidentes e o secretário-geral.

Quanto a Gomes de Pinho preconiza a existência do cargo de presidente do partido eleito directamente em Congresso e detendo funções próprias de representação e garantia da fidelidade ao património doutrinário do CDS. Os poderes políticos e executivos ficariam nas mãos do presidente da Comissão Política (homogénea) da qual emanariam quer a Comissão Directiva, quer o secretário-geral.

De acordo com os proponentes desta última solução estatutária ela surge por existirem actualmente no CDS **"dois fortes e legítimos candidatos à liderança do partido. Candidatos e correntes que o partido não pode manter em luta, porque não resistiria à radicalização das posições em confronto"**. Nesta linha, Cavaleiro Brandão (apoiante de Gomes de Pinho) insiste em que **"só o conjunto das três sensibilidades em presença representa um equilíbrio global do partido e, por isso, há que garantir a sua convergência"**.

Pelo contrário, quer Adriano Moreira, quer Morais Leitão se manifestam aguerridamente contra qualquer **"falsa solução"** e rejeitam liminarmente qualquer **"negociação de nomes"**. **"Tomei todas as iniciativas ao meu alcance para tentar uma unidade de projecto político, que é a que defendo** — afirma Adriano Moreira, que se manifesta claramente agastado com o balanço final dessas iniciativas. **"Não nos fechamos a entendimentos, mas devemos sobretudo criar condições para que seja realmente o Congresso a decidir sobre as diversas alternativas"**, garante Nogueira de Brito, um adepto de Morais Leitão.»

(J. Fidalgo, «Expresso», 15 Março).

Pontos Cardeais

Desespero

O Conselho Nacional do PSD reúne. Cata no emaranhado das suas contradições uma análise sobre a actual situação. Que conclui? Que os que se encontram de poleiro pretendem resolver os problemas a golpes de expulsões, notáveis contra notáveis? Que o Governo que apoiam se descobre incapaz de andar «prá frente» com os seus projectos de liquidação de Abril? Que a Assembleia da República não é uma dócil câmara de eco? Que até o seu próprio presidente (da AR), membro do PSD, elogia o candidato que foi adversário de Freitas! Que assim não há Cavaco que lhe valha?
Nada disso.
A julgar pelo venerador e obrigado «Correio da Manhã», o órgão dirigente do PSD conclui que... o «PS e o PC estão desesperados»...

Futuro a rir-se

O futuro não se mostra particularmente risonho, pelo menos o mais próximo. Já que, apesar das promessas e das afirmações peremptórias, continua a aumentar o desemprego, os salários em atraso não se adiantam, e o dinheiro parco continua a diminuir no seu valor e a pesar cada vez menos no bolso de cada trabalhador. Isto para não falar de outros e bem graves problemas que este Governo de Cavaco agrava.
Mas se Cavaco não dá a solução, não se coíbe de dar a... promessa. E de novo o seu atento «Correio da Manhã» sai a terreiro com mais um anúncio — a inflação «baixará para 6 por cento», garante em título gordo de primeira página. Em antetítulo pequenino e envergonhado «esclarece» que é só para 1988! Dêem-nos tempo, pedem eles...

As novidades

De há muito que, com grande esforço, meia dúzia — desculpem, **uma** dúzia! — de «pensadores» da nossa praça procuram forçar o «bloqueio» e, a golpes de pena e de palavra, convencerem o leitor «modernista» de que vem aí a «nova esquerda».
Esforço velho, tentação antiga. Mas não desarmam. Será talvez o seu único mérito, o da perseverança. Que de resto é tudo personalidades com provas dadas. As provas, porém, provam que de «esquerda» têm pouco, que de novidade nada trazem. Limitam-se, na novidade, a moderar um pouco o seu anticomunismo primário.
Limitam-se, na «abertura», a considerar que o diálogo existe... De palavras não se mostram pobres. De ideias bastam-lhes aquelas que, carregadas de mofo, debastam há anos. De conclusões chegam-lhes sempre as mesmas — as de que é preciso «renovar a esquerda» com fantasmas serôdios. E sobre o tema fazem mesas mais ou menos redondas, que é o modo mais fácil de dar a volta a um problema e de chegar ao princípio.
Falam de esquerda e... esquecem-se dos trabalhadores. Por isso as frases lhes pairam muito acima de quem trabalha, resiste e constrói. O que lhes interessa é o nublado mundo «cultural», a novidade «tecnicista», balançando entre «periferias» e «dependências», entre os «maus hábitos do PS» e as «mudanças surpreendentes do PCP», entre o «excesso de Estado e a ineficácia do Estado».
Se lhes lerem a prosa redonda no «Expresso», hão-de verificar que palavras não lhes faltam.

Afinal os preços sobem

A maioria dos portugueses já tinha chegado à conclusão de que o IVA não era assim tão inocente como o Governo o pintou, mas nestas coisas não há como a confirmação dos técnicos. E ela aí está, com a chancela do Gabinete de Estudos Básicos de Economia Industrial, preto no branco, a reconhecer que afinal a aplicação do IVA — o tal imposto novo que não era um novo imposto — deverá provocar uma subida de preços de 3,5 por cento.
A utilização do verbo no futuro, presume quem se limita a ver estas coisas à luz da crescente magreza da carteira, é uma subtileza técnica que o tradicional humor nacional regista para a posteridade.
Deverá? Deveu, deveu...

Fantasmas

No seu afã de encontrar argumentos que convençam os congressistas a aprovar o seu pedido de 100 milhões de dólares para os anti-sandinistas, a administração Reagan não hesita em entrar no domínio do fantástico, indiferente ao ridículo com que a si própria se cobre. Depois de Schultz, foi agora a vez de Reagan afirmam numa intervenção transmitida pela rádio e televisão que as autoridades da Nicarágua financiam os guerrilheiros... do Brasil.
O dito, que já tinha provocado azedumes no Brasil quando Shultz o proferiu, suscitou como é natural a maior perplexidade e indignação entre os brasileiros, já que é do conhecimento geral que a guerrilha no país foi totalmente destruída, não dando sinais de vida há mais de uma dúzia de anos.
Há quem faça ressuscitar mortos para votar. Reagan ressuscita guerrilheiros para assustar o Congresso. Um destes dias vamos descobrir que Manágua ajuda Simon Bolivar, Che Guevara ou as Brigadas Internacionais na guerra civil de Espanha!

A grande confusão

Em vésperas do Congresso do CDS, Adriano Moreira desatou a escrever coisas com interesse sobre as linhas políticas com que se cose o partido a que pertence. E concluiu, entre outras coisas, que há grande confusão em Portugal, onde a «democracia-cristã e a social-democracia» são metidas no mesmo saco, pecado grave que impede as necessárias clarificações políticas.
Nada de mais certo. E se se deixassem de eufemismos e passassem a designar-se a si próprios com os nomes que tinham antes, isto é, fascistas?

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Reagan está, sem vergonha e sem mágoa,
com os saudosistas somozistas da Nicarágua...

Ele dá uma ajudinha ao Pinochet
e até lhe diz que assim mesmo é que é...

Com palavras, dinheiro, armas incita
traidores e bandidos da Unita...

Com estas e outras a gente logo mata
que o Reagan é um grande «democrata»...

II

A GNR voltou
aos campos do Alentejo
eco dormido acordou
nas dobras do realejo...

Eh! — diz o povo — Alto lá!
Alto, cavalos e gente.
Isso foi antigamente.
Nas voltas que o tempo dá
hoje tem de ser diferente!

A GNR voltou
aos campos do Alentejo
e com ela o tempo andou
com forma de percevejo.

Eh! — diz o povo que ensina
modos de vida mais bela —
Renegamos de tal sina
em louvor de Catarina
de Casquinha e Caravela
e mais povo que sonhou
o calor da boa estrela!

... A GNR voltou
aos campos do Alentejo...

III

Governo governa bem?...
... Governa a favor de quem?

Se ouvires apregoar
no electrónico caco
que o governo de Cavaco
está a governar
e bem
pergunta: mas para quem?

Aos trabalhadores
o que é que ele dá?
e aos lavradores
o que é que deu já?

A nós tira-nos a pele
aos agrários diz amen.
Se os graúdos gostam dele
lá as suas razões têm...

Cavaco é bom? Ah,
pergunta-se bem.
Bom, será...
... mas para quem?...

Faz lavagens ao cérebro, o estafermo!
Com tal demagogia
que aquilo não é um governo:
é uma lavandaria...

Agenda

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 638
20 de Março de 1986
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Comício de Amizade
Partido Comunista Português
Partido do Trabalho da Coreia
Com Álvaro Cunhal
secretário-geral do PCP
e Hang Chang Hiyop
secretário do CC do PTC

Incrível Almadense
Sexta-feira, 21, às 21.30 h

Sexta 21

● ALMADA

Comício de Amizade Partido Comunista Português-Partido do Trabalho da Coreia. Intervenções dos camaradas **Álvaro Cunhal** e **Hang Chang Hiyop**, secretário do CC do PTC. Às 21.30 no Salão de Festas da Incrível Almadense.

Ainda em Almada, Plenário Concelhio de Fundos para todas as células de empresa. Às 18.30 h, no CT.

● LISBOA

Com a participação do camarada **Dias Lourenço**, colóquio no Centro de Trabalho de Santos, às 21.30 h: «Papel dos comunistas no movimento operário, popular e democrático».

Cerimónia evocativa do Dia Internacional contra a Discriminação Racial promovida pelo Movimento Português contra o *Apartheid* e pelo Centro de Informação das Nações Unidas em Lisboa, cujo director, Dr. H. Escudero, fará uma intervenção. Às 18.00 h, no Anfiteatro da Biblioteca Nacional (Campo Grande).

Sábado 22

● LISBOA

Convívio dos militantes do Partido do Sector Público, comemorativo do 65.º aniversário do PCP. Manhã desportiva, almoço, e à tarde debate com o camarada **Aurélio Santos**. Projecção do filme «A Fuga». Na Voz do Operário.

● ALMADA

No Centro de Trabalho, às 15.30 h, Plenário Concelhio de Fundos.

● AVEIRO

Sessão comemorativa do 65.º aniversário do PCP com a participação do camarada Dias Lourenço. No Salão Cultural, às 21.30.

● LINDA-A-VELHA

Plenário de militantes do Comité Local de Linda-a-Velha, com a participação de um camarada do CC. Às 15.00, na Associação Recreativa (R. Fontes Pereira de Melo).

● CRUZ QUEBRADA

Plenário de militantes do Comité Local de Cruz Quebrada-Dafundo. Ordem de Trabalhos: Organização; Situação Política-25 de Abril-1.º de Maio. No Centro de Trabalho de Algés, 15.30.

● ALCOBAÇA

Reunião de eleitos e activistas da APU do distrito de Leiria. Participa o camarada **António Orcinha**. A partir das 14. 30 na sede do MDP/CDE em Alcobaça.

● CASCAIS

Plenário dos militantes do Partido eleitos em órgãos autárquicos do concelho, para discussão e definição de linhas prioritárias de trabalho. Às 15.30, no Centro de Trabalho.

● CONDEIXA

Festa comemorativa do 65.º aniversário do Partido. Convívio com matança de porco, torneio de malha, actividades desportivas, jogos infantis, gaiteiros. Projecção de vídeos e do filme «A Fuga».

Intervenção política pelo camarada **Jaime Serra.**

A partir das 15.00.

Domingo 23

● MOIMENTA DA BEIRA

Almoço-convívio, comemorativo do 65.º aniversário do PCP. A partir das 12.30 no restaurante de Moimenta da Beira.

● FIGUEIRA DA FOZ

Convívio das freguesias do Norte do concelho, comemorativo do 65.º aniversário do Partido. A partir das 13.00, em **Alhadas** (casa do sr. Raul Cunha).

Almoço-convívio também em **Vila Verde.**

● ARCENA

Festa-convívio comemorativa do 65.º aniversário. Na Casa do Povo, com a participação do camarada **Dias Lourenço.**

Quarta 26

● ALMADA

I Assembleia da Célula dos TLP-Almada. A partir das 17.30, no Centro de Trabalho concelhio.

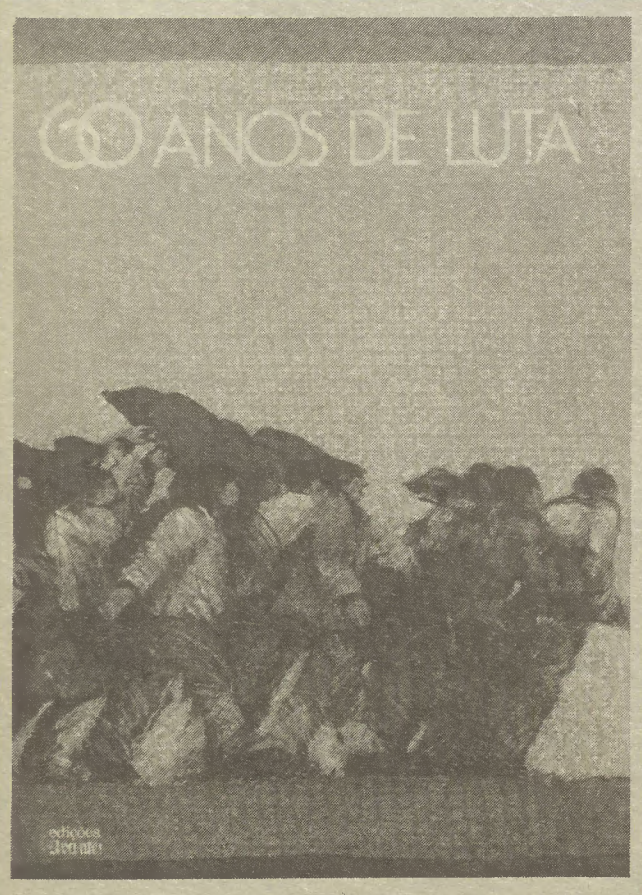
uma casa para a PAZ

Os artistas plásticos portugueses foram dos primeiros a responder ao apelo para a recolha de fundos que permita a aquisição de uma sede própria para o Conselho Português para a Paz e Cooperação, agora desalojado, por decisão governamental, da sede que ocupou e honrou desde a Revolução de Abril. Mais de uma centena de autores, entre os maiores na pintura, gravura, escultura, ofereceram obras suas, actualmente expostas na Sociedade Nacional de Belas-Artes (R. Barata Salgueiro, 36) e a leiloar no dia 1 de Abril. À venda estão já no mesmo local, igualmente oferecidos, livros e discos autografados.

Mas quem não tem «obra» pode também contribuir para esta campanha **Uma Casa para a Paz**: uma conta bancária — 1685961-000-001, Banco Fonsecas e Burnay na Av. Fontes Pereira de Melo, 4, Lisboa, em nome de «João Avelino Rocha Cunha e Serra e outros» está aberta à solidariedade de todos.

ANTOLOGIA

Kurt Halbritter (1924-1978) in «A l'attaque — Des mille et une manières de perdre les guerres» — Editions Balland - Paris, 1979. Publicado com a legenda: **Cabeça esquentada carregando em pleno campo de batalha** — Quando o aparecimento da artilharia enviou para os museus o arco e a flecha, alguns velhos cavaleiros reuniram-se para conciliar as antigas tradições com os progressos tecnológicos representados pela pólvora e o canhão. Os mais novos prestaram homenagem à louca temeridade dos mais velhos apodando-os de «cabeças esquentadas». Na verdade, não era prudente nem razoável que estes encanecidos anciãos atacassem em pleno campo de batalha com a cabeça esmagada sob o peso de um «obus» que recuava violentamente ao disparar. E assim todos estes heróis cacóquimos pereceram no seu primeiro e último recontro com o inimigo.



Uma obra fundamental

edições Avante!

Quando o PCP comemora o seu 65.º aniversário, há um livro, publicado por ocasião do sexagésimo aniversário, que vem imediatamente à memória. Nele se condensam os sessenta anos de luta do PCP e, cinco anos passados, a sua actualidade precisaria apenas de um «acrescento» dando conta da história mais recente dos comunistas, cinco anos de vivas batalhas que se orientam pelos mesmos princípios, se integram na mesma luta ao serviço do povo e da Pátria.
O livro «60 Anos de Luta», que resume o essencial da exposição com o mesmo nome que esteve patente ao público entre 7 e 24 de Maio de 1981 — e que depois correu mundo — continua, pois, actual, e de um interesse histórico acrescentado, pois que não se limita a fazer a história do Partido Comunista Português, mas vai mais longe nas raízes no movimento operário de onde, em 1921, surgiria o PCP.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

60 ANOS DE LUTA

AO SERVIÇO DO POVO E DA PÁTRIA

1921 1981

TV O Programa

Quinta 20

RTP1

12.00 — **Jornal da Tarde**
12.15 — **Documentário**
12.30 — **Telenovela** – «Origens» (último episódio)
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Desporto**
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo», 9.º Epis.
21.20 — **Europa**
21.45 — **México/86** – 2.º Programa (os anteriores Campeonatos do Mundo de Futebol)
22.15 — **Série** – «Sherlock Holmes»
23.10 — **24 Horas**
23.55 — **Remate.**

RTP2

18.55 — **Patinagem Artística** (Campeonato do Mundo – transmissão directa de Genève)
22.00 — **Notícias.**

Sexta 21

RTP1

12.00 — **Sumário**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Jornal da Tarde**
13.00 — **Coimbra sem Tempo**
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo»
21.25 — **Guerra e Paz** – 5.º Epis.
22.20 — **Série** – «Estranhos Poderes» («os mistérios do mundo psíquico e do espírito humano»...)

22.45 — **Série** – «Sarilhos com Elas»
23.15 — **24 Horas**
23.30 — **Remate.**

RTP2

18.55 — **Patinagem Artística** – Campeonato do Mundo
22.00 — **Últimas Notícias.**

Sábado 22

RTP1

11.30 — **Sumário**
11.35 — **Tempo dos Mais Novos**
13.00 — **Sumário**
13.10 — **Tempo dos Mais Novos** – «Jornalinho»
14.05 — **Sport Billy**
14.25 — **Música Pop** – «Peter's Pop Show», dedicado à música rock
15.20 — **A Televisão dos Outros**
17.20 — **Série** – «Fama»
18.10 — **Vamos Musicar** – Quarteto de Maria João, Jorge Palma, Pedro Caldeira Cabral
19.10 — **Parlamento**
19.45 — **Totoloto**
20.00 — **Telejornal**
20.50 — **Boletim Meteorológico**
20.55 — **Série** – «Rabo de Saia»

21.40 — **Uma Canção para a Noruega** – De 12 canções já seleccionadas sairá a que representará a RTP no Concurso da Eurovisão da Canção, a realizar na Noruega em Maio
23.25 — **Série** – «Dinastia»
00.30 — **Últimas Notícias.**

RTP2

14.30 — **Troféu** – (que inclui o Campeonato do Mundo de Patinagem Artística)
20.00 — **Folclore**
20.25 — **Animação**
20.50 — **A Forma das Coisas**

21.45 — **Cristo Parou em Eboli** – real. Francesco Rosi (anunciado desde há 3 semanas, será que passa hoje finalmente o 1.º episódio?).

Domingo 23

RTP1

10.30 — **Sumário**
10.35 — **Missa Dominical**
11.30 — **70 Vezes 7**
11.55 — **Tempo dos Mais Novos**
13.00 — **Sumário**
13.15 — **Atletismo** – Campeonato do Mundo de Cross (transmissão directa da Columbia)
14.00 — **Tempo dos Mais Novos**
14.25 — **Atletismo** – (continuação)
15.30 — **Sessão da Tarde** – «Nureyev – A Vida de um Bailarino», real. Pierre Jourdan/Brian Forbes
17.05 — **O Novo Mundo Selvagem**
17.30 — **Clube Amigos Disney**
18.50 — **Top Disco**
19.40 — **Como, Quem, Porquê?**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**

Patinagem Artística — *de quinta a domingo, RTP-2*

20.35 — **Crónicas de Bem Dizer**
21.05 — **Série** – «George Washington», 7.º Epis.
22.00 — **Domingo Desportivo**
23.05 — **Últimas Notícias.**

RTP2

14.50 — **Automobilismo** – Grande Prémio do Brasil (transmissão directa)
17.00 — **Patinagem Artística** – Campeonato do Mundo – Gala dos Finalistas (transmissão directa de Genève)
19.30 — **Novos Horizontes**
20.00 — **Adágio** – Recital de canto e piano – Canções sobre poemas de Fernando Pessoa
20.30 — **Nós Por Cá**
21.15 — **Telefilme** – «Casei com Wyatt Earp».

Segunda 24

RTP1

12.00 — **Sumário**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Jornal da Tarde**
13.00 — **Coimbra sem Tempo**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Romanceiro** – 1.º Epis.
19.45 — **Boletim Meteorológico para a Agricultura**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo»
21.25 — **Concurso 1, 2, 3**
23.40 — **24 Horas**
00.05 — **Remate.**

RTP2

19.30 — **Notícias**
19.35 — **Desenhos Animados**
19.55 — **RTP/Açores**
20.25 — **2.ª Volta**
21.00 — **Zoom**
21.30 — **Notícias**
21.35 — **Maester Plan** – («A Obra do Senhor»), Ópera Rock interpretada por artistas negros de Soweto, cantada em zulu. Música de Nic Labuschagne, prod. e realização de William C. F. Ken Brown
23.20 — **Últimas Notícias.**

Rabo de Saia — *sábado, 22, RTP-1*

Terça 25

RTP1

12.00 — **Sumário**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Jornal da Tarde**
13.00 — **Coimbra sem Tempo**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Jazz para Todos**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo»
21.25 — **Panorama**
22.25 — **Sem Olhar a Meios**
23.20 — **24 Horas**
23.45 — **Remate.**

RTP2

19.30 — **Notícias**

19.35 — **Desenhos Animados**
20.05 — **Videopólis**
20.35 — **Falar de Macau**
21.00 — **Sessão das Nove** – «Entre Palermo e Wolfsburg», real. Werner Schroeter (RFA/1980)
23.00 — **Últimas Notícias.**

Quarta 26

RTP1

12.00 — **Sumário**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Jornal da Tarde**
12.55 — **Coimbra sem Tempo**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.20 — **Telemundo**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Direito de Antena**
20.40 — **Vamos Jogar no Totobola**
20.50 — **Telenovela** – «Corpo a Corpo»
21.35 — **Noite de Cinema** – «S. Francisco de Assis», real. Franco Zefirelli (Itália-Inglaterra/1972)
23.50 — **24 Horas**
00.15 — **Remate.**

RTP2

19.30 — **Notícias**
19.37 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Pare, Escute, Olhe**
20.30 — **O Homem Vegetal e a Fusão Celular**
21.20 — **Notícias**
21.25 — **Foi Êxito na TV** – Teresa Silva Carvalho
22.15 — **Últimas Notícias.**

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	África Minha	★★★★	—	★★★	—	—
B	O Beijo da Mulher Aranha	★★	—	★★	—	—
C	Cotton Club	★★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
D	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
E	História de Piera	—	★★	★	★★	★
F	Máscara	★★★	★★	★★	—	★★★
G	Mishima	★★	★★★	★★★	★★★	—
H	Noites de Lua Cheia	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
I	Regresso ao Futuro	★★	★★	★★	—	★★
J	Rumble Fish — Juventude Inquieta	★★★★★	—	—	—	—
L	Silverado	★★★	★★★	★★★	—	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Sidney Pollack – **Alfa/1** (15.15, 18.15, 21.15, 00.15), **Amoreiras/1** (15.15, 18.15, 21.15, 00.15), **S. Jorge/1** (15.00, 18.15, 21.30) – **Lisboa; Foco** (14.15, 16.30, 18.45, 21.30), **S. João** (14.15, 16.30, 18.45, 21.45) – **Porto.**

B — Real. Hector Babenco – **Quarteto/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

C — Real. Francis Ford Coppola – **Alfa/2** – 13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45) – **Lisboa.**

D — **Real. Sérgio Leone – Berna** (15.00, 21.00), **Mundial** (15.00, 21.00), **Roma** (15.00, 21.00) – **Lisboa.**

E — Real. Marco Ferreri – **Gemini** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Quarteto/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

F — Real. Peter Bogdanovich — **S. Jorge/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**

G — Real. Paul Schrader — **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — **Lisboa.**

H — Real. Eric Rohmer – **Estúdio 444** (18.30, 21.30); **Quarteto/1** (14.30, 16.45, 19, 21.30) – **Lisboa.**

I — Real. Robert Zemeckis – **Alfa/3** (14, 16.30, 19, 21.30, 24), **Amoreiras/2** (14, 16,30, 19, 21.30, 24; **S. Jorge/2** (15.30, 18.30, 21.15) – **Lisboa.**

J — Real. Francis Ford Coppola – **Apolo 70**, (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00): **Quarteto/4** (14.00, 16.00, 18.00, 19.45, 21.30) – **Lisboa.**

L — Real. Lawrence Kasdan – **7.ª Arte** (14.45, 17, 19.10, 21.45) – **Lisboa.**

Exposições

Ana Vidigal, pintura. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º, dto. De 2.ª a Sáb/16.00 às 20.00.

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.as, 4.as, 5.as e dom./10 às 17; 6.as e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém (até Maio).

Arte Contemporânea Espanhola, das colecções do Museu Espanhol de Arte Contemporânea — pintura, escultura, gravura, desenho. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00 (até 23/3).

Cartografia Náutica Portuguesa. Centro Cultural das Descobertas (Belém), das 9.00 às 18.30 (até 29/3).

Colectiva de pintura, gravura e escultura. Mais de uma centena de artistas expõem e oferecem as suas obras para o leilão a efectuar em 1 de Abril a favor da campanha **Uma Casa para a Paz**. Soc. Nac. de Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. De 2.ª, a sáb./14.00 às 20.00 (até 1/4).

Colectiva «Gil Teixeira Lopes, Matilde Marçal, Marília Viegas, Rogério do Amaral, Rogério Ribeiro, Etc.) Gal. Príncipe Real, R. do Príncipe Real, 32.

Colectiva, (Vieira da Silva, Bual, etc.). Galeria Fonte Nova, Estrada de Benfica, 503 (até 21/3).

Ernesto de Sousa, «Esse Ouro Dantes». Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira, 52.

Evelina Coelho, pintura, e **Ramires Paixão**, escultura, Gal. Palma, R. da Palma de Baixo, 6. Das 14.00 às 20.00 (até 29/3).

O Fantástico na Arte Contemporânea, escultura, pintura, desenho, Gal. de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00; dom./10.00 às 17.00 (até 23/3).

Fernando Curado de Matos, fotografias de jazz. Hot Clube de Portugal, Pç. da Alegria, 39.

Fernando Filipe, cenografia para teatro (maquetas). Gal. de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00.

Francisco Silva e **George Costa**, pintura. Varandinha de Alfama, Beco da Corvina (até 7/4).

Francisco Simões, escultura. Gal. S. Mamede, R. da Esc. Politécnica, 167.

João Victor Costa, pintura. Gal. Paulino Ferreira, R. Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.30 e 14.30 às 19.00, sáb. só até às 13.00.

Jorge de Albuquerque, O Mundo Subaquático, fotografia. Espaço Alliance, R. Braancamp, 13, 1.º (até 26/3).

Jorge Martins, pintura. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Curz dos Poiais, 111. De 3.ª a Dom./15.00 às 19.30 (até 7/4).

José Faria, pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00; sáb. 10.00 às 13.00 (até 31/3).

Luís Camacho — «Sistema», pintura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00 (até 12/4).

Mário Rita — «Paredes Brancas», pintura. Gal. S. Bento, R. do Machadinho, 1. De 2.ª a sáb./11.30 às 20.30.

«Máscaras», colectiva de serigrafia. Projecções de vídeo e diaporamas. Gal. Olharte, Caç. Cardeal, 18. De 3.ª a dom./16.00 às 22.00 (até 31/3).

Nova Arquitectura de Museus na RFA, Centro de Arte Moderna da Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00.

Nuno Barreto, «Paisagens Verdes», pintura, Bertrand — Chiado (até 24/3).

Nuno Calvet, «Caminhos», fotografia. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00.

Nuno Carinhas, pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 29/3).

Teresa Magalhães, pintura. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda, 111. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.30; sáb./10.00 às 13.00.

Artistas do Norte de Portugal», Museu Nac. Soares dos Reis, R. D. Manuel II PORTO.

Fatima Lambert, pintura. Gal. Eg, R. do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.30 (até 21/3).

Luísa Gonçalves, desenhos. Gal. Módulo, Av. Boavista, 354. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 3/4) Porto.

Nuno Félix da Costa, fotografia. Gal. Roma e Pavia, R. D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb./14.30 às 20.00 (até 2/4) PORTO

Pedro Soares, «Palcodecor», fotografias de teatro. Academia Almadense, R. Capitão Leitão, 64. ALMADA.

Graça Costa Cabral, Escultura em pedra. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

Ana Marchand, pintura, Gal. Alfarroba, Trav. Visconde da Luz, 7. De 2.ª a sáb./15.00 às 19.00 (até 3/4) CASCAIS.

Marília Viegas, pintura. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00 (até 30/3) CASCAIS.

Jaime Murteira, pintura. Gal. Galeria de Arte do Casino Estoril. Das 15.00 às 24.00 (até 31/3) ESTORIL.

Carlos Lança, pintura. Museu de ÉVORA.

Hilário Teixeira Lopes, pintura, e **Lucília Silvestre**, cerâmica. Das 10.00 às 23.00, Pousada de S. Filipe SETÚBAL.

Ribeiro Farinha, «Luísa Todi», desenhos, Câmara Municipal de SETÚBAL.

Terras do Demo, comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro. Até 30/3, Museu Grão Vasco VISEU.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia, R. Francisco Borja, 24. De 3.ª a sáb./21.45, dom/18.00. **Quase Por Acaso Uma Mulher**, de Dario Fo, enc. Castro Guedes.

Casa dos Tabuenses, R. Poiais de S. Bento, 75. De 5.ª a sáb./21.45. **Tutankamon e a sua Rainha**, de Adolfo Gutkin, enc. Isabel Pacheco — Grupo de Teatro Maizum.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bívar, 91. De 3.ª a Sáb/21.30, sáb. e dom/16.00. **Tchekhov Tchekhova**, texto e enc. François Nocher.

Maria Matos, Av. Frei Manuel Contreiras, 58. De 4.ª a sáb./21.30; sáb. e dom.; 16.00. **Hedda Gabler**, de Ibsen, enc. Carlos Quevedo.

Maria Vitória, Pq. Mayer. **Não Batam Mais no Zezinho**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

Nac. D. Maria II — Sala Garrett. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **D. João**, de Molière, enc. Jean-Marie Villégier.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, Dom., às 17. **Bodas de Sangue**, de Federico Garcia Lorca, enc. Blanco Gil.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade – De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. também às 16.00. **Um Homem é um Homem – Damião de Góis**, texto e enc. Helder Costa – Grupo A Barraca.

Teatro Vasco Santana, Entre Campos (Feira Popular). **Cesário Quê?**, texto e encenação de Luzia Maria Martins – Teatro-Estúdio de Lisboa *(estreia amanhã)*.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO

Auditório Nac. Carlos Alberto, 21.30. **Aurora da Minha Vida**, de Naum Alves de Souza – Teatro Experimental de Cascais *(até 27/3)*.

Tearto, Casa de Teatro do TEAR, R. do Heroísmo, 86. Sáb. e dom. 17.00 e 22.00. **O Último Baile em Casa do Sr. Cunha**, de Júlio Dinis, adapt. e enc. Castro Guedes.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom./21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Os Amorosos da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca – Seiva Trupe.

TEP — Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4. De 4.ª a sáb/21.30; sáb. e dom/16.00. **Teatro de Cordel**, seis farsas do séc. XVIII, adapt. e enc. Mário Viegas.

• CALDAS DA RAINHA

Casa da Cultura. O Herdeiro da Aldeia, de Marivaux, enc. Fernando Mora – Teatro da Rainha *(até 30/3)*.

Comuna-Sala 1, Praça de Espanha. Sáb e dom/17.00. **Cárie e Bactéria nos Dentinhos do João**, de T. Egner – Grupo Mimo-Dança. **Sala 2**, 6.as e Sáb./21.30, sáb e dom./15.00. **Nós de um Segredo**, sobre textos tradicionais portugueses – Grupo o Bando.

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha. Sáb./16.00, dom./11.00. **Bola de Sabão** – Grupo Os Papa Léguas.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). **Galileu, Contador de Estrelas**, de José Jorge Letria. Sáb. e dom./16.00.

• LEIRIA

Auditório do Tela, Rua Afonso Lopes Vieira. De 3.ª a sáb./21.30. **Traço Contínuo, Traço Descontínuo**, de Françoise Pillet, enc. Carlos Fragateiro.

• SETÚBAL

TAS – Teatro de Bolso. 6.as e sáb./21.30, dom./16.30. **Jogo de Loucos**, de Michel Viala, enc. Domingos Semedo.

Para crianças

• LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano. Sáb e dom. 11.00. **As Viagens do Ferro-Velho**, texto e enc. Álvaro Faria — Grupo Pequeno Teatro.

Tempo

Fim de Semana

De acordo com os dados hoje disponíveis, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica prevê para sábado e domingo céu pouco nublado nas regiões do Sul, e temporariamente muito nublado, com possibilidade de chuva fraca, nas regiões do Norte e Centro.

Vento do quadrante Norte e pequena descida de temperatura em todo o território do Continente.

...e ainda

Música, debates, etc.

Dia do Pioneiro

O Dia Nacional dos Pioneiros — no Dia da Primavera, como eles próprios o escolheram — vai ser este ano comemorado pela primeira vez.

Das muitas iniciativas que o assinalam, destaque para a distribuição de um documento sobre os Pioneiros de Portugal em todas as escolas, plantação de árvores, passeios ao campo, excursões, actividades desportivas, festas, mini-acampamentos.

O Dia do Pioneiro é hoje, 20 de Março, mas a comemoração prolonga-se pelo fim-de-semana.

8 de Março

O Dia Internacional da Mulher também se prolonga — o que é um bom sinal! De **Loures** chega-nos a notícia de que neste fim-de-semana haverá espectáculos (musicais, de teatro) e festas populares em várias localidades do concelho, promovidos pelo MDM em colaboração com as autarquias. No **dia 21**, 21.30, espectáculo no Sacavenense com Nuno Gomes dos Santos, e no Grupo Desportivo da Apelação teatro: «Dois Textos para um Pretexto». Na Sociedade 1.º de Agosto em Santa Iria, espectáculo musical à mesma hora. No **dia 22**, projecção de um filme em Caneças. No **dia 23**, festa popular no Largo de Bucelas: música popular portuguesa e teatro.

Cinema

ABC Cine-Clube

A partir desta semana, o ABC Cine-Clube vai promover a apresentação em Lisboa de alguns dos filmes exibidos no Fantasporto/85. É o ciclo **Fantasporto em Lisboa** e tem início com **O Mundo Brilhante**, do realizador soviético Bulat Mansurov. Na sexta-feira, dia 21, às 18.45, no Estúdio 444, onde na terça-feira, 25, à mesma hora, será exibido um outro filme soviético: **O Dia da Ira**, de Sulambek Mamilov.

Todos os filmes do ciclo estão legendados em português.

Ciclo «O Musical»

É a última semana deste ciclo notável, que não foi apenas uma panorâmica quase completa deste género de filmes, ou dos que têm na música uma componente tão essencial quanto o plano ou a montagem, mas ainda a oportunidade de ver ou rever (e a preços «módicos») algumas das obras-primas do cinema de todos os tempos.

Como as anteriores, as sessões desta semana decorrem ou na Cinemateca Portuguesa ou na Gulbenkian, as entidades organizadoras, e os bilhetes são a 100$00.

Na **Cinemateca:**

5.ª, dia 20, 18.30 – **Cantiga da Rua** (1950), de Henrique de Campos; 21.30 – **Divina Loucura** (1980), de Michael Ritchie, com Bette Midler.

6.ª, dia 21, 18.30 – **Fama** (1980), de Alan Parker.

2.ª, dia 24, 18.30 – **Senso** (1954), de Luchino Visconti; 21.30 – **Morte em Veneza** (1970), de Luchino Visconti.

3.ª, dia 25, 18.30 – **Alexandre Nevsky** (1938), e Serguei Eisenstein; 21.30 – **O Passado e o Presente** (1971), de Manoel de Oliveira.

4.ª, dia 26, 18.30 – **Le Bonheur** (1965), de Agnès Varda; 21.30 – **Eika Katappa** (1969), e **Der Tod Der Maria Malibran** (1971), ambos de Werner Schroeter.

Na **Gulbenkian:**

6.ª, dia 21, 21.30 – **All That Jazz** (1979), de Bob Fosse, e **Stop Making Sense** (1983), de Jonathan Damme, com os Talking Heads.

Sábado, dia 22, 15.30 – **Do Fundo do Coração** (1982), de Francis Ford Coppola; às 21.30 – **Cotton Club** (1984), de Francis Ford Coppola.

5.ª, dia 27, 21.00 – **Parsifal** (1982), de Hans-Jurgen Syberberg.

NOTA:

Alterações de última hora eliminaram da programação deste ciclo o filme «Cotton Club» e em seu lugar no mesmo dia e hora será projectado «Parsifal».

Por outro lado o filme de A. Varda passa para 3.ª, 25 às 21.30 e os dois filmes de Werner Schroeder dividem-se por duas sessões; o primeiro às 18.30 e o segundo às 21.30.

Música

Temporada Gulbenkian

A oratória «As Estações», de **Haydn**, interpretada pelo **Coro** e pela **Orquestra Gulbenkian** com direcção do maestro **Helmuth Rilling** e os solistas **Costanza Cuccaro**, soprano, **David Gordon**, e **Peter Lika**, baixo, em três concertos esta semana: hoje às 21.30 e amanhã às 18.30 no Grande Auditório da Função Gulbenkian, e sábado, dia 22, às 21.30, na Igreja de S. Vicente de Fora. Na Gulbenkian, balcão a 600$00 (50% para estudantes).

Outros concertos na Gulbenkian:

Sábado, 22, às 12.00, no Átrio do Museu, **Sofia Lourenço** e **José Augusto Reis**, pianistas, e **Manuel António de Sá**, violinista, em obras de Bach, Debussy, Haendel, Chopin. Entrada livre.

Integrado no IV Encontro Nacional de Musicologia — que decorre na Gulbenkian nos dias 24, 25 e 26 — realiza-se ainda um concerto com a cantora **Helena Afonso** e a cravista **Cremilde Rosado Correia**.

Jazz no Hot

Hoje, amanhã e sábado, às 22.30 e às 00.30, os últimos concertos do grupo irlandês **Four in One** — Ritchie Buckley, sax, Ronan Guilfoyle, contrabaixo, Michael Nielsen, guitarra, Conor Guilfoyle, bateria.

Função Pública no Coliseu

É já no próximo sábado, a partir das 15.30, que se realiza o espectáculo comemorativo do 10.º aniversário do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. Entre outros participantes, Carlos Paredes, Paulo de Carvalho, Rão Kyao, Maria Guinot.

Bailado

A **Companhia Nacional de Bailado** sob a direcção de Armando Jorge no **Teatro Municipal de S. Luiz** (preços entre 120$00 e 450$00): **Seascape** (Judith Marcuse/J. S. Bach) e **La Sylphide** (Bournonville/Lowenskjold) em 7 apresentações. Nos dias 20, 21, 22, 25 e 26 às 21.30, no dia 22 às 16.00 e no dia 27 às 18.00.

No **Centro de Arte Moderna** da Gulbenkian a bailarina alemã **Suzanne Linke** apresenta «Solos» — coreografias suas sobre peças de Tchaikovsky, Satie, Xenakis, Fauré, Schubert. Na segunda-feira, 24 e na quarta, 26, às 21.30; na terça às 18.30.

Variedades & utilidades

Terrorismo e provocação na política da direita (4)

O incêndio do Reichstag

«Defendo-me enquanto comunista acusado; defendo a minha própria condição de comunista e revolucionário; defendo as minhas ideias, as minhas convicções comunistas; defendo o sentido e a o conteúdo da minha vida.

«É por isso que todas as minhas palavras pronunciadas perante o Tribunal são, digamos, **sangue do meu sangue e carne da minha carne**. Todas as palavras são a expressão da minha mais profunda indignação pela acusação injusta, pelo facto de atribuirem a comunistas um crime anticomunista.»

A defesa de George Dimitrov contra a acusação de cumplicidade no incêndio do Reichstag transformar-se-ia num clássico histórico do comportamento dos comunistas em tribunal. O dirigente do Partido Comunista Búlgaro faria das suas intervenções um implacável requesitório contra a gigantesca provocação em que fora envolvido com os seus camaradas e contra a vaga de repressão fascista que alastrava pela Alemanha.

Juridicamente, o processo era uma farsa. Tanev, que não sabia uma palavra de alemão, só teve um intérprete para lhe ler — e parcialmente — as acusações a poucos dias da abertura do julgamento. Dimitrov viu sucessivamente impedidos de entrar na Alemanha ou recusados por pretextos ridículos todos os advogados que sucessivamente indicou (búlgaros, franceses, americanos e mesmo alemães): no final, recusou a assistência do advogado oficioso que lhe era fornecido e assumiu a sua própria defesa.

As «provas»...

A máquina policial nazi não adquirira em 1936 ainda o total domínio sobre as consciências do País, mas os métodos revelavam-se já.

Dimitrov pôde provar que a 26 de Fevereiro, na véspera do incêndio saira de Berlim para Munique e que ali estivera para só regressar a 28. O despacho de acusação respondia a isto de forma verdadeiramente exemplar para a mentalidade fascista: «Se Dimitrov não foi apanhado no lugar do crime, não deixou por isso de participar na preparação do incêndio do Reichstag. Dirigiu-se a Munique para arranjar um alibi. As brochuras encontradas em casa de Dimitrov mostram que participava no movimento comunista na Alemanha»!

O criado do «Bayernhof» que o «reconhecera» como tendo estado com van der Lubbe no restaurante era... nazi. Cada vez menos credível o seu testemunho, inventou-se um barbeiro que declara sob juramento que vira o búlgaro e o holandês conversando perto do Reichstag no dia... 26! Também o barbeiro era membro do partido de Hitler e, provada a ausência de Dimitrov de Berlim naquele dia, eclipsou-se para jamais ser visto...

Quanto a Torgler, o chefe do grupo parlamentar comunista no Reichstag, igualmente se provou que estava tranquilamente a jantar num restaurante à hora em que a acusação afirmava que abria a porta aos incendiários.

Os autos de declarações de van der Lubbe eram um amontoado de disparates e contradições que o acusado completava com afirmações incoerentes no tribunal.

A acusação faz desfilar na barra uma sucessão de criminosos, assassinos e ladrões que contam as mais inverosímeis histórias que acabam de embaraçar os próprios juízes.

Mas as sessões que ficariam na história do processo de Leipzig seriam as do confronto directo entre o dirigente do Komintern e um alto dignitário nazi: Hermann Goering.

O teatro

«Goering surge. O tribunal transforma-se em teatro. Mais do que isso, num comício da pior espécie.» A descrição da primeira audiência em que depõe um dos braços-direitos de Hitler prossegue nas palavras do insuspeito H. B. Givesius:

«Para fazer a sua aparição, o ministro do Interior encomendara uma vestimenta especial. Um fato de caça castanho claro, com calça de montar e botas altas castanhas, cujo aspecto era por si só uma provocação ao supremo tribunal da justiça alemã. E ei-lo arrebatado. Grita. Com uma das mãos faz gestos furiosos; na outra, segura um lenço perfumadíssimo com que limpa o suor da testa».

E prossegue Givesius: «Perde finalmente todo o autodomínio, sobretudo face ao insolente Dimitrov.»

John Heartfield deixaria para a posteridade numa das suas fotomontagens a imagem afinal verdadeira do embate do tribunal de Leipzig. De cabeça perdida, Goering desmascara-se, insulta Dimitrov, acaba dizendo, ele, o ministro que «a meus olhos, você não é mais que um canalha que deve ser enforcado e depressa». Dimitrov, impávido, faz mais perguntas a que a testemunha responde aos berros. Aterrado, o juiz presidente Bunger acaba a ordenar à polícia que leve o acusado da sala de audiências. Arrastado por um enxame de agentes, ouvem-se até fora da porta os gritos de Dimitrov: «Tem então medo das minhas perguntas, senhor ministro?! Tem medo, não é verdade?! Tem medo...»

Na verdade, o julgamento estava a ir longe de mais e a levantar questões embaraçosas para a versão da polícia nazi. Apesar do isolamento a que fora sujeito, o militante comunista que era Dimitrov compreendia a realidade:

John Heartfield

«Já declarei que estou de acordo com o despacho de pronúncia num ponto. (...) Trata-se de saber se van der Lubbe desencadeou o incêndio **sozinho** ou se tinha cúmplices. (...) **Considero que van der Lubbe não foi o único a incendiar o Reichstag**. O parecer dos peritos e os dados da instrução prévia levam-me a concluir que o incêndio na sala dos plenários do Reichstag era de um tipo diferente do ateado no restaurante do rés-do-chão, etc. O fogo foi ateado na sala dos plenários por outras pessoas e por outros processos.»

20 kg de combustível

Em Março de 36, um escasso mês depois do incêndio, o comandante dos bombeiros de Berlim, Gempp, fora demitido pela administração nazi. Motivo alegado, ter «tolerado no seu serviço manobras comunistas». Em Abril, a ridícula e significativa acusação era enriquecida com uma outra: Gempp era acusado de fraude na compra de viaturas e... processado!

As razões eram, claro, bem outras: o comandante dos bombeiros fizera publicamente duas afirmações logo após o incêndio muito embaraçosas face à «teoria van der Lubbe»: não compreendia como é que tendo os bombeiros sido chamados dez minutos depois do alarme terem encontrado à sua chegada ao local um dispositivo de dezenas de membros das milícias nazis e afirmava claramente que a rapidez do incêndio e a sua violência tornavam absolutamente ridícula a ideia de que ele pudesse ter sido desencadeado por uma única pessoa. Mas, só o poderia ter sido com auxílio de conbustíveis, materiais inflamáveis lá expressamente colocados para o efeito — e em quantidade.

O silenciar de Glempp não foi contudo suficiente para iludir a questão: o professor Josse, especialista em termologia da Escola Técnica Superior de Berlim depõe em Leipzig durante o julgamento e é categórico: «é de excluir a hipótese que van der Lubbe possa ter provocado o incêndio sozinho»; «a sala dos plenários cujo volume ultrapassa os 10 000 m³ não poderia ser incendiada apenas com uma tocha. Para este fim devem ter-se utilizado combustíveis líquidos»; «são indispensáveis, pelo menos, 20 kg de combustível líquido (provavelmente petróleo ou gasolina) ou talvez mesmo 40 kg. Provavelmente utilizaram-se trapos, bocados de filme ou rastilhos inflamáveis para poder ligar os diversos focos de incêndio».

No estrangeiro, entretanto, outros peritos considerariam modestas as quantidades indicadas por Josse. A rapidez das chamas e a impossibilidade de as extinguir implicaria uma muito maior quantidade de produtos incendiários convenientemente espalhados. Há quem fale em centenas de quilos. E a pergunta surge: como entraram para o Reichstag os homens necessários aos transporte de tais quantidades de material e indispensáveis à sua colocação num período muito curto de tempo?

Após o depoimento de Josse, Dimitrov dirá ao tribunal:

«Alegra-me ver que os especialistas não acreditam que van der Lubbe tenha actuado sozinho. É o único ponto da acusação com o qual estou inteiramente de acordo. Vou mais longe. Na minha opinião, van der Lubbe representa no processo aquilo a que poderíamos chamar o Fausto do incêndio do Reichstag. Esse miserável Fausto encontra-se perante o tribunal, mas o Mefistófeles do incêndio não está cá...»

Talvez, contudo, tivesse passado por lá... É que entre o palácio de Hermann Goering e o Reichstag existe um túnel subterrâneo!

Absolvições e condenação

Mas o nazismo quer abreviar o mais possível este processo onde se começa a falar demais e que desencadeia em todo o mundo um gigantesco movimento de solidariedade e de denúncia.

A 23 de Dezembro de 1936, Dimitrov, Popov, Tanev e Torgler são absolvidos. A própria acusação o pedira, por falta de provas. Os acusados protestam contra a sentença, consideram que não é essa a realidade, o julgamento provou a sua inocência e não apenas que não existam provas.

Serão precisos porém ainda mais dois meses para que os três militantes búlgaros sejam libertados, depois de passarem por sucessivos cárceres fascistas. Só o protesto internacional que não cessa obriga o governo nazi a pô-los na fronteira a 27 de Fevereiro de 1937, exactamente um ano depois do incêndio.

Entretanto, um dia depois do Natal, Marinus van der Lubbe era entregue ao carrasco e decapitado. Quanto a ele, provara-se que estivera no incêndio. Com que papel, aí o seu silêncio alucinado ou as suas frases incoerentes nada haviam adiantado.

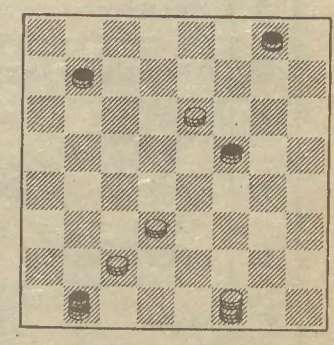
«Quem é van der Lubbe? perguntara Dimitrov na sua derradeira intervenção em Leipzig. Um comunista? De modo algum! Um anarquista? Não! É um operário pervertido, é um destroço revoltado da sociedade, uma criatura de que abusaram, que utilizaram contra a classe operária. Não, não é comunista! Não é anarquista! Nem um único comunista no mundo, nem um único anarquista se comportaria perante o tribunal como van der Lubbe o fez. Os anarquistas cometem muitas vezes actos insensatos, mas perante os juízes reivindicam sempre as suas responsabilidades e explicam as suas finalidades. Se um comunista fizesse qualquer coisa semelhante, não se calaria perante o tribunal quando quatro inocentes estão no banco dos réus a seu lado. Não, van der Lubbe não é um comunista, nem um anarquista, é um instrumento de que o fascismo se utilizou.»

Para a propaganda nazi o pretexto para a repressão estava porém encontrado. Contudo, a verdade advinhada viria à tona. Melhor, viria à superfície da terra quando ainda em 1937 uma charrua de lavrador desenterrou, a poucos quilómetros de Berlim, um cadáver coberto com escassos trinta centímetros de terra da sua herdade.

Continua

Damas

XLIV – 20 de Março de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 44
por Jorge Gomes Fernandes – Cova da Piedade
«Matuto» n.º 19 – 18.VIII.1951
Pr. (4)-18-28-29



Br. (2)-7-11-22
Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 44
Pré-Nacional, Odivelas 5.III.83
Br. José Pereira
Pr. António Peru
(1.º Jogo)

1. 12-16, 21-18; **2.** 10-14, 25-21; **3.** 5-10, 22-19; **4.** 8-12, 27-22; **5.** 11-15, 18-11; **6.** 7--14, 29-25; **7.** 6-11, 31-27; **8.** 1-5, 21-18; **9.** 14-21, 25-18; **10.** 10-13, 23-20; **11.** 16-23, 27-20; **12.** 5-10, 26-21; **13.** 13-17, 28-23; **14.** 17-26, 30-27; **15.** 10-13, 21-17; **16.** 2-6, 17-10; **17.** 6-13, 20-16; **18.** 13-17, 16-7; **19.** 3-12, 19-14; **20.** 17-21, 14-7; **21.** 4-11, 23--19; **22.** 21-26, 19-14; **23.** 26-29, 14-7; **24.** 29-19, 7-3; **25.** 12-16, 3-17; **26.** 19-29, 17--30. Empate.

GOLPE N.º 44

Por Eduardo Castelo, Ovar 1958
(Ocorrido num jogo contra Manuel Regueira)
1. 10-14, 22-18; **2.** 5-10, 23-20; **3.** 12-15, 28-23; **4.** 1-5, 20-16; **5.** 15-19, 32-28; **6.** 10--13, 24-20; **7.** 13-22, 27-18; **8.** 6-10, 31-27! Perdente! **(Br. 2-3-4-5-7-8-9-10-11-14-19. Pr. 16-18-20-21-23-25-26-27-28-29-30 J.Br.G.)**

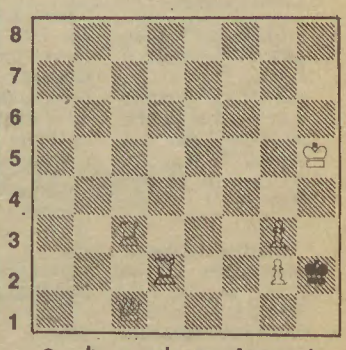
SOLUÇÕES DO XLIV

N.º 44 (J.G.F.): 11-14 e 2-31 G.Br.
Golpe N.º 44: (E.C.): **9.** 9-13, 18-9; **10.** 2--6, 9-2=D; **11.** 11-15, 2-18; **12.** 15-31, 23-5; **13.** 31-2 G. Br.

A. de M. M.

Xadrez

XLIV – 20 de Março de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 44
por A. Kraemer
«Bochumer Anzeiger», 1926
Pr. (1): Rh2



Br. (6): Ps. g2, g3-Ts. d2,ç3-Dç1-Rh5
Mate em dois lances

JOGO N.º 44

Torneio IBM, Viena/1986
Br. Ftacnik – Pr. Nunn

1. d4, Cf6; **2.** ç4, g6; **3.** Cç3, Bg7; **4.** é4, d6; **5.** Cf3, 0-0; **6.** Bé2; é5; **7.** 0-0, Cç6; **8.** d5, Cé7; **9.** Cé1, Cd7; **10.** Cd3, f5; **11.** Bd2, Cf6; **12.** f3, Rh8; **13.** Tç1, ç5; **14.** g4, Cég8; **15.** Rg2, Cé8; **16.** g5, f4; **17.** h4, Tf7; **18.** Th1, Bf8; **19.** Dg1, Cg7; **20.** Bd1, Ch5; **21.** Cé2, h6; **22.** Rf1, Bé7; **23.** Ba4, h:g5; **24.** h:g5, B:g5; **25.** Bé8, Tg7; **26.** B:g6, T:g6; **27.** T:h5+, Rg7; **28.** Bç3, Dé7; **29.** Tç2, Bh6; **30.** Dh2, Rh7; **31.**Cé: f4, é:f4; **32.** C:f4, Tf7; **33.** Tf2, Tf6; **34.** B:f6, D:f6; **35.** Tg2, Dd4; **36.** Dg3, Dd1+; **37.** Rf2, Dd4+; **38.**Ré1, Bf5; **39.** T:f5, Dé3+; **40.** Té2 e abandonam.

SOLUÇÃO DO N.º 44

1. Tç8, R:g3; **2.** Dç7+ Mate Puro! (Mate Puro: Quando o Campo Real Preto (as 8 casas em volta do Rei) não está vigiado por mais que uma peça branca ou ocupado por uma só peça preta!)

A. de M. M.